

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO

Faculdade de Ciências – Câmpus Bauru

Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e

Aprendizagem

Elizeth Germano Mattos

**VULNERABILIDADE EM MÃES UNIVERSITÁRIAS E TRABALHADORAS: O
ESTRESSE NO TRABALHO, SUPORTE SOCIAL, LABORAL E A
SATISFAÇÃO COM A EXPERIÊNCIA ACADÊMICA**

Bauru - SP

2025

Elizeth Germano Mattos

VULNERABILIDADE EM MÃES UNIVERSITÁRIAS E TRABALHADORAS: O
ESTRESSE NO TRABALHO, SUPORTE SOCIAL, LABORAL E A
SATISFAÇÃO COM A EXPERIÊNCIA ACADÊMICA

Tese apresentada como requisito à obtenção do título de Doutora em Psicologia, área de Desenvolvimento e Aprendizagem à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, sob a orientação do Prof. Dr. Hugo Ferrari Cardoso.

Bauru - SP

2025

M444v

Mattos, Elizeth Germano

Vulnerabilidade em mães universitárias e trabalhadoras : o estresse no trabalho, suporte social, laboral e a satisfação com a experiência acadêmica / Elizeth Germano Mattos. -- Bauru, 2025

108 f. : tabs.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências, Bauru

Orientador: Hugo Ferrari Cardoso

1. Maternidade. 2. Trabalho. 3. Experiência acadêmica. 4. Estresse.
5. Suporte Social e Laboral. I. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE ELIZETH GERMANO MATTOS,
DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E
APRENDIZAGEM, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU

Aos 10 de novembro de 2025, às 9h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de ELIZETH GERMANO MATTOS intitulada '_____

Vulnerabilidade em mães universitárias e trabalhadoras: o estresse no trabalho, suporte social,

laboral e a satisfação com a experiência acadêmica

_____' . A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. HUGO FERRARI CARDOSO (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia / UNESP / Câmpus de Bauru - FC, Profa. Dra. JULIANA PARDO MOURA CAMPOS GODOY (Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia / Centro Universitário Católico Salesiano (UniSALESIANO de Lins), Prof. Dr. CARLOS EDUARDO LOPES VERARDI (Participação Virtual) do(a) Departamento de Educação Física / UNESP / Câmpus de Bauru - FC, Após a exposição pela doutoranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADO _____. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. HUGO FERRARI CARDOSO

*Dedico esta tese à minha amada filha, **Vitória**, minha maior incentivadora e inspiração diária. A sua presença iluminou meus dias e deu sentido a cada passo dessa caminhada, lembrando-me sempre da importância de seguir com coragem, ternura e fé.*

*Ao meu querido marido, **Maurício**, pela parceria constante, pela paciência nas horas difíceis e pela compreensão nos momentos de ausência. Seu apoio silencioso, seu amor e sua confiança me incentivaram a prosseguir.*

*E, de forma muito especial, aos meus pais, **Nelson** e **Anália**, ambos in memoriam, pela dívida da vida e pelo amor incondicional que sempre me sustentou. Este trabalho reflete também o que aprendi com o exemplo de vocês — a força do afeto, a integridade e a persistência diante das adversidades.*

A cada um de vocês, deixo nesta página o eco do meu amor, da minha gratidão e da certeza de que esta conquista é, antes de tudo, nossa.

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese de doutorado foi possível graças à colaboração, à confiança e ao apoio de muitas pessoas e instituições, às quais registro minha mais sincera gratidão.

*A todos os **colaboradores** do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, UNESP (Campus Bauru) que me acolheram durante esses intensos anos de pesquisa, expresso minha profunda gratidão pelo ambiente acadêmico que favoreceu o crescimento intelectual, o diálogo e a produção de conhecimento.*

*Aos **professores e professoras** que desenvolvem generosamente com seus ensinamentos, críticas construtivas e incentivo constante, deixo registrado meu respeito e admiração. Aos **colegas de turma**, com quem compartilhei momentos de aprendizagem, reflexão e amizade, agradeço pelas trocas afetivas e pela parceria que tornaram esta jornada mais leve e significativa.*

*Ao **professor Hugo Ferrari Cardoso**, minha mais sincera gratidão pelo comprometimento, dedicação e incentivo constante. Sua escuta atenta, confiança e compromisso com o rigor científico foram fundamentais para o amadurecimento desta pesquisa. Agradeço também pela generosidade nas trocas de conhecimento, que ultrapassaram os limites da orientação acadêmica e se transformaram em uma verdadeira lição de humanidade e partilha.*

***As participantes** — mães, trabalhadoras e universitárias —, minha mais profunda gratidão. Suas experiências e partilhas deram vida a este estudo. Sem a disponibilidade e sensibilidade de cada uma, esta tese não teria o sentido humano que carrega.*

A todos que, de alguma forma, participaram desta trajetória, meus sinceros agradecimentos. Este trabalho é o resultado de um caminho coletivo, tecido com confiança, afeto e a verdade de que o conhecimento se constrói na relação.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

MATTOS, Elizeth Germano. **Vulnerabilidade em mães universitárias e trabalhadoras: o estresse no trabalho, suporte social, laboral e a satisfação com a experiência acadêmica.** 2025, 108f. Tese (Doutorado em Psicologia, área de Desenvolvimento e Aprendizagem) – UNESP, Faculdade de Ciências, Bauru, 2025.

RESUMO

Este estudo avaliou a percepção de vulnerabilidade ao estresse no trabalho, suporte social, laboral e satisfação da experiência acadêmica em 63 mães universitárias e trabalhadoras, matriculadas nos cursos de graduação ofertados por uma instituição de ensino superior privada, com idades variando entre 18 e 60 anos. Trata-se de uma pesquisa transversal, descritiva e inferencial. As participantes responderam o questionário de dados sociodemográficos e laboral e as escalas: EVENT, EPSUS-A, ESUL e ESEA. A análise dos dados descritivos indicou participantes majoritariamente residentes locais, casadas, com um filho, cristãs, idade superior a 33 anos, superior incompleto, renda de 1-5 salários-mínimos e 40-44h semanais de trabalho, matriculadas nos semestres iniciais dos cursos noturnos. A EVENT indicou baixa percepção de vulnerabilidade frente à presença de elementos estressores no ambiente laboral, sugerindo que, apesar da sobrecarga vivenciada, essas mulheres apresentam certo grau de resiliência ou estratégias de enfrentamento que minimizam os efeitos do estresse no contexto profissional. A EPSUS-A revelou baixa percepção de suporte social em maior frequência, revelando fragilidades em suas redes de apoio. A ESUL mostrou elevada percepção de interações sociais positivas nos ambientes de trabalho. E a ESEA apontou alta satisfação acadêmica, especialmente quanto ao curso e instituição. Análises inferenciais revelaram maior percepção de estressores em clima organizacional e pressão no trabalho (EVENT) entre 'profissionais formais, associação entre jornadas extensas e maior pressão laboral, maior suporte afetivo em rendas de 1-2 salários-mínimos, e menor satisfação institucional em rendas de 2-5 salários-mínimos. Fatores socioeconômicos e ocupacionais influenciam saúde mental e experiência acadêmica de mulheres com múltiplos papéis, demandando políticas afirmativas equitativas.

Palavras-chave: Maternidade; Trabalho; Experiência Acadêmica; Estresse; Suporte Social e Laboral.

MATTOS, Elizeth Germano. **Vulnerability in university student and working mothers: work stress, social support, job support, and satisfaction with the academic experience.** 2025, 108f. Thesis (Doctorate in Development and Learning Psychology) – UNESP, Faculty of Sciences, Bauru, 2025.

ABSTRACT

This study evaluated the perception of vulnerability to work-related stress, social and work support, and satisfaction with the academic experience among 63 working mothers enrolled in undergraduate courses at a private higher education institution, aged between 18 and 60 years. This is a cross-sectional, descriptive, and inferential study. Participants answered a questionnaire on sociodemographic and work data and the following scales: EVENT, EPSUS-A, ESUL, and ESEA. The analysis of descriptive data indicated that the participants were predominantly local residents, married, with one child, Christian, over 33 years old, with incomplete higher education, income of 1-5 minimum wages, and 40-44 hours of work per week, enrolled in the initial semesters of evening courses. The EVENT survey indicated a low perception of vulnerability in the face of stressors in the work environment, suggesting that, despite the overload experienced, these women exhibit a certain degree of resilience or coping strategies that minimize the effects of stress in the professional context. The EPSUS-A survey revealed a low perception of social support more frequently, revealing weaknesses in their support networks. The ESUL survey showed a high perception of positive social interactions in the workplace. And the ESEA survey indicated high academic satisfaction, especially regarding the course and institution. Inferential analyses revealed a higher perception of stressors in organizational climate and work pressure (EVENT) among formal professionals, an association between long working hours and greater work pressure, greater affective support in incomes of 1-2 minimum wages, and lower institutional satisfaction in incomes of 2-5 minimum wages. Socioeconomic and occupational factors influence the mental health and academic experience of women with multiple roles, demanding equitable affirmative action policies.

Keywords: Maternity; Work; Academic experience; Stress; Social and Labor Support.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Curso.....	56
Tabela 2	Número de filhos.....	57
Tabela 3	Idade dos filhos.....	57
Tabela 4	Tipo de trabalho / profissão.....	59
Tabela 5	Renda.....	60
Tabela 6	Dados descritivos – EVENT.....	61
Tabela 7	Dados descritivos - EPSUS-A.....	62
Tabela 8	Dados descritivos – ESUL.....	63
Tabela 9	Dados descritivos – ESEA.....	64
Tabela 10	Diferenças de resposta nos instrumentos com base na variável praticar a religião.....	65
Tabela 11	Diferenças de resposta nos instrumentos com base na variável vínculo empregatício.....	66
Tabela 12	Diferenças de resposta nos instrumentos com base na variável idade.....	67
Tabela 13	Diferenças de resposta nos instrumentos com base na variável período de trabalho.....	69
Tabela 14	Diferenças de resposta nos instrumentos com base na variável renda.....	71

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA TESE	10
1 INTRODUÇÃO	13
2 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	42
3 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA E DELIMITAÇÃO DO TEMA	43
4 OBETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS	44
5 METODOLOGIA	45
5.1 Participantes	45
5.2 Local	45
5.3 Instrumentos	45
5.3.1 Questionário Sociodemográfico e Laboral	46
5.3.2 Escala de Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho – EVENT	46
5.3.3 Escala de Percepção do Suporte Social – Versão Adulto – EPSUS-A	48
5.3.4 Escala de Percepção do Suporte Laboral – ESUL	50
5.3.5 Escala de satisfação com a Experiência Acadêmica – ESEA	51
5.4 Procedimentos de Coleta de Dados	52
5.5 Procedimentos de Análise de Dados	53
5.6 Procedimentos Éticos	54
6 RESULTADOS.....	55
6.1 Análises Descritivas.....	55
6.1.1 Questionário Sociodemográfico e Laboral	55
6.1.2 Escala de Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho – EVENT	60
6.1.3 Escala de Percepção do Suporte Social – Versão Adulto – EPSUS-A	62
6.1.4 Escala de Percepção do Suporte Laboral – ESUL	63
6.1.5 Escala de satisfação com a Experiência Acadêmica – ESEA	64
6.2 Análises Inferenciais.....	65
7 DISCUSSÃO	73
8 CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIAS.....	86
APÊNDICE	100
ANEXOS	102

APRESENTAÇÃO DA TESE

A experiência profissional adquirida ao longo de 32 anos possibilitou vivenciar a aplicação da Psicologia nas organizações e atuar como docente e supervisora de estágio no Ensino Superior, elaborando, acompanhando e desenvolvendo diversos projetos em prol das comunidades, tanto externa quanto interna à instituição, disponibilizados às instituições parceiras, colaboradores administrativos de diferentes níveis hierárquicos, docentes e estudantes. Observou-se a crescente presença feminina nos cursos de graduação. Entretanto, no caso específico das acadêmicas, que são mães e trabalhadoras, há escassez de ações institucionais que visem a permanência e conclusão do curso por esta população que, cotidianamente, se depara com diferentes exigências impostas pelos seus múltiplos papéis sociais.

A presença no contexto acadêmico de estudantes, mães e trabalhadoras revela que a mulher contemporânea desempenha diferentes papéis; e, na graduação, busca conciliar a maternidade, o trabalho e os estudos. Assim sendo, torna-se um desafio responder de forma satisfatória às exigências impostas pela maternidade, trabalho e academia, pois há a possibilidade de negligenciar o cumprimento de suas tarefas nestes variados segmentos, além de trazer prejuízos à sua saúde, tanto física como mental. Diante deste fato, emergem reflexões sobre a influência dessas demandas na experiência acadêmica e na saúde mental desta população, o que despertou o interesse em investigar as características sociodemográficas e investigar se este público se apresenta vulnerável ao estresse no trabalho, se contam ou não com suporte social e laboral para executar suas tarefas cotidianas e se estão satisfeitas com a experiência acadêmica.

Para tanto, optou-se em desenvolver a pesquisa em uma instituição de ensino superior do interior do Estado de São Paulo, contando com duas unidades. O objetivo do estudo foi avaliar a vulnerabilidade ao estresse no trabalho, a percepção de suporte social e de suporte laboral, a satisfação com a experiência acadêmica, incluindo o levantamento de dados sociodemográficos e laboral em estudantes universitárias (independentemente do curso) que conciliam as tarefas da maternidade, do trabalho e da graduação.

E o problema de pesquisa a ser investigado é o de que: A avaliação conjunta do estresse laboral, do suporte social e laboral, e da satisfação com a experiência acadêmica revela a vulnerabilidade específica nesta população de mães universitárias com múltipla jornada?

A hipótese a ser investigada é de que: Estudantes mães e trabalhadoras na graduação apresentam maior vulnerabilidade ao estresse ocupacional devido à sobrecarga de demandas e à conciliação de múltiplas responsabilidades, configurando riscos psicossociais extenuantes; no entanto, a percepção de suporte social (família e pares acadêmicos) e laboral reduz significativamente essa vulnerabilidade e a exaustão emocional, enquanto a satisfação com a experiência acadêmica eleva-se em contextos de maior flexibilidade e acolhimento institucional, promovendo melhor gerenciamento entre maternidade, trabalho e estudos (Codo, 2010).

Dessa forma, o presente trabalho se refere a uma pesquisa de caráter quantitativo, desenvolvida a partir da aplicação de um questionário para dados sociodemográficos e laboral e de quatro escalas: Escala de Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho (EVENT), Escala de Percepção do Suporte Social – Versão Adulto (EPSUS-A), Escala de Suporte Laboral (ESUL) e Escala de Satisfação com a Experiência Acadêmica (ESEA).

O desenvolvimento deste estudo ampara-se nos estudos de Sisto *et al.* (2007), Cardoso e Baptista (2016), Baptista *et al.* (2016) e Schleich, Polydoro e Santos (2005) em relação aos construtos aplicados na pesquisa; Jacques e Codo (2002) para tratar sobre possibilidades e limites do estresse; Dejours (1994; 2004), sobre a relação homem e trabalho e acerca da mulher; Alves e Antunes (2021) e Talavera (2021) para abordar sobre a terceira jornada de trabalho da mulher; Machado (2019) a respeito dos direitos das mulheres ao ensino superior trabalho e autonomia; Del Priore e Bassanezi (2004) sobre a história das mulheres no Brasil; Silva *et. al.* (2023) para tratar sobre maternidade e universidade; entre outros autores.

Ressalta-se que não há, nesta pesquisa, o interesse de identificar o desempenho acadêmico das universitárias, mães e trabalhadoras, porque este pode estar relacionado a outros elementos alheios aos objetos de estudo desta pesquisa, que são estresse no trabalho, suporte social e laboral e satisfação acadêmica.

Este estudo apresenta-se distribuído em seções e subseções. A Introdução apresenta uma análise abrangente sobre a trajetória das mulheres no Brasil, desde o período colonial até a contemporaneidade, abordando temas centrais como maternidade, acesso à educação, inserção no mercado de trabalho e os desafios enfrentados pela mulher contemporânea. Em seguida, discute-se a vulnerabilidade ao estresse no contexto laboral, detalhando os principais estressores, manifestações do estresse e fatores de vulnerabilidade, com ênfase nas especificidades do ambiente de trabalho para mulheres. São explorados ainda os conceitos de suporte social e suporte laboral. Por fim, a introdução contempla a análise da satisfação com a experiência acadêmica de mães universitárias e trabalhadoras, considerando expectativas, vivências e resultados desse percurso. Esses temas são contextualizados à luz das principais discussões teóricas e dados atuais, fundamentando a relevância da pesquisa e delineando o escopo da investigação proposta.

Em seguida, a relevância do estudo é destacada, justificando sua importância para o campo de conhecimento. A justificativa da escolha e delimitação do tema aprofunda a fundamentação teórica e prática que sustenta a investigação.

A seção destinada aos objetivos explicita tanto o objetivo geral quanto os objetivos específicos, orientando o desenvolvimento da pesquisa. Os aspectos metodológicos são detalhados em seção própria, contemplando a caracterização dos participantes, o local da pesquisa, os instrumentos utilizados — incluindo questionários e escalas validadas —, bem como os procedimentos para coleta, análise de dados e considerações éticas.

Por fim, são apresentados os resultados e discussão, permitindo uma compreensão ampla das variáveis estudadas. A conclusão reúne as principais contribuições da pesquisa, acompanhada de recomendações para futuras investigações e práticas profissionais. Por fim, o trabalho é complementado pelo referencial bibliográfico, apêndices e anexos, assegurando a transparência e a reprodutibilidade do estudo.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Mulheres no Brasil: contextualização histórica do período colonial à contemporaneidade

A história da humanidade em sua constituição foi marcada pela desigualdade entre homens e mulheres, devido a situações em que o exercício do poder provocou a subjugação, exploração e submissão da mulher (SILVA, 2012). A subjugação feminina é abordada por Costa (2008), a qual explica que o conceito de gênero se encontra estreitamente relacionado ao poder, no contexto das relações entre homens e mulheres a desigualdade é uma realidade, pois a mulher foi durante muitos séculos subjugada e submetida ao poder proveniente da sociedade patriarcal.

Scott (1991), por sua vez, argumenta que a expressão gênero, enquanto elemento constitutivo nas relações sociais, as legitima e constrói, estando baseada nas diferenças percebidas entre os sexos. Ela destaca que as transformações nas relações sociais geram mudanças na organização social. Assim, o gênero seria, portanto, uma forma inicial de atribuição de significado às relações de poder (Scott, 1991).

Nesta perspectiva, o gênero seria, portanto, uma forma inicial de atribuição de significado às relações de poder (Scott, 1991). Quanto aos papéis de gênero, Aranson, Wilson e Akert (2018) entendem que há expectativas sociais quanto a forma de comportamento que deve ser expressa pelas pessoas dependendo do gênero e que há uma tendência a associar os homens à esfera produtiva e as mulheres às atividades reprodutivas e domésticas. Tal paradigma persiste até os dias atuais e conduz à visão de que cabe as mulheres casadas assumirem a criação dos filhos, a administração do lar e conduzir concomitantemente sua(s) carreira(s).

Questões de ordem econômica, de legislação e inclusive relacionada aos valores, crenças e costumes baseadas na cultura enveredavam por uma visão ideológica que sustentava o tratamento discriminatório dispensado às mulheres. A sociedade percorreu um longo caminho até que as mulheres conquistassem no Brasil uma posição legal e social mais evoluída em direção a seus direitos. Apesar dos avanços em âmbito legal e social ampliarem a cidadania e

emancipação das mulheres, reconhecendo-as como sujeito de direitos, ainda existe o desafio de materializar a igualdade de gênero a fim de diminuir as diferenças entre homens e mulheres, e superar a ideologia que naturaliza a submissão das mulheres no decorrer da história (Muller; Besing, 2018).

Revisitando a história do Brasil, verifica-se que, desde sua colonização, em 1500, ocorreram alterações na produção agrícola e no regime político, mas a situação da mulher permaneceu praticamente inalterada até o século XIX, quando surgiram no mundo as primeiras manifestações pelas mulheres. Esse movimento foi um marco importante na luta das mulheres por direitos e reconhecimento. Nesse contexto, o tratamento social de questões como maternidade, trabalho e educação formal feminina passou por uma evolução gradual até chegar à contemporaneidade, encontrando-se ainda em expansão, como mencionado por Muller e Besing (2018), no que se refere à equidade de gênero e à superação ideológica da submissão da mulher ao modelo imposto pela sociedade patriarcal.

A fim de introduzir o tema apresentam-se a seguir alguns recortes históricos para compor essa contextualização da mulher no Brasil, do período colonial à contemporaneidade, com ênfase nos diferentes papéis assumidos por essas na sociedade dependendo do *Zeitgeist*¹ de cada época. Considera-se que o resgate histórico se faz necessário por contribuir para a análise e legitimação deste estudo, que enfatiza os aspectos: maternidade, educação e trabalho, considerando as diferenças existentes entre as classes sociais, raça, etnia e idade.

1.1.1 Maternidade

É interessante recapitular brevemente a história da maternidade que variou no decorrer das diferentes épocas históricas, assim como o papel da mulher-mãe na sociedade. Destaca-se a forte influência dos valores culturais e do contexto social sobre questões relativas ao matrimônio, a sexualidade, a

¹ *Zeitgeist*: trata-se de uma terminologia de origem alemã que significa espírito da época ou do tempo, também traduzido como sinal dos tempos. Refere-se ao conjunto do clima intelectual e cultural do mundo, numa determinada época, como também às características genéricas de um período de tempo específico.

maternidade, assim como das famílias, da Igreja e dos discursos e práticas médicas que exerciam controle sobre a mulher, restrita ao espaço privado.

No Brasil Colonial (1500 a 1822) a vida era regida pelas Ordenações Filipinas, um código legal aplicado a Portugal e seus territórios ultramarinos. Segundo este código, em caso de adultério praticado pela mulher, esta arriscava a própria vida, porque a lei permitia ao homem casado que encontrando sua mulher em adultério, poderia matar a ela e ao adúltero (Vainfas, 1987). No século XVI, conforme citado por Del Priore (2004), a historiadora brasileira Araújo explica que as Leis do Estado e da Igreja tinham como objetivo reprimir a sexualidade feminina de maneira rigorosa. Os pais, por sua vez, apoiavam essa visão, exigindo de suas filhas um comportamento exemplar conforme os padrões morais e os bons costumes da época.

Nesse contexto, a libertação da sexualidade feminina era vista como uma ameaça ao equilíbrio familiar, à segurança do grupo social e à ordem das instituições civis e religiosas. A Igreja, por sua vez, defendia a ideia de que o homem era superior à mulher, que era considerada um ser imperfeito, fruto do pecado original. Assim, a mulher deveria ser vigiada ao longo de sua vida, com o homem exercendo sua autoridade sobre ela (Araújo *apud* Del Priore, 2004).

Mães e Igreja acompanhavam de perto o desenvolvimento das meninas, a fim de reprimir o desejo e as sensações, cabia-lhes vigiar atos, sentimentos e, se possível, os sonhos. Os matrimônios eram precoces com homens mais velhos escolhidos pelo pai da jovem. Havia regras impostas pela Igreja para o leito conjugal, o sexo era restrito à procriação, não deveria apresentar excesso, nem erotismo, ser obediente às regras quanto às posições dos casais, e total recusa ao prazer. Neste contexto, a maternidade, advinda do matrimônio, seria o ápice da vida da mulher (Del Priore, 2004).

A Revolução Francesa (1789), que ocorreu no final da Idade Moderna (1453 até 1789) e lutou pela liberdade, igualdade e fraternidade, contribuiu para questionamentos em relação aos direitos das mulheres ocidentais (civis e políticos), embora não tenha resultado na definição de direitos específicos. No entanto, este movimento revolucionário abriu espaço para uma reflexão mais ampla sobre o papel da mulher na sociedade, incluindo questões sobre a maternidade e a criação dos filhos.

A partir do final do século XVIII, as mulheres foram afetadas por diversas influências interligadas que contribuíram para o surgimento da ideia do “amor romântico”. Dally (1982 *apud* Giddens, 1993, p.53) indicou algumas dessas influências, como a criação do lar, a modificação nas relações entre pais e filhos e a “invenção da maternidade”. Nesse contexto, inicia-se a exaltação do amor materno, dentro de um discurso filosófico, médico e político, sendo Rousseau (1762) um dos maiores defensores, valorizando o vínculo afetivo derivado do contato físico entre mãe e filho.

A partir de 1775, a mulher passou a ser objeto de estudo da medicina, com o corpo feminino sendo entendido como naturalmente destinado à maternidade. Esse entendimento estabeleceu seu papel social com base na anatomia, atribuindo-lhe características como fraqueza e sensibilidade, o que reforçou a ideia de que a mulher deveria permanecer confinada ao lar. Essa concepção predominou ao longo do século XIX (Maldonado, 1997).

Entretanto, no final do século XIX o poder patriarcal no meio doméstico apresentava-se em declínio, enfraquecendo-se devido a separação entre o lar e o local de trabalho, em contrapartida o controle das mulheres sobre a criação dos filhos aumentou, de forma que, houve um deslocamento da “autoridade patriarcal para a afeição maternal”, além de ocorrer uma associação entre maternidade e feminilidade (Ryan, 1981 *apud* Giddens, 1993, p.53).

Na década de 1960 ocorreu aumento do consumo de tecnologias reprodutivas (contraceptivos e conceptivos), trazendo à mulher condições para optar com mais segurança sobre a escolha da maternidade; o que acarretou uma mudança importante nesta seara no decorrer do século XX (Scavone, 2001). Porém, a autora aponta que apesar de o modelo da maternidade reduzida ter ajudado a minimizar a ambiguidade entre a vida profissional e a vida familiar, não conseguiu eliminar por completo essa tensão, uma vez que a maternidade continua sendo um dilema para as mulheres que desejam seguir uma carreira profissional, pois são elas que geralmente assumem a maior parte das responsabilidades parentais.

A partir dos anos 60 ser ou não ser mãe passa a ser uma ação reflexiva, uma decisão racional, influenciada por questões sociais, econômicas e subjetivas, incluindo as conquistas tecnológicas para concepção e o controle da fecundidade. “A questão da maternidade em todos seus aspectos sempre esteve

presente na luta libertária das mulheres e, portanto, foi objeto constante da reflexão teórica feminista” (Scavone, 2001, p.48). A educação formal e a formação profissional tornaram-se mais acessíveis às mulheres, assim como sua presença no espaço público, sem, no entanto, deixar a responsabilidade pela criação dos filhos. De forma que, a mulher torna-se presente em três contextos diferentes: educação, trabalho e família (afazeres domésticos). Este fato torna a maternidade uma escolha reflexiva com variações decorrentes das relações de classe, de raça/etnia e de gênero.

Ainda de acordo com Scavone (2001) a maternidade é além de um fenômeno moderno, um fenômeno social, na medida em que, as mudanças sociais atingem de forma diferente as mulheres devido as desigualdades sociais e as questões relacionadas a raça/etnia e gênero, variando entre os países e culturas. A família e a experiência da maternidade encontram-se num período de transição em direção a um novo modelo de maternidade em que prevaleça a equidade de responsabilidade parental e uma relação igualitária entre os sexos, ainda distante da realização concreta, fazendo-se necessário emergir uma sensibilidade social que abata a ideia do determinismo biológico (SCAVONI, 2001).

Ferreira e Furtado (2022) ressaltam que a maternidade, embora faça parte da trajetória de muitas mulheres e seja vista como um processo natural, pode, em determinados contextos, ser percebida como um fardo. Isso ocorre especialmente quando a responsabilidade de ser mãe se soma à rotina universitária, exigindo que a mulher concilie a vida acadêmica com as demandas da maternidade, além de cumprir com compromissos profissionais, sociais e familiares. Em geral, a experiência de mães universitárias é marcada por desafios diários relacionados a aspectos emocionais, financeiros, sociais e familiares, os quais frequentemente comprometem sua permanência na graduação. Por isso, para os autores, é crucial compreender o contexto que molda a realidade dessas mulheres no ambiente universitário.

1.1.2 Educação

Sobre a educação, parafraseando Del Priore (2004), o bispo Azeredo Coutinho em 1798, elaborou estatutos estabelecendo que a educação feminina

devia ser limitada ao mínimo de educação formal, podendo ser efetuada no ambiente familiar ou em casas de recolhimento, sendo que nesta segunda modalidade em estilo de vida em ambiente conventual e/ou clausura. No período mencionado, as meninas provenientes de grupos sociais privilegiados eram educadas para o matrimônio e, para tal, tinham acesso ao ensino de leitura, escrita e noções básicas de matemática, além de aulas de piano e francês. Esse ensino era oferecido em suas casas por professoras particulares ou em escolas religiosas. Elas eram destinadas ao ambiente privado do lar, circulando por espaços públicos apenas em atividades especiais de cunho religioso, como missas, procissões e novenas. Já ao aprendizado das meninas destinadas ao convento acrescentava-se o ensino do latim e da música (Del Priore, 2004), que de acordo com Oliveira (2017) representava uma oportunidade para escapar do analfabetismo,

As meninas enviadas aos conventos de Portugal escapavam ao analfabetismo. A elite não hesitava em mandar as filhas para o convento. Eram filhas de senhores de engenho, capitães-mores, marechais de campo e de fidalgos. Era uma prática da nobreza colocar no convento (Oliveira, 2017, p. 2).

As mulheres neste período viviam sob a égide de uma sociedade patriarcal e, portanto, sob o controle direto dos homens que as exploravam de variadas maneiras, independente da etnia ou classe social (Silva; Castilho, 2014). Oliveira (2017) reforçou esta ideia ao afirmar que,

[...] essa postura e imposição da sociedade masculina, ao longo da história, dificultou a participação da mulher nos espaços públicos ocupados pelos homens colocando-a em posição subalterna e negando-lhe a possibilidade de realização pessoal (Oliveira, 2017, p.1).

Após a Proclamação da Independência (1822) havia o interesse de modificar a percepção sobre o Brasil desatrelando-o do caráter colonial, atrasado, inculto e primitivo que lhe era, até então, atribuído, foi quando se instalou um discurso oficial que buscava apresentar as práticas sociais transformadas, mesmo que algumas fossem apenas aparentes. A educação passa a ser aclamada como importante para a modernização do país, no entanto, “os anos passavam, o Brasil caminhava para o século XX e, nas cidades

e povoados, sem falar na imensidão rural, grande parte da população continuava analfabeta” (Del Priore; Bassanezi, 2004, p.371).

Apenas nas primeiras décadas do século XIX a educação feminina começou a difundir-se na sociedade como um valor social positivo, de forma a romper lentamente com a misoginia presente no mundo. A cultura patriarcal predominante reduzia as mulheres à condição de inferioridade e as confinava ao espaço doméstico, entendido como o *locus* privilegiado do papel feminino (Melo, 2019).

De acordo com Bezerra (2019) até a segunda metade do século XIX, as mulheres ainda não tinham direito à educação formal, que era restrita aos homens; e que para além disso, a educação de homens e mulheres tinham objetivos diferentes. Os homens chegavam a cursar ensino superior, tradicionalmente, Direito e Medicina; enquanto as mulheres ficavam restritas ao aprendizado de prendas domésticas, visando o casamento. Muller e Besing (2018) acrescentam que, as mulheres que conseguiam acesso a certo grau de instrução eram destinadas à esfera privada, sem acesso ao mundo político, econômico, cultural e social, devido às condições culturais vigentes na época. Pois, neste período, o principal aprendizado para a mulher era ser preparada para dedicar-se ao marido, às atividades domésticas e a criação dos filhos (Bezerra, 2019).

Com relação à educação, até a segunda metade do século XIX havia na sociedade uma variação ao acesso à educação entre meninos e meninas, pois as divisões de classe e religiosas, etnia e raça é que determinavam as formas de educação. Para meninos e meninas de origem africana, a escravidão não permitia o acesso a escolarização. A escola pública era proibida aos descendentes indígenas que tinham uma educação voltada às práticas de seus grupos de origem, apenas algumas ações de cunho religioso lhe eram permitidas. Para os trabalhadores livres de outras etnias, como imigrantes de origem alemã, italiana, espanhola, japonesa etc. existiam práticas educativas diferentes, muitas vezes as escolas eram construídas com auxílio de suas regiões de origem e, em geral, atuavam como operários fabris, lavradores, ou pequenos proprietários. (Del Priore; Bassanezi, 2004, p.372).

Durante séculos as mulheres brancas, negras e índias continuaram a sofrer os mesmos problemas apresentados na época do Brasil Colônia: exploração sexual, submissão, subalternidade.

No Brasil Colônia, as índias, as negras e as brancas, cada uma com sua especificidade, foram exploradas pelos colonizadores e pela população masculina. Ingenuamente serviram ao pai, ao patrão e ao marido, manipuladas pela Igreja. Ocuparam um lugar secundário na incipiente sociedade brasileira da qual foram desde o início, excluídas [...] (Teles, 1999, p.157).

Ainda em meados do século XIX foram criadas as primeiras Escolas Normais (nomenclatura adotada na época) para formação de docentes, professores e professoras. O ensino de “pedagogias”, era a única opção permitida para meninas. Porém, em 1874, constatou-se número crescente de alunas e a diminuição de alunos, o que indicou que os homens estavam abandonando as salas de aula. Esse movimento deu origem a “feminização do magistério”, observado em diferentes regiões e países. Há indicações de que isto ocorreu devido ao processo de urbanização e industrialização e ampliação das ofertas de trabalho, com possibilidade de melhores salários para os homens. Havia controvérsias sobre atribuir as mulheres a educação das crianças, alguns grupos a favor e outros contrários (Del Priore; Bassanezi, 2004).

As mulheres foram autorizadas a ingressar no ensino universitário em 1879 (final do século XIX), mediante autorização concedida por Dom Pedro II. O primeiro ingresso feminino ocorreu na Bahia, na faculdade de Medicina em 1887 (Bezerra, 2019).

O ano de 1970 foi marcado por uma expansão na universidade, período em que as mulheres começam a fazer parte, de modo expressivo, do ensino universitário no Brasil. O ingresso da mulher universidade culmina na expansão do ensino superior no Brasil. De acordo com Feclesc (2019) a ausência involuntária da mulher na educação provocou a sua invisibilidade na área educacional e isto ocorreu porque devido ao desinteresse com a educação das mulheres. Apesar de, na atualidade, ainda persistirem pensamentos arcaicos sobre a ideia de que a mulher é inferior ao homem, as mulheres conseguiram superar a construção social historicamente implantada sobre o lugar que a

mulher deveria ocupar na sociedade e, lutam contra o preconceito e pela garantia ao direito de igualdade entre homens e mulheres na sociedade.

No início dos anos 1970 as mulheres ocupavam menos da metade das matrículas nesse nível de ensino; atualmente, mais da metade das matrículas do ensino superior no Brasil é composta por estudantes do gênero feminino (BRASIL, 2019).

No que diz respeito à educação, observa-se uma tendência geral de elevação do nível de escolaridade entre as mulheres em comparação aos homens, com as mulheres apresentando, em média, uma formação acadêmica mais avançada. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024a) revelam que, entre os homens com 25 anos ou mais, 15,1% concluíram o ensino superior, enquanto essa proporção é de 19,4% entre as mulheres na mesma faixa etária no Brasil.

Os resultados do Censo da Educação Superior 2020, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pelo Ministério da Educação (MEC) divulgados em 2021 mostra que a educação superior no Brasil manteve a tendência de crescimento nos números de matriculados, ingressantes e concluintes. Observa-se que, em 2020, mais de 8,6 milhões de matrículas foram registradas pelo Censo da Educação Superior, sendo 1,2 milhão de concluintes. Além disso, 3,7 milhões de estudantes ingressaram em um curso de graduação nesse ano. A pesquisa revelou que havia 2.457 instituições de educação superior no Brasil, em 2020 sendo, 2.153 (87,6%) privadas e 304 (12,4%) públicas. De acordo com dados do INEP (2020) o maior número de ingressantes é constatado nas instituições privadas que registraram 3,2 milhões de estudantes, o que corresponde a 86% do total. E, no caso específico dos Centros Universitários privados, foco desta pesquisa, em 2020 totalizaram 310 instituições formadoras. Já com relação ao número de ingressos por processo seletivo, matrícula e concluintes de cursos de graduação presencial em instituições privadas, do sexo feminino, em 2020, ingressaram 620.915, sendo matriculadas 2.231.169 e, concluintes 415.845, deste montante, em Centros Universitários, ainda quanto ao sexo feminino, ingressaram 203.648, foram realizadas 749.389 matrículas, com 142.176 concluintes.

1.1.3 Trabalho

A restrição imposta pela cultura patriarcal ao lugar da mulher na sociedade, restrita à esfera privada contribuiu sobremaneira para condicionar historicamente a inferiorização feminina no mercado de trabalho, pelo fato de carregar a marca da divisão sexual do trabalho (MELO, 2019). Entretanto, o papel da mulher no mundo do trabalho, nos contextos privado e público, foi sofrendo alterações no decorrer da história.

Na metade do século XIX, de acordo com Del Priore e Bassanezi (2004), o magistério passou a ser entendido como um trabalho para mulheres que apresentassem paciência, minuciosidade, afetividade e doação, sendo a docência percebida como um sacerdócio, mais do que como uma profissão, o que, posteriormente, contribuiu sobremaneira para dificultar a proposição de discussão desta categoria sobre salário, carreira e condições de trabalho. Ainda sobre a inserção da mulher na educação, Azevedo (2019) reforça que este fato ocorreu a partir do século XIX e que conduziu a uma acentuada maioria de docentes mulheres, fato observado até nos dias atuais em instituições de ensino, processo que acarretou um fenômeno chamado de “Feminização da Educação”.

Apesar disso, havia algumas regras, por exemplo, o trabalho fora de casa seria aceitável para moças solteiras, podendo permanecer até o casamento, ocasião em que deveriam se afastar para exercer a missão de esposa e mãe. Também poderiam trabalhar fora as mulheres que ficassem sozinhas, por não terem se casado e viúvas. Mesmo diante desta possibilidade de trabalho para a mulher, a sociedade atribuía ao homem o dever de sustentar economicamente a sua família, sendo entendido como sinal de masculinidade. Dizia-se, ainda, que o magistério era próprio para mulheres porque era um trabalho de “um só turno”, o que permitia que elas atendessem suas “obrigações domésticas” no outro período (DEL PRIORE; BASSANEZI, 2004, p.379). Neste diapasão, além do magistério como campo de trabalho feminino, outra ocupação que foi feminilizada foi a Enfermagem, que assim como o magistério, foi associada ao cuidado, sensibilidade, amor e vigilância.

Com a consolidação da sociedade industrial houve uma transição do modelo tradicional de maternidade (mulher destinada, exclusivamente, a ser mãe), para um modelo moderno de maternidade (proles reduzidas e a mulher

assumindo outras posições, além de mãe). Desigualdades sociais e sexuais marcaram o ingresso da mulher no mundo do trabalho, alterando sobremaneira a maternidade. No século XIX, mulheres operárias começaram a assumir, gradualmente, a “dupla responsabilidade”, o que se solidificou no século XX, sendo denominada pela perspectiva feminista contemporânea como “dupla jornada de trabalho” (SCAVONE, 2001, p. 49). Ainda conforme Scavone (2001) à medida que o século XX avança, as mulheres começam a conquistar progressivamente o espaço público, mantendo simultaneamente a responsabilidade de educar seus filhos. Neste cenário, a decisão de ser ou não mãe adquiriu um caráter reflexivo, sendo influenciada por elementos ligados às condições subjetivas, econômicas e sociais das mulheres e do casal. A chegada da modernidade e seus avanços tecnológicos, especialmente na área da contracepção e, mais recentemente, na concepção, proporcionou às mulheres uma maior liberdade na decisão de serem mães, gerando o dilema de ser ou não ser mãe. Um dos fatores que possibilitou a decisão pela maternidade foi a possibilidade de ser mãe. No sentido empregado por Giddens (1991) a reflexividade da vida social contemporânea está na constante análise e revisão das práticas sociais à luz de novas informações sobre elas mesmas, modificando seu caráter de forma constitutiva.

Essa transição no modelo de maternidade, juntamente com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, reflete as mudanças sociais e econômicas do período. No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, as mulheres operárias viviam sob opressão e exploração, enfrentando longas jornadas de trabalho enquanto mantinham a responsabilidade pelos cuidados domésticos e pela educação dos filhos.

Especificamente sobre o trabalho feminino no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, grande parte do proletariado era composto por mulheres e crianças que viviam situações de opressão e exploração no trabalho, com carga horária diária entre 10 e 14 horas, cabendo aos homens os cargos de direção e às mulheres as tarefas menos especializadas e mal remuneradas.

[...] em 1901, um dos primeiros levantamentos sobre a situação da indústria no estado de São Paulo constata que as mulheres representavam cerca de 49,95% do operariado têxtil, enquanto as crianças respondiam por 22,79%. Em outras palavras,

72,74% dos trabalhadores têxteis eram mulheres e crianças (Del Priore; Bassanezi, 2004, p.486).

Outros levantamentos foram realizados, em 1912, 1919, e indicaram o aumento de mulheres e crianças nos estabelecimentos fabris brasileiros. No entanto, à medida que a industrialização e incorporação de homens avançava as mulheres foram sendo excluídas destes postos de trabalho.

Neste período histórico, era muito difícil para a mulher participar do mundo do trabalho, independente da classe social, pois havia muita variação salarial e intimidação física, desqualificação intelectual e assédio sexual, até mesmo dentro da família havia hostilidade devido ao trabalho fora do lar. Para as mulheres negras e mulatas, a situação era pior, pois ocupavam os setores de trabalho mais desqualificados, com salários baixos e péssimo tratamento, em geral, trabalhavam como empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras, vendedoras de rua e prostitutas. (Del Priore; Bassanezi, 2004).

O direito ao voto foi adquirido pela mulher brasileira em 1932, possibilitou à mulher o reconhecimento como cidadã política, participação e livre escolha de representantes políticos. Entretanto, a condição de cidadania ao trabalho apenas ocorreu entre 1979 e 1985, quando diferentes setores sociais começaram a se mobilizar na busca pela redemocratização do país a fim de melhorar as condições de vida e atingir o nível nacional. De 1980 a 1985 ocorre uma aproximação entre grupos de trabalhadoras e de feministas, com sindicatos e instituições do estado a fim de repensar a divisão do trabalho, de forma que, vem à tona relatos de queixas sobre discriminação, segregação sexual, e questionamentos acerca do local de trabalho e família. Esse processo culminou com a entrada das mulheres em espaços tradicionalmente representados por homens, assim como na esfera sindical, política, entre outras (Cappellin, 2004).

A imagem da feminilidade numa perspectiva social é alterada durante os anos 80, quando surgem proposições sobre equidade entre os sexos, e a reivindicação por mudanças culturais e jurídicas. Sarti (1996) explica que, na década de 80 o movimento de mulheres no Brasil consolidou-se como força política e social, neste período o Brasil passava por um processo de modernização que possibilitou uma significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos políticos, sindicatos,

contribuindo para o processo de legitimação da mulher como sujeito social. Nas décadas de 80 e 90, foram realizados estudos de gênero, que foram acompanhados por diversas fases dos movimentos sociais feministas, conforme destaca Rago (1998).

Tanto as trabalhadoras urbanas como as rurais introduzem em sua participação política temas de reflexão no qual o cotidiano doméstico e do trabalho são ponto de partida para rever a divisão sexual no trabalho e a relação de poder na representação sindical. Algumas experiências de mobilização culminam em 1986 com a criação da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora no nível nacional da Central Única dos Trabalhadores, enquanto a Força Sindical institui em 1992 a Secretaria Nacional da Mulher, do Adolescente e da Criança. (Cappellin, 2004, p.543).

Saffioti (1986) explica que esse contexto de luta por direitos que as mulheres enfrentaram na sociedade foi significativamente favorecido pela participação do movimento feminista nestas conquistas, e que as pautas reivindicatórias pelos movimentos feministas, foram se alterando, dependendo da época histórica, movido por questões sociais, históricas e políticas. Rabay e Carvalho (2011) explicam que os movimentos feministas ocorreram em ondas e isso ocorreu em nível mundial, os autores esclarecem ainda que no Brasil ocorreram três ondas que revelam um aspecto sequencial de movimentos e de instalação de organizações feministas que lutavam pelas mesmas reivindicações, e que a “primeira onda” se refere ao movimento sufragista; a “segunda onda” iniciou-se em 1970, caracterizando-se por uma crítica radical, tanto teórica quanto prática, aos modelos de mulher e de família vigentes e, que a “terceira onda” ocorreu nos anos de 1990, evidenciando “novas mulheres”, dentre as quais: negras, lésbicas, pertencente ao terceiro mundo, as transgêneros, entre outras.

Sobre o papel atual e esperado das mulheres na sociedade, apesar das conquistas femininas ocorridas durante o século XX, como a maior participação no mundo do trabalho, aumento de escolarização e acesso a informações, as desigualdades entre homens e mulheres continuam o que dificulta a equidade de oportunidade e o pleno exercício de direitos, independente do sexo. As mulheres, no século XXI continuam a dedicar mais tempo aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas, e conciliar trabalho remunerado a tarefas

domésticas e cuidados contribui para procurarem por empregos com horário parcial, que exigem menor carga horária semanal de trabalho.

Em 2019, os homens dedicaram em média 11 horas por semana aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, enquanto o tempo dedicado pelas mulheres a estas tarefas foi de cerca de 21 horas e meia por semana.

[...]

Enquanto 15,6% dos homens estavam em empregos de até 30 horas semanais, 29,6% das mulheres tinham empregos com até esta carga horária.

Em relação ao que é recebido pelo trabalho, as mulheres brasileiras receberam cerca de 77,7% do rendimento dos homens. Em 2019, o salário médio mensal dos homens no Brasil foi de R\$ 2.555, enquanto o das mulheres foi de R\$ 1.985.

Como apontado por Talavera (2021), o trabalho se demonstra instigante e revelador, de forma que as várias jornadas de trabalho se instalam no dia a dia da mulher de forma sutil, invisível e imensurável, conduzindo-a a buscar novas estratégias para lidar com as diferentes pressões e demandas a fim de conciliar suas múltiplas tarefas. Corrobora com esta afirmação a ideia de Alves e Pitanguy (2017) para os quais as mulheres assim como os homens assumem o sustento da família, mas não partilham com os mesmos os afazeres e obrigações domésticas tornando-se assim assoberbadas pela dupla jornada de trabalho. Acrescenta-se a questão mencionada por Alves e Antunes (2021) sobre a necessidade de que a luta feminista continue avançando pela igualdade de direitos entre homens e mulheres.

1.1.4 A mulher contemporânea

Do Brasil Colônia ao Brasil Contemporâneo percebe-se avanços importantes quanto à emancipação feminina devido a conquistas legais e sociais, repercutindo no papel assumido pelas mulheres dentro do contexto familiar, assim como, na cultura, na política e na promoção de sua emancipação. Porém, ainda estão postos dois grandes desafios: superar a naturalização quanto a submissão da mulher na sociedade e concretizar a igualdade de gênero.

De acordo com Talavera (2021), ao se referir à mulher contemporânea, explica que o cenário na atualidade se mostra mais consciente e igualitário na busca pela igualdade de direitos, apesar de ainda não ser vivida de forma plena, fato identificável pela necessidade atual de intervenção estatal para aproximar o tratamento da mulher nas esferas social, política e legal ao tratamento já garantido aos homens. Ressalta ainda que tal desigualdade provém de condições sociais anteriores, não significando a causa da opressão econômica feminina, mas sim, seu efeito.

Barros e Mourão (2018) elencam informações provenientes de organizações mundiais, que revelam a situação da mulher na sociedade contemporânea. Num primeiro momento citam o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), agência desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU), publicou em 2015 uma pesquisa revelando que no Brasil, enquanto um homem ocupado (se referindo ao trabalho) dispensa 10 horas por semana em atividades domésticas, a mulher, também ocupada, dedica mais de 24 horas a estes afazeres. Somando a quantidade de horas semanais trabalhadas (em casa e fora dela), as mulheres totalizam 54 horas, e os homens, 46 horas. Além disso, o mesmo estudo expõe que 91% das mulheres ocupadas declaram realizar tarefas domésticas, enquanto o percentual de homens é de 53% para as mesmas funções. E, continuam com dados fornecidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que em 2012 revelou uma realidade presente em praticamente todos os países de que, independentemente do nível de renda, as mulheres são mais propensas a ocupar empregos de baixa produtividade ou no setor informal. Essa realidade está diretamente ligada à desigualdade na distribuição das responsabilidades não remuneradas. Embora o grau de desigualdade varie entre os países, em todos eles as mulheres dedicam mais tempo às tarefas não remuneradas em comparação aos homens. Enquanto os homens investem de uma a quatro horas a mais por semana no mercado de trabalho, a situação se inverte no âmbito das atividades domésticas e de cuidado, resultando em uma desigualdade de tempo desfavorável às mulheres. Elas dedicam entre uma e cinco vezes mais horas às tarefas domésticas e de duas a dez vezes mais ao cuidado de outras pessoas.

Apesar das mulheres terem sido inseridas no sistema jurídico, tanto como parte do processo produtivo quanto como sujeito de direitos e deveres, seguem

indiscutivelmente inferiorizadas, permanecendo em posições de subalternidade quando comparadas aos homens. Por meio da própria linguagem presente na sociedade moderna é perceptível o uso de elementos menos valorizados associados ao feminino (Souza; Aras, 2014).

A mulher, na atualidade, além de cuidar dos filhos, exerce atividade profissional fora do lar, e algumas ainda estudam, entretanto, embora seja motivo de orgulho, a maternidade pode ser uma barreira em sua vida acadêmica (Souza; Dornelas; Barbosa, 2023). Ainda segundo este estudo há indicação de que na opinião de mães universitárias é possível conciliar a jornada de maternidade e estudos, mas apontam que para conciliar a maternidade a outras atividades, incluindo a acadêmica, são necessários alguns fatores, suporte das redes de apoio, renda e políticas de auxílio às mães, como: alimentação, moradia, transporte. Tais fatores são importantes para favorecer a permanência desta categoria na universidade e no trabalho.

Conciliar as exigências sociais, culturais, pessoais e acadêmicas de ser mulher, mãe, e estudante universitária representa um desafio na contemporaneidade, sendo necessário investir na proteção à saúde mental, fortalecimento da rede apoio e diminuição das desigualdades de gênero dentro do contexto universitário (Ferreira; Borges, 2023). Atualmente, no Brasil, são percebidos novos arranjos familiares, por exemplo, famílias menores, aumento de mulheres como chefes de família (Oliveira, 1996; Goldani, 1994) e maior presença feminina no mercado de trabalho (Bruschini, 1994), “confrontando e/ou conciliando a vida profissional com a vida familiar” (SCAVONE, 2001, p.54-55). A maternidade, o trabalho e a formação acadêmica se mostram como variáveis complexas no que tange à subjetividade e saúde mental da mulher, pois enfrenta um dilema entre a busca por satisfação pessoal e melhor condição social e econômica e, exercer o papel de cuidadora, que lhe é, em grande parte das vezes, atribuído (Menezes *et al.*, 2012).

1.2 Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho

1.2.1 Estressores

De acordo com VandenBos (2010) estressor significa qualquer evento, força ou condição que resulta em estresse físico ou emocional. Estressores podem ser oriundos de forças internas ou externas que exigem ajustamento ou estratégias de enfrentamento por parte do indivíduo afetado. Existem os estressores psicossociais, como por exemplo: divórcio, morte de um filho, doença prolongada, mudança de residência indesejada, catástrofe natural ou uma situação profissional altamente competitiva. É conhecido como estressor o estímulo que provoca uma resposta de estresse, podendo proporcionar vantagens ou prejuízos que provoquem emoções no indivíduo, deixando marcas duradouras. Também é um acontecimento, circunstância, objeto ou indivíduo que permita uma carga emocional específica, gerando estímulos que provocam estresse (Pafaro; Martino, 2004).

De acordo com Robbins (1999) há três grupos de fatores potenciais que podem atuar como estressantes. Aqueles de natureza ambiental, os organizacionais e os individuais, que advém de questões pessoais. As definições de estresse e estressores podem variar de acordo com diferentes abordagens teóricas. Por exemplo, algumas definições se baseiam em uma perspectiva dualista de mente e corpo, em que estressores que impactam o corpo não afetariam a mente e vice-versa. Além disso, a classificação dos estressores pode resultar em uma divisão arbitrária entre fatores externos e internos ao organismo (Morais et al., 2004 *apud* Sisto *et al.*, 2004).

1.2.2 Estresse

Estado de resposta fisiológica ou psicológica a estressores internos ou externos que envolve alterações afetando quase todos os sistemas do corpo e influenciando como as pessoas se sentem e se comportam. Podendo manifestar-se por palpitações, sudorese, boca seca, falta de ar, inquietação, fala mais rápida, aumento de emoções negativas que já estão sendo vivenciadas. O estresse pode ser severo, neste caso é manifestado pela síndrome de adaptação geral. Quando o estresse causa alterações mentais e corporais, contribui diretamente para transtorno e doença psicológica e fisiológica afetando a saúde mental e física, reduzindo a qualidade de vida do indivíduo (Vandenbos, 2010).

Na perspectiva de Filgueiras e Hippert (2002) o estresse é uma noção tomada da física que foi definida num sentido biológico pelo médico canadense Hans Selye (1959) como um elemento inerente a toda doença, que produz determinadas modificações, na estrutura e na composição química do corpo, e que podem ser observadas e mensuradas. Dessa forma, o estresse se caracteriza como o estado que se manifesta por meio da Síndrome Geral de Adaptação (SGA) e que pode se desenvolver em 3 fases: a) 1ª Fase – Alerta: fase caracterizada por manifestações agudas, com a liberação de adrenalina e corticóides, na qual o organismo apresenta uma reação de luta, fuga, ou reação de emergência, em que todas as energias são mobilizadas diante de um perigo extremo; b) 2ª Fase – Resistência: na qual o organismo usa suas forças para manter sua resposta, pode ocorrer uma sensação de desgaste, se o estressor for contínuo o indivíduo adentrará a terceira fase; c) 3ª Fase – Exaustão: quando o organismo não tem mais como reagir e pode chegar à morte. De acordo com Selye o estresse está presente em todas estas fases e seus efeitos podem se manifestar tanto na área somática quanto na cognitiva.

Lipp (1984), reconhecida pesquisadora brasileira na temática do estresse, o define como uma reação psicológica com componentes emocionais físicos, mentais e químicos a determinados estímulos que irritam, amedrontam, excitam e/ou confundem o indivíduo.

Conforme VandenBos (2010) o estresse ocupacional é caracterizado pela tensão e pressão experimentadas por trabalhadores no emprego, originamos e de fatores como horários exigentes, decisões difíceis, relacionamentos com colegas e supervisores, condições de trabalho desagradáveis, fadiga, riscos ocupacionais, competição excessiva ou ansiedade sobre possível desemprego.

1.2.3 Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho

A vulnerabilidade ao estresse relaciona-se a fatores predisponentes que elevam a suscetibilidade individual ao impacto de estressores, conforme delineado por Sisto et al. (2007), os quais caracterizam essa condição por meio de distorções cognitivas que provocam interpretações enviesadas de eventos cotidianos, culminando em respostas comportamentais desadaptativas e amplificação da percepção de ameaça. Sadir e Lipp (2009) aprofundam essa

noção ao enfatizar que tais distorções manifestam-se em padrões cognitivos rígidos, como catastrofização ou generalizações excessivas, que impedem a reavaliação realista das demandas ambientais e perpetuam ciclos de ativação psicofisiológica desproporcional. No âmbito laboral, Matos e Araújo (2021) especificam que a vulnerabilidade ao estresse no trabalho emerge da interação entre esses mecanismos internos e demandas organizacionais específicas, como sobrecargas crônicas e falta de suporte, configurando um risco ampliado para exaustão e prejuízos à performance profissional.

Vaz Serra (2000, 2005, 2011), por sua vez, descreve o perfil do indivíduo vulnerável como marcado por baixa autoafirmação, o que compromete a expressão assertiva de necessidades no contexto relacional, aliada a uma tolerância reduzida à frustração que intensifica reações emocionais ante obstáculos menores. Capelo (2017) corrobora essa caracterização ao destacar a dificuldade persistente em enfrentar e resolver problemas, frequentemente substituída por ruminações improdutivas, além de uma preocupação excessiva com demandas rotineiras que consome recursos cognitivos e agrava a emocionalidade desregulada. Essa constelação de traços, segundo os autores, não apenas predispõe a respostas de estresse agudo, mas também favorece a cronificação, demandando intervenções que fortaleçam competências adaptativas como a reestruturação cognitiva e o treinamento em resolução de problemas.

Complementando essas perspectivas, Sisto et al. (2019) analisam a vulnerabilidade como um constructo multidimensional, influenciado por interações gene-ambiente e experiências cumulativas de estresse prévio, o que explica variações individuais na ativação do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal em contextos laborais brasileiros caracterizados por instabilidade. Sadir e Lipp (2012) estendem o debate ao modelo cognitivo-comportamental, postulando que intervenções preventivas devem priorizar a identificação precoce de distorções, por meio de escalas validadas como a EVENT, para mitigar riscos ocupacionais em populações expostas a múltiplos papéis sociais. Matos e Araújo (2021) reforçam essa abordagem ao propor, em cenários nacionais, programas organizacionais que integrem avaliação de vulnerabilidade com estratégias de *coping* coletivo, alinhando-se à visão de Vaz Serra (2011) sobre a necessidade de fomentar resiliência por meio de maior autonomia e suporte psicossocial.

1.2.4 Estresse no trabalho

De acordo com Jacques e Codo (2002), o estresse no trabalho pode ser compreendido como um estado psicofisiológico provocado por exigências ambientais laborais que vão além das possibilidades de adaptação do indivíduo. Esses autores destacam que tal fenômeno tanto pode ativar mecanismos internos de enfrentamento, favorecendo o desenvolvimento pessoal, quanto resultar em efeitos prejudiciais, a exemplo da exaustão física e emocional, queda na produtividade e danos à saúde mental. Eles próprios reforçam a importância de mapear os estressores próprios de cada contexto laboral e as formas de *coping* adotadas pelos trabalhadores, de modo a orientar ações preventivas ou corretivas, pois os limites do estresse dependem da vulnerabilidade pessoal e de condições como excesso de horas de trabalho, pouca autonomia e falta de valorização profissional. Nesse sentido, as saídas positivas passam pela construção de espaços laborais equilibrados, nos quais as demandas encontrem contrapartida em recursos adequados.

Codo (2010), por sua vez, aprofunda essa análise ao tratar o estresse ocupacional como um processo de interação entre o trabalhador e seu meio produtivo, no qual relações interpessoais tensas ou sobrecargas intensificam a sensação de risco, exigindo uma visão transacional que contemple a avaliação primária – como percepção de dano, ameaça ou desafio – e a secundária, relativa aos recursos de enfrentamento. Mendonça et al. (2010) complementam essa ideia ao observar que, no Brasil, o estresse laboral ganha contornos agravados por questões estruturais, tais como insegurança no emprego e carência de apoio psicossocial, e sugerem intervenções organizacionais que estimulem a resiliência em grupo, via treinamentos de *coping* e ajustes no ambiente de trabalho.

Tamayo et al. (2008) avançam no debate ao definir o estresse como um desajuste entre o que se percebe como demanda no emprego e o controle que se tem sobre ela, notando que traços culturais brasileiros, como hierarquias paternalistas e a cobrança por dedicação total, acenturam essa fragilidade, sobretudo em quem lida com vários papéis sociais. Propõem, assim, um levantamento detalhado de estressores por áreas organizacionais – clima, pressão e infraestrutura – aliado a programas de suporte psicológico adaptados

à alta rotatividade e à precariedade típicas do mercado nacional, o que ecoa a ênfase contextual de Jacques e Codo (2002) e indica caminhos para ações que avaliem ao longo do tempo o *coping* adaptativo em oposição ao desadaptativo.

Ferreira e Mendonça (2011), enfim, examinam o estresse pela lente da qualidade de vida laboral, apontando que a escassez de retornos positivos e estruturas rígidas formam estressores persistentes, capazes de corroer a motivação e levar ao burnout em cenários brasileiros. Tomando como base o modelo demanda-controle de Karasek, adaptado localmente, defendem medidas organizacionais que ampliem a margem de decisão e incorporem iniciativas de bem-estar, como atividades físicas no trabalho e grupos de discussão, para conter os lados negativos e realçar os aspectos estimulantes do estresse preconizados por Jacques e Codo (2002). Essa convergência de olhares nacionais traça, portanto, um roteiro sólido para lidar com o estresse no trabalho, com foco na equidade e na durabilidade do bem-estar psicossocial.

1.3 Suporte Social

A percepção de suporte social especialmente proveniente da família e de pares acadêmicos está associada a uma redução das situações de risco psicossocial mitigando os impactos da sobrecarga emocional enfrentada por estudantes mães e trabalhadores.

A fim de introduzir este tema considera-se importante mencionar que desde a década de 1990 resultados de estudos enfatizam a existência de diferentes fontes de apoio ou suporte para os indivíduos, como os aspectos emocionais, instrumentais e informacionais. O aspecto emocional se refere à percepção do indivíduo sobre o afeto recebido dos outros, sendo sua fonte relacionada ao indivíduo se sentir amado, valorizado, tendo a percepção de que as pessoas se preocupam com ele. O segundo aspecto, instrumental, diz respeito a uma percepção prática de ajuda, por isso implica na assistência a recursos financeiros, expressado por meio de ações de apoio aos outros, sendo percebida como uma demonstração de afeto que oferece segurança em momentos de instabilidade financeira, mantendo certa relação com o lado emocional. A terceira fonte de suporte, informacional, se refere a recepção e obtenção de informações relevantes provenientes de outras pessoas, em

situações específicas e ressaltantes para a tomada de decisões, que amparam o indivíduo na tomada de decisões (Rodriguez; Cohen, 1998).

Além disso, ao debruçar sobre o conceito de suporte social pode-se verificar uma variada gama de perspectivas que abrangem suas múltiplas facetas. Um exemplo que pode ser citado é aquele encontrado no estudo de Siqueira (2008) ao incutir ao suporte social um “conceito multidimensional”, incluindo em sua proposta até mesmo recursos materiais e psicológicos aos quais o indivíduo teria acesso através de suas redes sociais.

Entretanto, é interessante também observar o conceito trabalhado por Juliano e Yunes (2014) utilizando-se do termo apoio social, enfatizando em sua publicação as relações, que podem ter sido positivas ou negativas, e que contribuem para a própria formação da personalidade e do desenvolvimento; sugerem inclusive que tais relações podem impactar a saúde física e emocional do indivíduo. No entanto, observa-se em estudo de Ximenes e Queluz (2022) uma visão tripartida da compreensão de suporte social, enfatizando a existência de dimensões como a emocional, instrumental e informacional. Destaca inclusive que a percepção do suporte é um elemento importante por estar “diretamente relacionada a relatos de melhor bem-estar psicológico, redução de riscos de desenvolvimento de enfermidades, além de contribuir para a adaptação frente a condições de estresse.” (Neri *apud* Ximenes; Queluz, 2022, p.116-117).

Ao compreender o estudo e o trabalho, bem como o fato de ser mãe como condição que podem vir a ser geradora de estresse, Antloga *et al.* (2023) realiza um levantamento de dados com mulheres mães e universitárias culminando na conclusão de que presença de um companheiro ou outro integrante familiar atenua o acúmulo de papéis assumidos pela mulher, mãe e universitária, além da renda familiar, que ampliada, apresenta-se como um fator favorável à mulher que se percebe diante dessa situação.

Antloga *et al.* (2023) apresenta com sagacidade o fato de que “o maternar não é percebido tal qual um trabalho, inclusive em função de uma romantização do que é ser mãe em nossa sociedade.” (Antloga *et al.*, 2023, p.3). Entretanto é pertinente lembrar que os cuidados requeridos por um bebê quase que exclusivamente são realizados pela mãe, principalmente no período de amamentação. A autora aponta inclusive a lei nº 6.202/1975 que garante as mulheres uma licença especial, demonstrando o reconhecimento da sociedade

desta necessidade de oferecer à criança condições para seu desenvolvimento já que depende de forma muito intensa a necessidade dos cuidados da mãe ou de um cuidador. E, acrescenta, nesse momento as prioridades são reorganizadas em torno da criança, de forma que, as funções de trabalho e estudo são relegados a um segundo plano.

Como forma de ampliar a compreensão desse fato, Antloga *et al.* (2023) apresenta em seus resultados a presença de danos físicos, sociais e psicológicos e que são relatados pelas mães universitárias como graves. A título de exemplo, a autora cita que os participantes de seu estudo, mães universitárias, apresentam a queixa de sono, cansaço, a presença de estresse, entre outros que impactam significativamente na qualidade de vida. Já no que tange ao estudo, são encontrados casos de interrupção dos estudos, trancamentos, entre outros fatores que afastam a mulher-mãe-estudante do convívio com os demais colegas e professores sem esquecer também das experiências e atividades nas dependências da universidade, apontando o apoio dos professores e outros estudantes como elemento importante para “sentirem-se incluídas e menos isoladas”. (Antloga *et al.*, 2023, p.10)

Encontra-se também uma forte relação entre os fatores físicos e psicológicos quando se percebe por exemplo que, o cansaço e fadiga muitas vezes interfere negativamente nos elementos psicológicos. Fato tal que chega inclusive a modificar a maneira pela qual se percebe o mundo, chegando inclusive a desencadear a agressividade, falta de prazer e culminando em alguns casos na ideação suicida. Apesar da gravidade do tema e sua importância nos dias atuais, a autora relata dificuldades em encontrar dados na literatura nacional envolvendo mães universitárias. (Antloga *et al.*, 2023).

De acordo Rocha e Cruz (2023) em pesquisa realizada sobre maternidade e universidade analisam as formas encontradas pelas mães universitárias para conciliar a maternidade e sua trajetória acadêmica. Os resultados revelam que as redes de apoio, tanto familiares quanto remuneradas, desempenham um papel positivo no sucesso acadêmico dessas mulheres. Em contraste, observa-se que a divisão desigual de tarefas com o parceiro compromete sua trajetória, além de gerar desconfortos e crises nos relacionamentos. No que se refere às redes de apoio, é notável a predominância de figuras femininas. No entanto, em relação às políticas públicas de apoio, existe uma lacuna considerável que

agrava a vulnerabilidade das mulheres que conciliam a maternidade com a atividade acadêmica, mesmo que consigam alcançar seus objetivos de conclusão de formação profissional.

Segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS, há três dimensões do apoio social: emocional, material e informativo, que podem impactar o processo de saúde e doença das pessoas. Assim, quando visto de maneira positiva e reforçada, o apoio social pode exercer um papel de amortecimento contra eventos negativos e estressantes, auxiliando na elevação da qualidade de vida. Caso contrário, uma percepção inadequada do apoio social pode impactar negativamente a pessoa, causando mais estresse e podendo levar ao desenvolvimento de doenças (Who, 1998 *apud* Cardoso; Baptista, 2013).

Resende e colaboradores (2006) enfatizaram que as redes de suporte social são formadas ao longo da vida dos indivíduos, podendo ser vistas como positivas ou negativas, dependendo da avaliação que o indivíduo faz de suas interações sociais. Segundo Nogueira (2001) e Okun e Lockwood (2003), a extensão da rede social tende a se manter ao longo da vida, assim como a relevância dos componentes que a constituem (Cardoso; Baptista, 2013).

Desta forma, compreende-se a necessidade de fomentar o tema para não apenas apontar possíveis caminhos para a mitigação dos problemas enfrentados pelas mães universitárias, mas também demonstrar a necessidade de amparo necessário para que se possa conciliar os diversos papéis. Como o próprio estudo demonstra, a presença do companheiro ou mesmo um membro familiar que se disponha a auxiliar, bem como, o reconhecimento da necessidade de oferecer compreensão por parte dos professores e mesmo os colegas de estudo permitem a percepção por parte destas mulheres do suporte social, em saber que não estão sozinhas no enfrentamento das questões necessárias neste momento que tanto mostra-se importante, visto que a formação proverá o estudo necessário ao exercício profissional bem como o tempo e a energia despendidos a criança promovem melhores condições de desenvolvimento e que sendo ambas as solicitações importantes. Por conta disto, é passível o reconhecimento de que não se deveria dar apenas a atenção a uma em detrimento da outra faceta da vida, visto que ambas são de grande repercussão na história de vida da mulher e que merece o apoio e a compreensão de todos que possam, de alguma maneira, contribuir para esse momento tão importante que se faz

presente na vida acadêmica do estudante e do papel de mãe que se mostra tão sensível quanto especial para a mulher.

1.4 Suporte Laboral

O suporte laboral quando presente tende a reduzir significativamente as situações de exaustão psicossocial, promovendo maior capacidade de gerenciamento entre trabalho maternidade e exigências acadêmicas para estudantes mães.

Com vistas a literatura, verifica-se que o suporte organizacional é um tema de grande interesse na sociedade contemporânea, seja por sua relevância para o indivíduo ou mesmo para as organizações. Estudos como o de Paschoal, Torres e Porto (2010) apontam grande relevância para a percepção do trabalhador em relação às retribuições de seus esforços e a sua prevalência, bem como meios de ser reconhecido, como os elogios ou críticas entre outros feedbacks. Rueda *et al* (2010) traz ainda como um reflexo dos acontecimentos no trabalho e sua reverberação sobre o comportamento do trabalhador, podendo representar, em suas palavras, “uma variável antecedente ou consequente” (Rueda *et al.*, 2010, p.480). Complementa com o fato de que as interações entre os membros da organização e entre membros e líderes colocando as crenças e expectativas em constante interação.

Corroborando com o trabalho de Rueda *et al.* (2010) encontra-se o estudo de Cardoso e Baptista (2012), que coloca também ênfase no “desenvolvimento de crenças por parte dos colaboradores sobre o quanto a organização o valoriza”. E, explica que, o interesse sobre o suporte laboral tem suas raízes em pesquisas advindas de estudos sobre suporte social, que inicialmente estavam mais vinculados ao âmbito da saúde. Historicamente, percebe-se grande interesse pela busca do bem-estar como elemento propiciador de bons resultados dentro do ambiente laboral e demonstrar de que tão importante quanto ofertar o apoio é também garantir a percepção desse apoio por parte do trabalhador que, segundo Cardoso e Baptista (2012), “levam ao indivíduo a crer que é apreciado e tem valor.” (Cardoso; Baptista, 2012, p.23).

O apoio organizacional está relacionado com a percepção individual de quanto uma organização o respeita, valoriza suas contribuições, se preocupa e

cuida do seu bem-estar. Esta forma de apoio engloba as configurações de interação do trabalhador com uma organização e as crenças e expectativas individuais relacionadas a como uma organização percebe o resultado de seu trabalho. A ênfase repousa sobre a existência de expectativas recíprocas nas interações entre trabalhadores e organizações. Os trabalhadores esperam o cumprimento das obrigações legais, morais e financeiras por parte da organização e, as organizações esperam de seus empregados desempenho superior, lealdade e comprometimento com a empresa. Assim, a interação entre trabalhadores e organizações proporciona uma expectativa de troca e benefício mútuo (Eisenberger *et al.*, 1986).

De acordo com Chiavenato (2004), o apoio organizacional é fundamental para a saúde do trabalhador, pois ele atua como um fator protetor contra o estresse ocupacional e contribui para o bem-estar emocional e físico dos funcionários. O apoio organizacional se refere ao suporte que a empresa oferece aos seus colaboradores, seja por meio de recursos materiais, apoio psicológico, feedback positivo ou políticas de incentivo à saúde e ao equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

Chiavenato (2004) destaca que, quando o trabalhador sente que a organização se importa com seu bem-estar e saúde, ele tende a ter um maior nível de satisfação no trabalho, engajamento e motivação, o que impacta diretamente na sua performance e produtividade. Esse apoio também ajuda a reduzir o estresse, ansiedade e exaustão, prevenindo o burnout e outros problemas relacionados à saúde mental e física. Além disso, um ambiente de trabalho com apoio organizacional fortalece o vínculo entre o trabalhador e a organização, promovendo uma cultura de confiança e colaboração, essencial para a manutenção da saúde e do equilíbrio emocional no ambiente de trabalho.

1.5 Satisfação com a experiência acadêmica de mães universitárias e trabalhadoras

A satisfação com a experiência acadêmica em estudantes mães e trabalhadoras é diretamente influenciada pela percepção de suporte social e laboral, sendo mais elevada em contextos que oferecem maior flexibilidade e acolhimento institucional para suas necessidades específicas.

Em busca de uma compreensão mais profunda da relação da Universidade com os alunos, pesquisadores estão desenvolvendo cada vez mais ferramentas que permitam a verificação da experiência do aluno durante sua formação acadêmica, fornecendo apoio para que as instituições reorganizem sua estrutura para atender às demandas dos estudantes. (Schleich; Polydoro; Santos, 2006).

Diversos trabalhos foram realizados com o intuito de buscar informações a respeito da experiência vivenciada pelos estudantes de nível superior. (Schleich, 2006; Rodrigues *et al.*, 2024). Tal fato se justifica pelas mudanças ocorridas e a facilitação do acesso e interesse inclusive governamental no intuito de levar cada vez mais pessoas para a universidade. (Schleich, 2006). Compreendendo tal fato é natural que se busquem maneiras de conhecer melhor o público universitário e para tanto temos disponíveis hoje diversas escalas voltadas para a aferição da satisfação acadêmica. Um exemplo de instrumento que possibilita esta avaliação e que tem sido usado em estudos científicos é a Escala de Satisfação com a Experiência Acadêmica – ESEA.

Em estudo desenvolvido por Rodrigues *et al.* (2024), relata-se que “as medidas de satisfação acadêmica e qualidade dos serviços, consideradas pelos estudantes, se dá pelo conjunto institucional em sua totalidade.” (Rodrigues *et al.*, 2024, p.3) Sendo, portanto, imperioso que as instituições adotem uma análise mais pormenorizada e profunda, tendo em vista a interconexão de múltiplos cenários e variáveis e que tão bem são explorados pela Escala de Satisfação Acadêmica – ESEA, tendo em vista sua característica multidimensional. Corroborando o estudo de Rodrigues *et al.* (2024), está o trabalho publicado por Santos e Romeiro (2017), quando descreve que “as instituições de ensino precisam estar preocupadas com a satisfação deste aluno, que em última análise, é visto como o cliente daquela instituição” (Santos; Romeiro, 2017, p.3).

Nesse contexto, observa-se que a preocupação com a satisfação acadêmica dos estudantes exige não apenas uma análise institucional ampla, mas também a utilização de instrumentos capazes de captar, de maneira precisa, as múltiplas dimensões envolvidas nesse processo. Assim, a aplicação de testes e escalas específicas, como a ESEA, torna-se fundamental para fornecer um diagnóstico detalhado das percepções dos alunos, permitindo

identificar fatores que impactam diretamente sua experiência acadêmica e, conseqüentemente, sua permanência e desempenho.

Diante disso, fica claro que a aplicação de testes ou escalas tem um papel diagnóstico importante, pois avalia diferentes aspectos que influenciam a percepção dos estudantes e pode ser utilizada também em outros contextos, como o ambiente de trabalho. Segundo Nogueira e Oliveira (2022), resultados positivos nessas avaliações contribuem para melhorar a produtividade, a saúde, a qualidade de vida e o desempenho das pessoas.

Com vistas ao instrumento utilizado acrescenta-se a estes aspectos introdutórios as principais definições relacionadas ao construto referente à satisfação com a experiência universitária.

1.5.1 Expectativa universitária

Ao ingressarem na universidade, os estudantes frequentemente apresentam expectativas elevadas, especialmente em relação à possibilidade de estabelecer relacionamentos interpessoais bem-sucedidos. Nesse contexto, autores como Cabrera et al. (1992), Tinto (1975) e Polydoro (2000) destacam que o compromisso institucional está relacionado à expectativa pessoal do estudante de frequentar uma instituição de ensino superior específica. Esse compromisso, por sua vez, é influenciado pelas características acadêmicas e sociais da universidade. Além disso, esses autores ressaltam que a integração social desempenha um papel determinante na intensificação do compromisso institucional ao longo da trajetória acadêmica. (Igue; Bariani; Milanesi, 2008). O ingresso no ensino superior provoca uma mudança na vida do indivíduo e gera expectativas nos estudantes que começam sua vida acadêmica, que apresentam a tendência a imaginar como será essa nova etapa, quanto aos relacionamentos com os novos colegas e professores, de como lidarão com as exigências acadêmicas e de como poderão usufruir da estrutura e das atividades ofertadas pela instituição de ensino (Almeida, 2007). Essas expectativas se referem às cognições, motivações e afetos que os alunos possuem (Soares et al., 2014) diretamente relacionado ao que os estudantes esperam encontrar e concretizar no Ensino Superior (Alves; Gonçalves; Almeida, 2012). (Oliveira; Santos; Dias, 2016).

1.5.2 Experiência universitária

A experiência universitária foi tratada em estudo desenvolvido por Sposito e Tarábola (2016). A pesquisa, foi conduzida com um grupo diversificado de estudantes, buscou analisar os desafios enfrentados em um momento crucial de inserção na experiência universitária. Entre os tópicos que emergiram dos relatos dos participantes, destacam-se as interações com a esfera pública, o engajamento coletivo e a prática política, os quais foram identificados, de forma espontânea, como temas centrais. Em um contexto marcado por expressivo individualismo, não caracterizado pelo egoísmo, sobressai a construção da sociabilidade desses jovens, especialmente no que concerne às diversas formas de percepção e atuação no domínio público e político (Sposito; Tarábola, 2016). O intervalo entre o término do ensino médio e o ingresso no ensino superior é caracterizado como um período marcado por vivências que demandam a priorização de responsabilidades inerentes à vida adulta, acompanhadas pelo desejo de prosseguir os estudos (Zonta; Zanella, 2022).

1.5.3 Resultados da experiência universitária

Enquanto aluno de uma instituição de ensino superior, o indivíduo tem possibilidade de participar de diferentes projetos sociais, inclusive os direcionados a alunos de escolas públicas. Para Sposito e Tarábola (2016) quando estudantes universitários com histórico de baixa sociabilidade e grande enquadramento doméstico e familiar tem a oportunidade de contribuir com projetos desta natureza, sentem-se compelidos a colaborar com esta ação tendo em vista a transformação social. A satisfação acadêmica pode ser compreendida como a avaliação subjetiva que os estudantes realizam acerca de sua vivência educacional, caracterizando-se como um estado psicológico que decorre da correspondência, ou não, entre suas expectativas iniciais e a realidade acadêmica vivenciada. Este conceito está intrinsecamente relacionado à qualidade da aprendizagem, sendo influenciado pelo contexto institucional e educacional, bem como pela forma como os discentes interpretam e interagem com o ambiente de ensino (Ramos *et al.*, 2015).

2 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Desenvolver este estudo representa uma oportunidade de aprofundar os conhecimentos sobre a mulher no contexto acadêmico e seus múltiplos papéis desempenhados na sociedade, especialmente diante do trabalho e da maternidade, e para repensar a questão da inclusão desta categoria em cursos de graduação considerando sua realidade concreta de vida.

Para a categoria profissional dos psicólogos este estudo contribui com o desenvolvimento científico, por tratar-se de uma discussão necessária considerando o aumento crescente de mulheres no ensino superior e no mundo do trabalho, como também tornar a questão da maternidade um assunto visível, considerado e discutido nos diferentes contextos sociais.

Considera-se o tema de relevância social por envolver aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos, promovendo a reflexão em busca de melhoria aos serviços prestados pelas instituições particulares de ensino superior à população pesquisada.

Não há a pretensão de esgotar o tema, mas oferecer à instituição participante subsídios baseados na análise quantitativa dos construtos aplicados para possa desenvolver, posteriormente, novos estudos sobre esta população, em especial sobre: os prejuízos no processo de formação profissional; análise do aproveitamento acadêmico; percepção dos docentes sobre o processo de ensino e aprendizagem; tempo de conclusão dos cursos; participação nos eventos institucionais, reivindicações desta categoria, entre outros.

Para além disso, espera-se que a conclusão deste estudo sirva como base para o desenvolvimento de ações institucionais que contemplem a população participante da pesquisa a fim de oferecer um retorno prático à sua condição de mãe-estudante-trabalhadora e, que caminhe na direção da promoção da inclusão desta população tendo em vista maior sensação de acolhida e pertencimento, favorecendo o processo de ensino e aprendizagem mediante a adequação das práticas e suporte didático-pedagógicos, visando à permanência estudantil pautada numa experiência acadêmica positiva, tendo em vista a conclusão do curso.

3 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA E DELIMITAÇÃO DO TEMA

Justifica-se o estudo por estar relacionado a linha de pesquisa "aprendizagem e ensino" (Linha 1) do programa de pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, da Universidade Estadual Paulista (Unesp-Campus Bauru, SP).

A escolha por desenvolver uma pesquisa quantitativa em psicologia com mães que trabalham e são estudantes de graduação justifica-se pela necessidade de compreender, de forma sistemática e mensurável, os desafios enfrentados por essa população. Esse perfil específico de estudantes frequentemente lida com múltiplos papéis e demandas intensas, como as exigências acadêmicas, as responsabilidades profissionais e as funções maternas, o que pode impactar diretamente sua saúde mental, desempenho acadêmico e bem-estar geral.

A abordagem quantitativa é ideal para explorar variáveis como níveis de vulnerabilidade ao estresse no trabalho, suporte social e laboral, bem como, satisfação com a experiência acadêmica dessas mulheres, utilizando instrumentos padronizados que permitem análises objetivas e generalizáveis. Os dados obtidos podem subsidiar instituições de ensino superior no desenvolvimento de políticas e intervenções mais eficazes para promover a inclusão, o acolhimento e a permanência dessas estudantes nos cursos de graduação, contribuindo para sua formação acadêmica e para a construção de um ambiente educacional mais saudável.

Este estudo delimita-se a investigar a vulnerabilidade ao estresse no trabalho, o suporte social e laboral, e a satisfação com a experiência acadêmica em mães que conciliam a maternidade, o trabalho e os estudos universitários. Por meio de uma abordagem quantitativa busca-se mensurar tais variáveis, considerando os desafios desta população na gestão de suas múltiplas responsabilidades.

O tema apresenta caráter inovador ao explorar a interseção entre três dimensões cruciais na vida das mães que conciliam maternidade, trabalho e estudos universitários; a originalidade do estudo reside na abordagem integrada desses aspectos.

Análises isoladas de dificuldades enfrentadas pelas mães no ambiente acadêmico, ou no mercado de trabalho, são focadas comumente, como no estudo desenvolvido por Antloga *et al.* (2023) que trata sobre a percepção de danos físicos, psíquicos e sociais em mães universitárias, porém não aborda o suporte social e laboral e tampouco a satisfação com a experiência acadêmica. Da mesma forma, outro estudo desenvolvido por Yamomoto (2024) aborda o suporte social e estresse parental em mães universitárias, porém não trata a respeito do suporte laboral e do estresse no trabalho.

Verifica-se na literatura que ainda existem lacunas importantes a serem exploradas, como a interação entre esses fatores e a forma como impactam a experiência acadêmica e profissional das mães, o que justifica a relevância de um estudo mais abrangente que considere todos esses aspectos simultaneamente.

A partir destas considerações, observa-se a necessidade de aprofundar os estudos sobre a mulher no contexto acadêmico e seus múltiplos papéis desempenhados na sociedade, especialmente diante da maternidade, da formação profissional e do trabalho, a fim de os dados quantitativos apresentados propiciem a reflexão quanto à possibilidade de delinear ações interventivas baseadas na realidade concreta de vida desta categoria, de modo a ampliar a inclusão, permanência, adequação das práticas didático-pedagógicas e promoção da saúde/equilíbrio mental e/ou emocional a esta população no contexto universitário.

4 OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Este estudo tem como objetivo geral avaliar e verificar as associações entre vulnerabilidade ao estresse no trabalho, suporte social, laboral e a satisfação da experiência acadêmica em mães universitárias e trabalhadoras. Os objetivos específicos, englobam: apresentar as características sociodemográficas e laborais das participantes; avaliar a vulnerabilidade ao estresse no trabalho; avaliar o suporte social; avaliar o suporte laboral; avaliar a satisfação da experiência acadêmica; verificar diferenças de médias de resposta nos instrumentos aplicados com base em variáveis sociodemográficas.

5 METODOLOGIA

Este projeto consiste em uma pesquisa transversal do tipo descritiva e inferencial, fazendo-se uso da abordagem quantitativa para análise dos dados.

5.1 Participantes

Participam deste estudo 63 discentes que são mães e que trabalham, regularmente matriculadas do 2º ao 10º semestre em cursos oferecidos pela instituição de ensino superior participante situada na região Centro Oeste do estado de São Paulo.

As participantes são majoritariamente dos cursos de Psicologia, Direito e Biomedicina, 96% estudam no período noturno, 74,6% têm idade superior a 33 anos, no tocante a cor de pele 79,4% são brancas, 55% são casadas, e 47,6% têm apenas um filho, 61,9% possuem ensino superior incompleto, trabalham com registro profissional 63,5% e 36,5% trabalham no segmento de prestação de serviço.

5.2 Local

A pesquisa foi realizada nas dependências da instituição de ensino superior, sendo desenvolvida em dois campi, ambos situados na região Centro Oeste do estado de São Paulo. Ressalta-se que a instituição oferece recursos necessários para a realização da pesquisa, disponibilizando ambiente adequado, confortável e arejado para desenvolvimento do estudo. Importante destacar que a Instituição de Ensino Superior em questão aprovou a pesquisa, mas optou-se por preservar sua identificação ao longo desta tese a fim de garantir o sigilo.

5.3 Instrumentos

A seguir apresentam-se os instrumentos de pesquisa que foram utilizados neste estudo.

5.3.1 Questionário Sociodemográfico e Laboral

Trata-se de um questionário, elaborado pela autora, para mensurar informações sociodemográficas e laborais das discentes que participaram da pesquisa. A finalidade do documento é obter dados em relação a idade, local de trabalho, número de filhos, horas trabalhadas por dia, estado civil, dentre outras informações (Apêndice A).

Ressalta-se que, foi realizado um pré-teste para aplicação do questionário em sua versão preliminar com o objetivo de minimizar erros por parte de aplicadores e sujeitos de pesquisa além de aumentar a eficiência do instrumento. Essa medida foi tomada com base nas orientações de Severino (2013) que entende como essencial a testagem prévia do questionário, por meio de um pré-teste com um pequeno grupo de participantes antes de sua aplicação definitiva. Esse procedimento permite que o pesquisador avalie sua eficácia, identifique possíveis problemas e, caso necessário, realize ajustes para aprimorar o instrumento. A aplicação do pré-teste também é indicada por Prodanov e Freitas (2013) por entenderem que o pré-teste consiste na aplicação inicial do questionário a uma pequena amostra, com o propósito de detectar e corrigir eventuais falhas. E acrescentam que a abordagem mais eficaz para realizar essa etapa é por meio de entrevistas presenciais, mesmo que a coleta de dados da pesquisa principal seja feita por outros métodos, como telefone ou plataformas digitais (como foi o caso deste estudo), além disso, a interação direta com os entrevistados possibilita observar suas reações e identificar dificuldades e, após as devidas alterações no instrumento, pode-se realizar um novo pré-teste. As respostas obtidas nessa fase devem ser codificadas e analisadas, permitindo ao pesquisador verificar se o instrumento está adequado aos objetivos da pesquisa e capaz de gerar os dados necessários.

5.3.2 Escala de Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho - EVENT

A EVENT tem por finalidade avaliar a vulnerabilidade dos sujeitos quanto à presença de elementos estressores no ambiente de trabalho. Composta por 40 itens (respondidos por intermédio de uma escala do tipo *Likert* de três pontos) que descrevem situações consideradas geradoras de estresse e solicita aos

sujeitos que pontuem as situações que lhes causam incômodo. A EVENT possui três fatores: Clima e Funcionamento Organizacional; Pressão no Trabalho; e Infraestrutura e Rotina. Possui estudos que atestam suas qualidades psicométricas (SISTO *et al.*, 2007). Trata-se de um instrumento que avalia o quanto os indivíduos estão expostos a fatores estressores em seu ambiente de trabalho e o impacto disso em sua saúde e bem-estar. Tem por finalidade avaliar a vulnerabilidade dos sujeitos quanto à presença de elementos estressores no ambiente de trabalho. Composta por 40 itens, respondidos por intermédio de uma escala do tipo *Likert* de três pontos: nunca (zero), às vezes (um) e frequentemente (dois). Os itens descrevem situações consideradas geradoras de estresse. Solicita-se aos sujeitos que pontuem as situações que lhes causam incômodo. Na EVENT os itens são distribuídos em três fatores:

1. **Clima e Funcionamento Organizacional:** ambiente físico inadequado, liderança despreparada, conflitos com chefia, expectativas excessivas, falta de crescimento profissional, planos de carreira e remuneração, ausência de solidariedade, desvalorização, salário incompatível, rejeição/autoritarismo de autoridade.
2. **Pressão no Trabalho:** acúmulo de funções, atividades inadequadas à função, excesso de responsabilidades, substituição de colegas, ritmo acelerado e obrigações desproporcionais.
3. **Infraestrutura e Rotina:** jornadas estendidas, doenças/acidentes pessoais, equipamentos inadequados, afastamentos frequentes de colegas, alterações de horários/financeiras, trocas de chefia, promoções com transferências, baixa colaboração da equipe e atrasos salariais (Sisto *et al.*, 2007).

Ressalta-se que, as questões abrangem a percepção do indivíduo em relação à organização, incluindo a filosofia empresarial, os relacionamentos interpessoais no ambiente de trabalho e os sentimentos do trabalhador em relação às suas atividades, como motivação e autonomia (SISTO *et al.*, 2007; MIGUEL, 2006).

O quadro abaixo apresenta de maneira clara e didática os principais pontos da Escala de Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho (EVENT), facilitando a compreensão dos fatores, itens e interpretação das pontuações.

Quadro 1 - Escala de Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho (EVENT)

Aspecto	Descrição
Objetivo da Escala	Avaliar a vulnerabilidade dos indivíduos a presença de elementos estressores no ambiente de trabalho.
Estrutura da Escala	Composta por 40 itens. Utiliza escala <i>Likert</i> de 3 pontos: Nunca (0), às vezes (1), Frequentemente (2)
Fatores Avaliados	A escala é composta por três fatores principais
Fator 1* Clima e Funcionamento Organizacional	Composição: 16 itens. Exemplos: Ambiente físico inadequado, chefia despreparada, falta de perspectiva, salário inadequado, tom autoritário da chefia, etc.
Fator 2** Pressão no Trabalho	Composição: 13 itens. Exemplos: Acúmulo de funções, excesso de responsabilidades, ritmo acelerado, mais obrigações do que os colegas, etc.
Fator 3*** Infraestrutura e Rotina	Composição: 11 itens. Exemplos: Jornada de trabalho excessiva, equipamentos precários, mudança no horário de trabalho, escassa cooperação, salários atrasados, etc.
Interpretação da Pontuação	A pontuação total é obtida pela soma dos itens assinalados pelos sujeitos, variando de 0 a 80 pontos. Maior pontuação: Maior vulnerabilidade ao estresse.

Fonte: MATTOS, 2025.

O instrumento possibilita a interpretação de cada fator separadamente. A pontuação é obtida pela soma dos itens marcados pelo respondente, variando de um mínimo de 0 a um máximo de 80. Valores mais altos indicam maior vulnerabilidade ao estresse (Sisto *et al.*, 2007; Miguel, 2006). Portanto, quanto maior a pontuação, maior a vulnerabilidade ao estresse. Quanto maior a vulnerabilidade, maior o risco de desenvolvimento de problemas como ansiedade, depressão, burnout e doenças físicas relacionadas ao estresse. A EVENT possui estudos que atestam suas qualidades psicométricas (Sisto *et al.*, 2007).

5.3.3 Escala de Percepção do Suporte Social – Versão Adulto - EPSUS-A

A EPSUS-A tem por objetivo avaliar o quanto as pessoas percebem as relações sociais em termos de afetividade, interações sociais, auxílios de ordem prática no processo de tomada de decisões e enfrentamento de problemas. É

composta por 36 itens (respondidos por meio de uma escala do tipo *Likert* de quatro pontos), os quais avaliam quatro dimensões: afetivo; interações sociais; instrumental; e enfrentamento de problemas. Apresenta estudos que atestam suas qualidades psicométricas (Cardoso; Baptista, 2016).

A EPSUS-A, de autoria de Cardoso e Baptista (2010) tem como objetivo avaliar a percepção das pessoas sobre suas relações sociais, considerando aspectos como afetividade, interações sociais e auxílios práticos que possam contribuir para o processo de tomada de decisões e enfrentamento de problemas. O instrumento é direcionado a indivíduos com idades entre 18 e 62 anos.

Para a aplicação da EPSUS-A, são necessários a folha de teste e lápis grafite. O teste pode ser administrado de forma individual ou coletiva, com grupos de até 100 pessoas. Para grupos superiores a 20 pessoas, recomenda-se a presença de um auxiliar de pesquisa. A aplicação deve seguir as instruções descritas pela autoria, utilizando-se o manual. O tempo máximo permitido para a aplicação é de 20 minutos, sendo recomendada a realização em uma única sessão. Quando realizada em grupo, as pessoas devem ser adequadamente espaçadas para evitar a comunicação entre elas, e o ambiente deve ser apropriado, com boa iluminação, controle do nível sonoro e cadeiras confortáveis.

O uso e a comercialização da EPSUS-A são restritos a psicólogos devidamente registrados no Conselho Regional de Psicologia, conforme o § 1º do Art. 13 da Lei nº 4.119/62 e a resolução pertinente.

A EPSUS-A inicialmente foi constituída por 77 itens, construídos com base na teoria de suporte social de Rodriguez e Cohen (1998), o qual estipula três possíveis fontes de suporte social. Os itens são respondidos por meio de uma escala *Likert* de quatro pontos (Sempre; Muitas vezes; Poucas vezes; Nunca), com pontuação variando entre 0 e 231, da qual quanto maior a pontuação na escala, maior indício de percepção do suporte social. É composto por quatro fatores: a) Fator Afetivo: composto por itens relacionados ao suporte de ordem emocional, o qual o indivíduo percebe que pode contar com outras pessoas; b) Fator Interações Sociais: refere-se aos relacionamentos do sujeito com outros indivíduos, e com a possibilidade de participar de eventos sociais; c) Fator Instrumental: agrupa itens referentes à percepção de suporte de ordem

material; d) Fator Enfrentamento de Problemas: condensa itens sobre a qualidade da circulação de informações nas interações sociais, e a percepção de pessoas que lhe ofertam suporte por meio de conselhos ou instruções úteis para tomada de decisões e resolução de conflitos. Atualmente, a EPSUS-A é composta por 36 itens, distribuídos entre os quatro fatores.

5.3.4 Escala de Percepção do Suporte Laboral – ESUL

A ESUL avalia a percepção de colaboradores sobre o suporte do contexto do trabalho, especificamente em termos de interações sociais e condições materiais. É composta por 21 itens, respondidos por meio de uma escala do tipo *Likert* de quatro pontos, e agrupados em duas dimensões: Interação (com 15 itens) e Benefícios (composta por 6 itens). Apresenta estudos que atestam suas qualidades psicométricas (Baptista *et al.*, 2016).

A ESUL, desenvolvida por Baptista, Santos, Noronha e Cardoso (2016), tem como objetivo avaliar a percepção dos colaboradores sobre o suporte oferecido pelo contexto de trabalho, com foco nas interações sociais e nas condições materiais disponíveis. O conceito de Suporte Organizacional, abordado por essa escala, refere-se às crenças dos empregados sobre o valor e o cuidado que a organização dedica ao seu bem-estar. Essas crenças e expectativas refletem a percepção do trabalhador sobre o reconhecimento que a organização faz de seus esforços no ambiente laboral. Esse conceito está relacionado à percepção de bem-estar, satisfação e apoio, integrando-se ao movimento da Psicologia Positiva no contexto organizacional. A compreensão do suporte laboral percebido pelos trabalhadores pode incentivar as organizações a minimizarem situações que prejudicam os relacionamentos intralaborais, contribuindo, assim, para um impacto positivo na produtividade.

A ESUL é aplicável a indivíduos com idades entre 17 e 71 anos, podendo ser administrada de forma individual ou coletiva, em grupos de até 30 pessoas. Sua aplicação não possui limite de tempo, sendo que, em média, 15 minutos são suficientes para que os participantes respondam ao instrumento. A aplicação é feita exclusivamente em formato papel e lápis, com normas específicas para os diferentes setores da organização — Comércio, Indústria ou Prestação de Serviços.

Construída com base na teoria de suporte social de Rodriguez e Cohen (1998), a ESUL se fundamenta nas três dimensões descritas pelos autores: suporte emocional, suporte instrumental (ou prático) e suporte informacional. O Suporte Organizacional é entendido como as crenças globais do trabalhador sobre o quanto a organização valoriza e cuida do seu bem-estar, refletindo nas expectativas do indivíduo acerca do reconhecimento de seus esforços. A escala é composta por 21 itens, distribuídos em duas dimensões: Interação (15 itens) e Benefícios (6 itens), com respostas baseadas em uma escala do tipo *Likert* de quatro pontos. (Baptista, *et al.*, 2016). O manual da ESUL descreve normas específicas para o setor da instituição em que o indivíduo trabalha e inclui exemplos de aplicação nos diferentes contextos laborais. Embora existam outras publicações que avaliam o suporte laboral com propriedades psicométricas satisfatórias, a ESUL se destaca por ter o respaldo do SATEPSI, o que agrega valor à literatura existente sobre o tema.

5.3.5 Escala de Satisfação com a Experiência Acadêmica – ESEA

A ESEA é composta por 35 itens, respondido por meio de uma escala do tipo *Likert* de cinco pontos, de acordo com o grau de satisfação atribuído pelos alunos a diferentes aspectos de sua experiência acadêmica. Os itens são distribuídos por três dimensões: Satisfação com o curso; Oportunidade de desenvolvimento; e Satisfação com a Instituição. A ESEA possui estudos que atestam suas qualidades psicométricas em termos de evidências de validade e precisão (SCHLEICH; POLYDORO; SANTOS, 2005).

Schleich, Polydoro e Santos (2006), fundamentados na literatura, desenvolveram a Escala de Satisfação com a Experiência Acadêmica (ESEA), levando em conta elementos cruciais para compreender a satisfação dos alunos em relação à sua experiência acadêmica.

Conforme aponta Santos (2013), a Escala de Satisfação Acadêmica – ESEA é um instrumento de autorrelato. Trata-se de uma escala composta por 35 itens, respondido por meio de uma escala do tipo *Likert* de cinco pontos, de acordo com o grau de satisfação atribuído pelos alunos a diferentes aspectos de sua experiência acadêmica, variando de 1 (nada satisfeito) a 5 (totalmente

satisfeito). Os itens são distribuídos por três dimensões: satisfação com o curso; oportunidade de desenvolvimento; e satisfação com a instituição.

- a) satisfação com o curso: incluindo interação com professores e colegas, disponibilidade dos docentes e domínio dos conteúdos, entre outros);
- b) oportunidades de desenvolvimento: como atividades extracurriculares ofertadas pela instituição e a estrutura curricular; e
- c) satisfação com a instituição: abrangendo elementos da infraestrutura, como conforto, segurança e limpeza das salas de aula, entre outros.

A ESEA possui estudos que atestam suas qualidades psicométricas em termos de evidências de validade e precisão (Schleich; Polydoro; Santos, 2005).

De forma que, apoiado pelas informações trazidas por este instrumento e a sua interpretação, têm-se acesso à informação da satisfação do estudante no que se refere a sua experiência acadêmica (SANTOS *et al.*, 2013). Esta informação se mostra relevante para as instituições de ensino superior na medida em que podem realizar mudanças que impactam diretamente nos itens que são considerados mais importantes para os estudantes, tendo em vista a grande concorrência entre instituições de ensino superior e seu aumento significativo de oferta a partir de uma perspectiva comercial.

5.4 Procedimentos de Coleta de Dados

Para coleta de dados foi utilizado o método de pesquisa de campo e a técnica de aplicação de questionário e escalas do tipo *Likert*. Os instrumentos de pesquisa utilizados incluem um questionário para dados sociodemográficos e laboral (desenvolvido pelos pesquisadores), a Escala de Satisfação com a Experiência Acadêmica (ESEA), a Escala de Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho (EVENT), a Escala de Percepção do Suporte Social – Versão Adulto (EPSUS-A) e a Escala de Suporte Laboral (ESUL).

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, mediante prévia autorização da reitoria da instituição foi realizado um levantamento junto às secretarias de graduação dos dois campi para identificar a quantidade de estudantes, mães e trabalhadoras, matriculadas do 2º ao 10º semestre dos cursos ofertados pela instituição.

Após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética e Pesquisa, iniciou-se a etapa de recrutamento dos participantes e aplicação dos instrumentos de pesquisa. Para recrutamento dos participantes procedeu-se agendamento prévio, de datas e horários, em acordo com reitoria/vice-reitoria e coordenadores de curso. O convite para participar do estudo foi realizado de outubro/2023 a agosto/2024, de forma presencial, em horário normal de aula, no período noturno, ocasião em que foi apresentado o tema e objetivo do estudo, ressaltando-se o sigilo dos dados dos participantes, seguido da liberação, pelo *Google Forms*, de link específico para acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que, sendo aceito conduziria aos instrumentos de pesquisa, sendo estimado o tempo de 20 a 50 minutos para a coleta de dados. Atendendo a solicitação institucional, os participantes puderam responder em sala de aula, mas também foi acrescentada a opção de encaminhar o link de acesso a pesquisa por e-mail ou pelos grupos de WhatsApp de cada turma, a fim de atender as demandas particulares de cada coordenação de curso.

Foram estabelecidos como critérios para inclusão no estudo: ser mãe e graduanda na instituição, independente do curso; estar regularmente matriculada entre o 2º e o 10º semestres; exercer atividade profissional, com ou sem registro em Carteira de Trabalho; ter idade entre 20 e 60 anos; e aceitar assinar o TCLE. Tendo como critério de exclusão: ser graduanda, mãe e trabalhadora, mas estar afastada das atividades acadêmicas no período definido para coleta de dados.

5.5 Procedimentos de Análise de Dados

A análise quantitativa se propõe a fornecer uma interpretação numérica da realidade. As respostas coletadas foram eletronicamente tabuladas, por meio de um programa estatístico.

Ressalta-se que, a análise descritiva dos dados coletados visa a observação, registro e descrição das características do fenômeno utilizando-se os dados coletados, procurando descrever a relação dos fenômenos observados (Fontelles *et al.*, 2009). A análise inferencial de dados, um ramo da estatística, é utilizada para extrapolar conclusões além dos dados observados, permitindo generalizações precisas sobre uma população com base em uma amostra representativa. Essa abordagem é fundamental quando não é viável coletar

dados de toda a população, possibilitando a obtenção de resultados confiáveis a partir de amostras (Sampaio; Assumpção; Fonseca, 2018).

Quanto aos dados quantitativos, esses são apresentados por intermédio de estatísticas descritiva e inferencial. No caso de estatística descritiva, médias e frequências relativas e absolutas são apresentadas em relação às variáveis do questionário sociodemográfico e laboral e aos instrumentos EVENT, EPSUS-A, ESUL e ESEA.

Quanto às análises inferenciais, foram verificadas possíveis diferenças de respostas, com base nos escores alcançados pela amostra nos fatores dos instrumentos, a partir das seguintes variáveis: praticar religião, vínculo empregatício, idade, período de trabalho e renda. Para isso foi aplicado o teste não-paramétrico U de Mann-Whitney quando ocorreram variáveis com dois grupos (praticar religião e vínculo empregatício) e o teste estatístico não-paramétrico Kruskal-Wallis quando a variável exibiu três ou mais grupos (idade, período de trabalho e renda), levando em conta o valor de referência ($p < 0,05$). A normalidade dos dados foi verificada com os testes Shapiro-Wilk e Kolmogorov-Smirnov. O pressuposto de homogeneidade de variância foi avaliado pelo teste de Levene.

5.6 Procedimentos Éticos

O projeto para esta pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP com Seres Humanos do Centro Universitário Católico Salesiano *Auxilium* – UniSALESIANO, situado no município de Araçatuba (SP), conforme parecer consubstanciado do CEP, tendo como Número do Parecer: 5.805.477 e CAAE 64826622.1.0000.5379, aprovado em 9 de dezembro de 2022 (ANEXO A). Somente após a aprovação do projeto, a pesquisa foi iniciada.

Ressalta-se que, a proposta para o desenvolvimento desta pesquisa foi elaborada em concordância às determinações das Resoluções 466/12 e 510/16, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, garantindo o total sigilo das participantes e seus dados, tanto no decorrer, quanto na apresentação dos resultados e em futuras publicações.

Todos os participantes da pesquisa foram informados quanto a manutenção de sua liberdade de participação, bem como ao direito à preservação dos dados que possam identificá-los. As garantias se relacionam com os possíveis riscos e/ou benefícios dos quais essa pesquisa pode ou não vir a causar, como: o direito à privacidade, ao sigilo, à confidencialidade e à anonimidade de dados pessoais. Todas os participantes receberam o TCLE contendo informações sobre justificativa, objetivos e procedimentos da pesquisa; desconfortos, riscos e benefícios; forma de acompanhamento e assistência; garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo; e custos da participação, ressarcimento e indenização.

6 RESULTADOS

Inicialmente serão apresentados os dados descritivos originados dos resultados brutos obtidos através do Questionário Sociodemográfico e Laboral e, posteriormente, pelos instrumentos aplicados - Escala de Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho – (EVENT), Escala de Percepção do Suporte Social – Versão Adulto (EPSUS-A), Escala de Percepção do Suporte Laboral (ESUL) e Escala de Satisfação com a Experiência Acadêmica (ESEA).

6.1 Análises Descritivas

6.1.1 Questionário Sociodemográfico e Laboral: caracterização da amostra

Conforme já citado, a coleta de dados foi realizada com estudantes universitários, mães e trabalhadoras, de duas instituições particulares de ensino superior, situadas nos municípios de Lins e Araçatuba, interior do Estado de São Paulo. Para a análise dos dados foram considerados os questionários completamente preenchidos dentro do período de aplicação.

A amostra final foi composta por 63 participantes, destas 52,4% (n=33) participantes foram da Unidade de Lins e 47,6% (n=30) da Unidade de Araçatuba. Quanto aos cursos nos quais se encontravam matriculadas, 47,7% eram da Psicologia, seguido de Biomedicina com 14,3% e Direito e Nutrição ambos com 9,5%, conforme pode ser verificado na Tabela 1.

Tabela 1 - Curso

Curso	Frequência	%
Arquitetura e Urbanismo	1	1,6
Biomedicina	9	14,3
Ciências contábeis	1	1,6
Direito	6	9,5
Educação física	3	4,8
Enfermagem	2	3,2
Engenharia agrônômica	2	3,2
Fisioterapia	2	3,2
Nutrição	6	9,5
Psicologia	30	47,7
Publicidade	1	1,6
TOTAL	63	100,0

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Considerando-se o semestre em que estavam matriculadas verifica-se que 49,2% (n=31) cursam semestres iniciais (3º e 4º semestres do curso), seguido de 25,4% (n=16) no 6º semestre.

Com relação a intenção de permanência no curso 96,8% (n=61) responderam afirmativamente. No tocante ao período de estudo 96,8% (n=61) cursavam no período noturno. As religiões predominantes foram católicas (33,4%) e evangélica (32,2%), do total de respondentes 76,2 (n=48) se identificam como praticantes.

A maioria das respondentes possuía idade acima dos 33 anos (74,6%). Dos demais, 12,7% tinham entre 18 e 22 anos e 4,8% na faixa etária dos 23 a 27 anos (4,8%).

Com relação a cor de pele, 79,4% (n=50) responderam que são brancas, seguido de 19% (n=12) que se identificam como pardos e apenas uma única estudante que se identificou como preta (1,6%). Quanto ao estado civil, observou-se que a 55,6% declarou ser casada (n=35), 19% (n=12) separadas e 4,8% (n=3) e as solteiras compõem 20,6% (n=13), ou seja, observa-se que há uma presença maior de solteiras que são mães cursando o ensino superior, do que de divorciadas ou viúvas. Para a discussão dos dados, optou-se pela variável estado civil ser condensada em dois grupos: casados e não casados, resultando em 44.4% (n=28) de não casados, incluindo solteiros, separados e

viúvos e outros 55,6% (n=35) de casados e recasados. Com relação ao número de filhos tem-se que os seguintes dados:

Tabela 2 – Número de Filhos

Número de Filhos	Frequência	%
1	30	47,6
2	18	28,6
3	10	15,9
Mais de 3	5	7,9
TOTAL	63	100,0

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

A Tabela 2 apresenta a distribuição da frequência absoluta e relativa do número de filhos entre as participantes da amostra (N = 63). Entre as respondentes, 47,6% (n = 30) possuem um filho, 28,6% (n = 18) possuem dois filhos, 15,9% (n = 10) possuem três filhos e 7,9% (n = 5) possuem mais de três filhos.

Dessa forma, observa-se que a maioria das respondentes possui até dois filhos, enquanto uma proporção menor possui três ou mais filhos. Esses dados compõem a caracterização descritiva da amostra quanto ao número de filhos.

É relevante citar a idade destes filhos, apresentada na Tabela 3.

Tabela 3 – Idade dos filhos

Faixa etária	Frequência	%
Até 1 ano	7	11,1
Entre 2 e 4 anos	3	4,8
Entre 5 e 12 anos	21	33,3
Entre 13 e 17 anos	12	19,0
Acima de 18 anos	20	31,7
TOTAL	63	100,0

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Os dados mostram que, entre os filhos das participantes, 33,3% (n = 21) têm entre 5 e 12 anos, 31,7% (n = 20) têm mais de 18 anos e 15,9% (n = 10)

estão na faixa de até 4 anos. Esses valores correspondem à distribuição das faixas etárias dos filhos na amostra analisada.

Os dados coletados a respeito de nível de escolaridade revelam que a maior parte das respondentes possui Ensino Superior Incompleto, representando 61,9% da amostra (n=39). Em seguida, 22,2% (n=14) das participantes têm Ensino Superior Completo, e 15,9% (n=10) possuem Pós-graduação.

Verifica-se que ao somar as participantes com Ensino Superior Completo e Pós-graduação, observa-se que 38,1% da amostra (n=24) alcançou, pelo menos, a graduação ou formação avançada. No entanto, a maioria das respondentes ainda se encontra no processo de conclusão do Ensino Superior, com 61,9% (n=39) de participantes com o Ensino Superior Incompleto. Esse dado evidencia que, embora haja uma parcela considerável de mulheres com níveis superiores de escolaridade, o número de participantes que ainda não concluiu a graduação é substancialmente maior.

Ainda com relação aos dados coletados, tem-se que 63,5% das participantes possuem vínculo empregatício com registro profissional, enquanto 36,5% têm vínculo sem registro. A maioria das participantes está formalmente registrada, refletindo uma maior proporção de trabalhadores com vínculo formal em comparação aos que se encontram em situação de informalidade. Nos segmentos de trabalho o maior número de respondentes está inserido no setor de Prestação de Serviço, com 36,5% (n=23) das participantes.

Em seguida, o segmento da Educação é o segundo mais representativo, com 22,2% (n=14). O Comércio abrange 17,5% (n=11) das participantes, enquanto a Saúde conta com 12,7% (n=8). Por fim, a Indústria/Empresa corresponde a 11,1% (n=7) das respondentes. A profissão específica realizada variou entre Estagiária, com 11,1% (n=7) da amostra, seguida por Professor, com 9,6% (n=6). Outras profissões representativas incluem Vendedora (6,4%, n=4), Recepcionista (4,8%, n=3) e Auxiliar de Limpeza e Cabeleireira, ambas com 3,2% (n=2).

A Tabela 4, a seguir, apresenta o tipo de trabalho realizado pelas respondentes.

Tabela 4 – Tipo de Trabalho/Profissão

Tipo e Vínculo de Trabalho	Frequência	%
Informal	10	15,9
Temporário	6	9,5
Autônomo	4	6,3
Microempreendedor Individual – MEI	8	12,7
CLT – Carteira Profissional Assinada	24	38,1
Concursado Público Municipal, Estadual ou Federal	8	12,7
Empresário e/ou Sócio	3	4,8
TOTAL	63	100,0

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Percebe-se que 38,1% (n=24) está empregada sob o regime CLT (Carteira de Trabalho Assinada), seguida por 15,9% (n=10) que ocupam posições no setor Informal. Também é possível observar que 12,7% (n=8) das participantes são Microempreendedores Individuais (MEI) ou concursadas em cargos públicos municipais, estaduais ou federais. Outros tipos de vínculo, como Trabalho Temporário (9,5%, n=6) e Autônomo (6,3%, n=4), têm representações menores, assim como o status de Empresário e/ou Sócio, com 4,8% (n=3).

O período de trabalho majoritário foi o integral, compondo 58,7% das respostas (n=37), já com relação ao tempo diário dedicado ao labor, o percentual de 60,3% (n=38) dispõe de oito horas de seu dia, com apenas 12,7% (n=8) ultrapassando esse valor, realizando 12 horas diárias de trabalho, respectivamente. Pela distribuição verifica-se que há participantes que trabalham entre 31 e 44 horas semanais (41,3%) e outras que superam as 44 horas (25,6%).

Esses dados sugerem que as participantes, em sua maioria, enfrentam uma carga horária considerável, com implicações para o equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Por outro lado, os turnos mais curtos, de 06 a 30 horas, embora presentes, representam uma menor parte da amostra, com destaque para a categoria de horas flexíveis, que é a menos recorrente, com apenas 3,2%.

O tempo médio de serviço em tais funções foi quase igualmente predominante nos períodos de atuação de 2 a 5 anos, 34,9% (n=22) e acima de 10 anos, 38,1% (n=63), a maior parte das mães participantes na pesquisa não possuía outra forma de atividade remunerada, compondo 81% (n=51). Os dados referentes à renda das participantes podem ser visualizados na Tabela 5.

Tabela 5 – Renda

Renda Mensal	Frequência	%
Até 1 salário-mínimo	16	25,4
De 1 a 2 salários-mínimos	20	31,7
De 2 a 5 salários-mínimos	19	30,2
Acima de 5 salários-mínimos	8	12,7
TOTAL	63	100,5

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Verificou-se que 39 participantes estão na faixa salarial de 1 a 5 salários-mínimos, representando uma parte significativa da amostra. Em relação à cidade de residência e à cidade de trabalho, os resultados evidenciam que a maior parte dos participantes provém da cidade onde estavam situadas as instituições de ensino nas quais a pesquisa foi conduzida. Um total de 46% (n=29) relatam a necessidade de viajar diariamente devido aos estudos, em contrapartida a apenas 15,9% (n=10) que o fazem para trabalho.

A seguir, serão apresentadas as análises descritivas realizadas a partir dos instrumentos aplicados.

6.1.2 Escala de Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho - EVENT

Considerando os objetivos do presente estudo, procedeu-se, no que se refere à EVENT, a apresentação dos dados descritivos em cada dimensão do instrumento, a partir dos resultados brutos obtidos, conforme Tabela 6.

Tabela 6 – Dados descritivos – EVENT

			Fr	%
EVENT 1 Clima e Funcionamento Organizacional	Classificação	Baixo	33	52,4
		Médio Baixo	13	22,2
		Médio Alto	7	11,1
		Alto	10	14,3
	Pontuação Média	10,47		
			Fr	%
EVENT 2 Pressão no Trabalho	Classificação	Baixo	22	34,9
		Médio Baixo	17	27,0
		Médio Alto	6	14,3
		Alto	15	23,8
	Pontuação Média	13,09		
			Fr	%
EVENT 3 Infraestrutura e Rotina	Classificação	Baixo	29	46,0
		Médio Baixo	16	25,4
		Médio Alto	14	22,3
		Alto	4	6,3
	Pontuação Média	4,41		

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Como é possível observar, houve maior concentração de participantes nas classificações "baixo" e "médio baixo" nos três fatores avaliados pela EVENT. Dentre eles, o Fator 2 – Pressão no Trabalho apresentou a pontuação média mais elevada, sugerindo que essa dimensão constitui a principal fonte de estresse para as participantes. Contudo, os resultados indicam uma baixa percepção de vulnerabilidade frente à presença de elementos estressores no ambiente laboral, o que pode refletir uma experiência ocupacional relativamente equilibrada no contexto analisado.

6.1.3 Escala de Percepção do Suporte Social – Versão Adulto - EPSUS-A

Em relação às análises descritivas com o instrumento EPSUS-A, verificou-se as classificações e a pontuação média a partir dos dados brutos. Os dados podem ser visualizados na Tabela 7, a seguir.

Tabela 7 – Dados descritivos – EPSUS-A

			Fr	%
EPSUS-A – 1 Afetivo	Classificação	Baixo	35	55,6
		Médio Baixo	11	17,4
		Médio Alto	8	12,7
		Alto	9	14,3
	Pontuação Média	29,14		
			Fr	%
EPSUS-A – 2 Interações Sociais	Classificação	Baixo	36	57,1
		Médio Baixo	8	12,7
		Médio Alto	8	12,7
		Alto	11	17,5
	Pontuação Média	6,38		
			Fr	%
EPSUS-A – 3 Instrumental	Classificação	Baixo	40	63,5
		Médio Baixo	7	11,1
		Médio Alto	5	7,9
		Alto	11	17,5
	Pontuação Média	9,06		
			Fr	%
EPSUS-A – 4 Enfrentamento de Problemas	Classificação	Baixo	40	63,5
		Médio Baixo	4	6,3
		Médio Alto	8	12,7
		Alto	11	17,5
	Pontuação Média	9,85		

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

A análise dos resultados revela que, em todas as dimensões avaliadas pela EPSUS-A, a maioria das participantes apresentou classificação baixa. Este resultado demonstra a percepção de precária rede de apoio emocional, instrumental e informacional disponível. Considerando que o suporte social é reconhecido na literatura como um fator de proteção para a saúde mental (variável amortecedora), a baixa percepção desse suporte mostra ainda mais esse risco, além de, poder estar associada a uma maior vulnerabilidade das participantes em relação ao seu bem-estar psicológico.

6.1.4 Escala de Percepção do Suporte Laboral - ESUL

De igual forma, a Tabela 8 apresenta as análises descritivas obtidas a partir dos resultados brutos da ESUL. Essa investigação teve como objetivo fornecer uma visão geral das percepções dos participantes em relação ao suporte laboral recebido, permitindo identificar padrões e tendências nas respostas das trabalhadoras.

Tabela 8 – Dados descritivos – ESUL

			Fr	%
ESUL - 1 Interação	Classificação	Baixo	4	6,3
		Médio Baixo	8	12,6
		Médio Alto	10	16,0
		Alto	41	65,1
	Pontuação Média	27,88		
			Fr	%
ESUL – 2 Benefícios	Classificação	Baixo	26	41,3
		Médio Baixo	13	20,6
		Médio Alto	13	20,6
		Alto	11	17,5
	Pontuação Média	7,11		

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Observa-se que as participantes apresentam uma classificação elevada na percepção de interações sociais dentro de seus ambientes de trabalho, o que sugere que o contexto laboral em que estão inseridas oferece um suporte satisfatório em termos de apoio afetivo. Esse resultado indica que as relações interpessoais e as trocas de informações no ambiente de trabalho são vistas como positivas, contribuindo para o bem-estar emocional e para a troca de conhecimentos entre os membros da equipe.

No entanto, verificou-se uma pontuação significativamente mais baixa no que se refere ao Fator 2 - Benefícios, o que revela que as participantes não percebem os recursos materiais e as condições estruturais oferecidas pelas organizações como sendo adequados ou satisfatórios. Este resultado sugere que, apesar do apoio social percebido, as condições materiais e os benefícios proporcionados pela organização não atendem às expectativas ou necessidades

das participantes, o que pode impactar negativamente em sua satisfação e desempenho no ambiente laboral.

6.1.5 Escala de Satisfação com a Experiência Acadêmica - ESEA

A última análise descritiva se refere aos resultados obtidos pela ESEA, a partir dos resultados brutos em cada dimensão do instrumento. A Tabela 9 apresenta esses dados.

Tabela 9 – Dados descritivos – ESEA

			Fr	%
ESEA – 1 Satisfação com o curso	Classificação	Baixo	0	0
		Médio Baixo	8	12,7
		Médio Alto	28	44,4
		Alto	27	42,9
	Pontuação Média	46,03		
			Fr	%
ESEA – 2 Oportunidade de desenvolvimento	Classificação	Baixo	1	1,6
		Médio Baixo	13	20,6
		Médio Alto	29	42,9
		Alto	20	34,9
	Pontuação Média	32,57		
			Fr	%
ESEA – 3 Satisfação com a Instituição	Classificação	Baixo	0	0
		Médio Baixo	10	15,9
		Médio Alto	25	39,7
		Alto	28	44,4
	Pontuação Média	42,98		

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Verificou-se que as maiores frequências de participantes se concentraram em “médio alto” e “alto” nas três dimensões do instrumento. Os resultados indicam altos níveis de satisfação acadêmica entre os participantes, especialmente no que se refere à satisfação com o curso e com a instituição. Embora a dimensão referente às oportunidades de desenvolvimento tenha apresentado a menor pontuação média, os dados ainda sugerem uma percepção predominantemente positiva, sem concentrações significativas de insatisfação.

No próximo tópico serão apresentadas as análises inferenciais, as quais investigaram as diferenças de médias de respostas nos instrumentos a partir de variáveis sociodemográficas.

6.2 Análises Inferenciais

Com o objetivo de verificar se variáveis sociodemográficas inferiram nas médias de respostas dos construtos avaliados pelos instrumentos EVENT, EPSUS-A, ESUL e ESEA, utilizou-se os testes estatísticos U de Mann-Whitney (para variáveis com dois grupos) e Kruskal Wallis (para variáveis com três ou mais grupos).

A primeira análise consistiu em investigar a variável praticar a religião, conforme dados apresentados na Tabela 10.

Tabela 10 – Diferenças de resposta nos instrumentos com base na variável praticar a religião

Instrumentos	Grupos	Médias dos Postos	U	p
EVENT F1	Não Praticante	36,37	294,500	0,290
	Praticante	30,64		
EVENT F2	Não Praticante	31,60	354,000	0,923
	Praticante	32,13		
EVENT F3	Não Praticante	33,33	340,000	0,746
	Praticante	31,58		
EPSUS-A F1	Não Praticante	34,23	326,500	0,589
	Praticante	31,30		
EPSUS-A F2	Não Praticante	36,90	286,500	0,234
	Praticante	30,47		
EPSUS-A F3	Não Praticante	33,63	335,500	0,692
	Praticante	31,49		
EPSUS-A F4	Não Praticante	36,40	294,000	0,285
	Praticante	30,63		
ESEA F1	Não Praticante	28,40	306,000	0,383
	Praticante	33,13		
ESEA F2	Não Praticante	31,07	346,000	0,821
	Praticante	32,29		
ESEA F3	Não Praticante	29,23	318,500	0,503
	Praticante	32,86		
ESUL F1	Não Praticante	26,57	278,500	0,188
	Praticante	33,70		
ESUL F2	Não Praticante	25,27	259,000	0,101
	Praticante	34,10		

Fonte: Elaborada pelos autores (2025). * $p < 0,05$. EVENT F1: Clima e Funcionamento Organizacional; EVENT F2: Pressão no Trabalho; EVENT F3: Infraestrutura e Rotina. EPSUS-A F1: Afetivo; EPSUS-A F2: Interações Sociais; EPSUS-A F3: Instrumental; EPSUS-A F4: Enfrentamento de Problemas. ESEA F1: Satisfação com o curso; ESEA F2: Oportunidade de Desenvolvimento; ESEA F3: Satisfação com a instituição. ESUL F1: Interação; ESUL F2: Benefícios.

Como observado, não foram encontradas diferenças significativas de médias nos instrumentos a partir da variável praticar ou não a religião, levando em conta o valor de referência ($p < 0,05$). Isso indica que o fato de ser praticante ou não de uma religião não impactou nos indicadores avaliados, nessa amostra. A próxima variável investigada foi o tipo de vínculo empregatício (com ou sem registro profissional).

Tabela 11 – Diferenças de resposta nos instrumentos com base na variável vínculo empregatício

Instrumentos	Grupos	Médias dos Postos	U	p
EVENT F1	Sem registro	23,72	269,500	0,006*
	Com registro	36,76		
EVENT F2	Sem registro	23,59	266,500	0,006*
	Com registro	36,84		
EVENT F3	Sem registro	26,41	331,500	0,065
	Com registro	35,21		
EPSUS-A F1	Sem registro	36,13	365,000	0,175
	Com registro	29,63		
EPSUS-A F2	Sem registro	36,96	346,000	0,102
	Com registro	29,15		
EPSUS-A F3	Sem registro	34,46	403,500	0,419
	Com registro	30,59		
EPSUS-A F4	Sem registro	35,52	379,000	0,246
	Com registro	29,98		
ESEA F1	Sem registro	33,17	433,000	0,700
	Com registro	31,33		
ESEA F2	Sem registro	33,22	432,000	0,689
	Com registro	31,30		
ESEA F3	Sem registro	35,85	371,500	0,206
	Com registro	29,79		
ESUL F1	Sem registro	32,46	449,500	0,881
	Com registro	31,74		
ESUL F2	Sem registro	32,85	440,500	0,779
	Com registro	31,51		

Fonte: Elaborada pelos autores (2025). * $p < 0,05$. EVENT F1: Clima e Funcionamento Organizacional; EVENT F2: Pressão no Trabalho; EVENT F3: Infraestrutura e Rotina. EPSUS-A F1: Afetivo; EPSUS-A F2: Interações Sociais; EPSUS-A F3: Instrumental; EPSUS-A F4: Enfrentamento de Problemas. ESEA F1: Satisfação com o curso; ESEA F2: Oportunidade de Desenvolvimento; ESEA F3: Satisfação com a instituição. ESUL F1: Interação; ESUL F2: Benefício.

Identificaram-se médias de postos significativamente superiores entre as participantes que possuem registro profissional nos fatores F1 – Clima e Funcionamento Organizacional ($M=36,76$; $p = 0,006$) e F2 – Pressão no Trabalho ($M=36,84$; $p = 0,006$) da escala EVENT. Esses resultados indicam que as profissionais com registro formal se percebem como mais expostas a fatores estressores nesses dois domínios, sugerindo uma maior vulnerabilidade percebida ao estresse relacionado tanto à dinâmica organizacional quanto às exigências e pressões do ambiente de trabalho.

A seguir, são apresentados os resultados em relação à variável idade. A amostra foi categorizada em quatro grupos de faixa etária (18 a 22 anos, 23 a 27 anos, 28 a 32 anos e acima dos 33 anos) para melhor sistematização dos dados.

Tabela 12 – Diferenças de resposta nos instrumentos com base na variável idade

Instrumentos	Grupos	Médias	X ²	p
EVENT F1	18 a 22 anos	31,31		
	23 a 27 anos	49,33	3,909	0,271
	28 a 32 anos	39,20		
	Acima dos 33 anos	30,24		
EVENT F2	18 a 22 anos	31,00		
	23 a 27 anos	39,50	0,933	0,817
	28 a 32 anos	36,60		
	Acima dos 33 anos	31,20		
EVENT F3	18 a 22 anos	25,56		
	23 a 27 anos	38,83	1,505	0,681
	28 a 32 anos	31,20		
	Acima dos 33 anos	32,74		
EPSUS-A F1	18 a 22 anos	37,38		
	23 a 27 anos	50,33	4,280	0,233
	28 a 32 anos	31,60		
	Acima dos 33 anos	29,96		
EPSUS-A F2	18 a 22 anos	36,19		
	23 a 27 anos	54,00	5,349	0,148
	28 a 32 anos	30,10		
	Acima dos 33 anos	30,09		
EPSUS-A F3	18 a 22 anos	31,81		
	23 a 27 anos	42,33	2,101	0,552
	28 a 32 anos	23,30		
	Acima dos 33 anos	32,30		

Continua

Conclusão

EPSUS-A F4	18 a 22 anos	35,25		
	23 a 27 anos	40,00	0,999	0,802
	28 a 32 anos	32,30		
	Acima dos 33 anos	30,90		
ESEA F1	18 a 22 anos	31,94		
	23 a 27 anos	49,17	5,779	0,123
	28 a 32 anos	44,50		
	Acima dos 33 anos	29,59		
ESEA F2	18 a 22 anos	32,88		
	23 a 27 anos	47,83	2,999	0,392
	28 a 32 anos	36,80		
	Acima dos 33 anos	30,33		
ESEA F3	18 a 22 anos	29,13		
	23 a 27 anos	47,33	7,234	0,065
	28 a 32 anos	48,80		
	Acima dos 33 anos	29,72		
ESUL F1	18 a 22 anos	29,19		
	23 a 27 anos	26,83	1,573	0,665
	28 a 32 anos	24,70		
	Acima dos 33 anos	33,59		
ESUL F2	18 a 22 anos	30,06		
	23 a 27 anos	29,17	1,029	0,794
	28 a 32 anos	25,40		
	Acima dos 33 anos	33,21		

Fonte: Elaborada pelos autores (2025). * $p < 0,05$. EVENT F1: Clima e Funcionamento Organizacional; EVENT F2: Pressão no Trabalho; EVENT F3: Infraestrutura e Rotina. EPSUS-A F1: Afetivo; EPSUS-A F2: Interações Sociais; EPSUS-A F3: Instrumental; EPSUS-A F4: Enfrentamento de Problemas. ESEA F1: Satisfação com o curso; ESEA F2: Oportunidade de Desenvolvimento; ESEA F3: Satisfação com a instituição. ESUL F1: Interação; ESUL F2: Benefícios.

Conforme evidenciado na Tabela 12, não foram encontradas diferenças de respostas com significância estatística nos instrumentos, a partir da variável idade. Isso indica que a idade não influenciou nos construtos avaliados para essa amostra.

A próxima análise diz respeito à variável período de trabalho. De modo a permitir as comparações, a amostra foi organizada em três categorias, a saber, “sem horário fixo”, “meio período” e “período integral”.

Tabela 13 – Diferenças de resposta nos instrumentos com base na variável período de trabalho

Instrumentos	Grupos	Média dos Postos	χ^2	p
EVENT F1	Sem horário fixo	22,17		
	Meio período	31,96	4,598	0,100
	Período integral	35,20		
EVENT F2	Sem horário fixo	22,96		
	Meio período	27,18	6,400	0,041*
	Período integral	36,76		
EVENT F3	Sem horário fixo	26,25		
	Meio período	30,43	1,968	0,374
	Período integral	34,46		
EPSUS F1	Sem horário fixo	28,33		
	Meio período	31,43	0,712	0,700
	Período integral	33,41		
EPSUS F2	Sem horário fixo	34,08		
	Meio período	30,57	0,244	0,885
	Período integral	31,86		
EPSUS F3	Sem horário fixo	35,46		
	Meio período	31,57	0,538	0,764
	Período integral	31,04		
EPSUS F4	Sem horário fixo	32,79		
	Meio período	29,00	0,486	0,784
	Período integral	32,88		
ESEA F1	Sem horário fixo	33,50		
	Meio período	30,89	0,132	0,936
	Período integral	31,93		
ESEA F2	Sem horário fixo	31,04		
	Meio período	31,46	0,074	0,964
	Período integral	32,51		
ESEA F3	Sem horário fixo	36,83		
	Meio período	30,86	1,032	0,597
	Período integral	30,86		

Continua

Conclusão

ESUL F1	Sem horário fixo	31,54		
	Meio período	27,46	1,249	0,535
	Período integral	33,86		
ESUL F2	Sem horário fixo	29,17		
	Meio período	30,39	0,660	0,719
	Período integral	33,53		

Fonte: Elaborada pelos autores (2025). * $p < 0,05$. EVENT F1: Clima e Funcionamento Organizacional; EVENT F2: Pressão no Trabalho; EVENT F3: Infraestrutura e Rotina. EPSUS-A F1: Afetivo; EPSUS-A F2: Interações Sociais; EPSUS-A F3: Instrumental; EPSUS-A F4: Enfrentamento de Problemas. ESEA F1: Satisfação com o curso; ESEA F2: Oportunidade de Desenvolvimento; ESEA F3: Satisfação com a instituição. ESUL F1: Interação; ESUL F2: Benefícios.

Foi constatado apenas que o Fator 2 – Pressão no Trabalho da EVENT apresentou diferença estatisticamente significativa entre os grupos ($\chi^2 = 6,400$; $p = 0,041$). Os profissionais que atuam em período integral apresentaram a maior média de postos ($M=36,76$) seguidos por aqueles em meio período ($M=27,18$) e, por fim, pelos que não possuem horário fixo ($M=22,96$). Esse resultado sugere que as profissionais com jornada mais extensa percebem maior pressão no ambiente de trabalho, indicando uma possível associação entre carga horária fixa e níveis mais elevados de estresse ocupacional.

Por fim, foi investigado as diferenças de resposta nos instrumentos com base na variável renda, e para tal análise, a amostra foi categorizada em quatro grupos, a saber, “até 1 salário-mínimo”, “de 1 a 2 salários-mínimos”, “de 2 a 5 salários-mínimos” e “acima de 5 salários-mínimos”. Esses dados podem ser visualizados na Tabela 14.

Tabela 14 – Diferenças de resposta nos instrumentos com base na variável renda

Instrumentos	Renda	Média dos Postos	χ^2	p
EVENT F1	Até 1 salário-mínimo	34,25		
	De 1 a 2 salários-mínimos	35,65	2,835	0,418
	De 2 a 5 salários-mínimos	29,55		
	Acima de 5 salários-mínimos	24,19		

Continua

Conclusão

EVENT F2	Até 1 salário-mínimo	31,38		
	De 1 a 2 salários-mínimos	35,80	2,587	0,460
	De 2 a 5 salários-mínimos	27,03		
	Acima de 5 salários-mínimos	35,56		
EVENT F3	Até 1 salário-mínimo	30,03		
	De 1 a 2 salários-mínimos	33,23	0,562	0,905
	De 2 a 5 salários-mínimos	31,05		
	Acima de 5 salários-mínimos	35,13		
EPSUS F1	Até 1 salário-mínimo	38,06		
	De 1 a 2 salários-mínimos	38,10	10,514	0,015*
	De 2 a 5 salários-mínimos	26,45		
	Acima de 5 salários-mínimos	17,81		
EPSUS F2	Até 1 salário-mínimo	38,69		
	De 1 a 2 salários-mínimos	35,75	8,759	0,033*
	De 2 a 5 salários-mínimos	28,55		
	Acima de 5 salários-mínimos	17,44		
EPSUS F3	Até 1 salário-mínimo	37,31		
	De 1 a 2 salários-mínimos	32,28	4,027	0,259
	De 2 a 5 salários-mínimos	31,68		
	Acima de 5 salários-mínimos	21,44		
EPSUS F4	Até 1 salário-mínimo	36,84		
	De 1 a 2 salários-mínimos	35,40	7,312	0,063
	De 2 a 5 salários-mínimos	30,66		
	Acima de 5 salários-mínimos	17,00		
ESEA F1	Até 1 salário-mínimo	36,75		
	De 1 a 2 salários-mínimos	34,28	6,883	0,076
	De 2 a 5 salários-mínimos	23,00		
	Acima de 5 salários-mínimos	38,19		
ESEA F2	Até 1 salário-mínimo	36,84		
	De 1 a 2 salários-mínimos	31,15	5,669	0,129
	De 2 a 5 salários-mínimos	25,13		
	Acima de 5 salários-mínimos	40,75		
ESEA F3	Até 1 salário-mínimo	39,00		
	De 1 a 2 salários-mínimos	34,53	9,656	0,022*
	De 2 a 5 salários-mínimos	21,39		
	Acima de 5 salários-mínimos	36,88		
ESUL F1	Até 1 salário-mínimo	32,31		
	De 1 a 2 salários-mínimos	31,53	0,024	0,999
	De 2 a 5 salários-mínimos	32,03		
	Acima de 5 salários-mínimos	32,50		
ESUL F2	Até 1 salário-mínimo	28,84		
	De 1 a 2 salários-mínimos	32,18	1,199	0,753
	De 2 a 5 salários-mínimos	32,18		
	Acima de 5 salários-mínimos	37,44		

Conclusão

Fonte: Elaborada pelos autores (2025). * $p < 0,05$. EVENT F1: Clima e Funcionamento Organizacional; EVENT F2: Pressão no Trabalho; EVENT F3: Infraestrutura e Rotina.

EPSUS-A F1: Afetivo; EPSUS-A F2: Interações Sociais; EPSUS-A F3: Instrumental; EPSUS-A F4: Enfrentamento de Problemas. ESEA F1: Satisfação com o curso; ESEA F2: Oportunidade de Desenvolvimento; ESEA F3: Satisfação com a instituição. ESUL F1: Interação; ESUL F2: Benefícios.

Verificou-se diferenças significativas de médias dos postos em dois instrumentos – EPSUS-A e ESEA. Em relação à EPSUS-A, nos fatores 1 – Afetivo ($\chi^2 = 10,514$; $p = 0,015$) e no 2 – Interações Sociais ($\chi^2 = 8,759$; $p = 0,033$), as pessoas que possuíam de 1 a 2 salários-mínimos perceberam maior suporte social do que as participantes com renda superior. Ou seja, as pessoas com menor renda percebem mais que podem contar com outras pessoas, indicando também a presença de relacionamentos de qualidade com outros indivíduos.

No que diz respeito à ESEA, evidenciou-se a menor média significativa ($\chi^2 = 9,656$; $p=0,022$) no Fator 3 – Satisfação com a instituição pelas pessoas que possuíam renda entre 2 e 5 salários-mínimos. Esses dados sugerem que as pessoas nessa faixa salarial, percebem menor satisfação com a experiência acadêmica quanto à instituição, o que inclui elementos como infraestrutura, conforto, segurança, limpeza das salas de aula, entre outros. Tal percepção pode refletir uma maior expectativa ou sensibilidade a limitações institucionais por parte desse grupo, evidenciando a importância de considerar variáveis socioeconômicas na análise da experiência universitária.

7 DISCUSSÃO

Estudos que investigam as condições pessoais, sociais, psíquicas e laborais de mães universitárias e trabalhadoras, revelam-se essenciais para a compreensão dos impactos da acumulação de papéis na saúde, bem-estar e nas experiências acadêmicas vivenciadas por esse público (Silva *et al.*, 2023). Assim, por meio desta pesquisa realizada com 63 mulheres, identificou-se dados sociodemográficos, avaliou-se a percepção de vulnerabilidade ao estresse no trabalho, suporte social e laboral e a satisfação acadêmica, bem como verificou-se as diferenças nas médias nos instrumentos, a partir das variáveis praticar religião, idade, vínculo empregatício, período de trabalho e renda.

No que diz respeito ao perfil sociodemográfico da amostra, o predomínio de participantes brancas, casadas, com idade superior a 33 anos, com um ou dois filhos, filiadas às religiões cristãs (católica ou evangélica) e com renda entre 1 e 5 salários-mínimos, pode ser compreendido à luz de aspectos demográficos, culturais e institucionais que historicamente moldam o panorama de acesso ao ensino superior no Brasil.

Dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2023) indicam que, apesar dos avanços em políticas de inclusão, o perfil majoritário de estudantes universitários ainda é composto por mulheres brancas, com renda familiar superior a dois salários-mínimos, especialmente nos cursos noturnos, o que favorece para maior flexibilidade para conciliação com o trabalho e a maternidade. Ademais, a faixa etária mais elevada entre essas estudantes pode ser associada a trajetórias educacionais interrompidas ou postergadas, frequentemente em razão da maternidade precoce ou da priorização do trabalho e da vida familiar em etapas anteriores da vida (Santos; Silva; Duarte, 2021).

Em relação ao estado civil, o fato de ser encontrado em maior parte mulheres casadas é consistente com as estatísticas da região centro-oeste do país, onde residem as participantes. Dados oficiais indicam que cerca de 60% das mulheres adultas vivem em união estável ou casamento. De certa forma, essa condição conjugal tende a proporcionar um ambiente mais estruturado e suporte na rotina familiar, aumentando a capacidade de conciliar trabalho, estudos e maternidade (Freitas *et al.* 2024). Nessa direção, os dados mostram que, para mães universitárias, a presença de um parceiro(a) pode contribuir

diretamente para a viabilização da continuidade acadêmica, especialmente em condições de dupla ou tripla jornada (Barros; Reis, 2024).

Além disso, o número de filhos – maior frequência de um ou dois – pode estar relacionado às decisões reprodutivas estratégicas frente à busca por formação e ascensão profissional, sendo comum que mulheres que retornam à universidade em idade adulta tenham planejado sua vida acadêmica com base em uma estrutura familiar menor (Gonçalves; Silva, 2023). O predomínio de mães com um ou dois filhos entre as participantes também pode ser compreendido ao considerar as transformações nos padrões reprodutivos da mulher brasileira nas últimas décadas. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), a taxa de fecundidade no Brasil vem sofrendo uma queda progressiva, com a média nacional estabilizada em torno de 1,7 filhos por mulher (IBGE, 2023a). Essa redução está associada à ampliação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho e à educação, especialmente ao ensino superior, o que influencia diretamente nas decisões sobre o planejamento familiar. Como apontam Duarte e Paiva (2022), mulheres com maior escolaridade tendem a optar por ter menos filhos, pela busca de autonomia e desenvolvimento pessoal. O acúmulo de papéis entre maternidade, formação acadêmica e inserção profissional leva à racionalização do número de filhos, como forma de possibilitar maior equilíbrio entre as esferas da vida.

No tocante à religiosidade, as maiores frequências encontradas de mulheres católicas e evangélicas estão em consonância com o perfil religioso da população brasileira, no qual 83,6% se identificam com essas denominações (IBGE, 2023b). Mais do que uma característica identitária, a prática religiosa regular tem sido associada à ampliação de redes sociais e ao fortalecimento de vínculos comunitários, funcionando como recurso psicossocial de apoio emocional e instrumental frente às adversidades enfrentadas no cotidiano acadêmico e laboral (Silva; Agapito, 2021).

Quanto ao vínculo empregatício formal (majoritário) e setor de serviços (74% das mulheres; IBGE, 2023a), confirma-se a busca por estabilidade em meio à tripla jornada (Almeida; Cabral; Moura, 2022), mas os resultados revelam maior percepção de estressores (clima organizacional e pressão) entre formalizadas e em jornadas extensas – diretamente corroborando a hipótese

sobre riscos da sobrecarga laboral (Sisto et al., 2007). Inversamente, a baixa vulnerabilidade ao estresse (EVENT) associa-se à elevada percepção de suporte laboral afetivo/interpessoal (ESUL), atuando como moderador psicossocial que mitiga exaustão, alinhado ao modelo demanda-recurso de Bakker e Demerouti (2017) e à mitigação proposta na hipótese via *coping* adaptativo (Codo, 2010). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024b), mais da metade das mulheres economicamente ativas possuem ocupação formal, sendo que esse percentual tende a ser ainda mais elevado entre aquelas com ensino superior completo ou em andamento. A escolaridade mais elevada favorece o acesso a empregos regulamentados, com benefícios trabalhistas e garantias legais, o que torna o registro profissional uma etapa esperada da trajetória ocupacional dessas mulheres.

Ademais, a literatura aponta que mulheres com filhos, especialmente aquelas que precisam conciliar trabalho, maternidade e estudo, buscam, de modo geral, maior estabilidade profissional e previsibilidade de renda. Nesse sentido, o emprego formal aparece como uma estratégia funcional diante das múltiplas demandas cotidianas, uma vez que oferece direitos como licença-maternidade, acesso à previdência social e contratos que reduzem a vulnerabilidade laboral (Almeida; Cabral; Moura, 2022; Felipe *et al.*, 2024). A presença do registro profissional, portanto, pode ser entendida como indicativo de inserção em um setor que proporciona, minimamente, condições de trabalho compatíveis com os desafios enfrentados por mães universitárias e trabalhadoras.

Ainda sobre o vínculo laboral, verificou-se maior frequência de mulheres atuantes no setor de prestação de serviços. Esse achado reflete tanto a estrutura do mercado de trabalho brasileiro, quanto às tendências de inserção feminina em ocupações de algumas áreas. Conforme dados da PNAD Contínua (1º trimestre de 2022), mais de 74% dos empregados no setor privado estavam formalmente vinculados a atividades de serviços — incluindo administração pública, educação, saúde e assistência social — segmentos historicamente feminilizados (IBGE, 2023a). Especificamente no caso das mulheres, o setor de serviços é responsável por absorver grande parte da força de trabalho feminina, dada a expansão de profissões nas áreas de cuidado, ensino e gestão administrativa (IBGE, 2023a; Botassio; Vaz, 2022).

Adicionalmente, o crescimento de ocupações ligadas ao teletrabalho e às plataformas digitais no setor de serviços — como prestação de serviços por aplicativos — fornece maior flexibilidade e conciliação com as tarefas domésticas e acadêmicas, aspectos valorizados por mães que estudam e trabalham. Em 2022, aproximadamente 1,7% da população ocupada estava envolvida nesse tipo de atividade digital, predominante entre perfis que buscam adaptar trabalho e estudos aos cuidados maternos (IBGE, 2023c). Ou seja, o setor de prestação de serviços é visto como um contexto que oferece oportunidades compatíveis com seus múltiplos papéis e condições mais favoráveis para manutenção da jornada tripla de estudos, trabalho e cuidado familiar.

No que se refere à baixa vulnerabilidade ao estresse no trabalho encontrada na amostra, esse resultado pode ser associado, dentre outros aspectos, à elevada percepção de suporte social em termos de interações sociais percebida pelas participantes. A relação entre esses construtos tem sido amplamente discutida na literatura como um fator crítico na determinação do bem-estar psicológico dos trabalhadores. Estudos apontam que níveis reduzidos de suporte organizacional estão diretamente associados ao aumento da percepção de estressores ocupacionais, o que amplia a sensação de vulnerabilidade e desgaste físico e emocional (Ferreira; Almeida, 2023; Dias-Fuzinelli; Cardoso, 2022). O suporte organizacional atua como um recurso-chave que modera os efeitos das demandas laborais sobre o estresse, reduzindo o risco de adoecimento ocupacional (Bakker; Demerouti, 2017). Quando o trabalhador percebe que dispõe de apoio institucional, seja por meio de liderança acessível, condições adequadas de trabalho ou políticas de bem-estar, tende a relatar menor exaustão emocional e maior engajamento profissional.

A baixa percepção de suporte social (EPSUS-A), ainda que revele redes de apoio limitadas, reflete as persistentes desigualdades de gênero e a sobrecarga mental característica da maternidade contemporânea (Hirata, 2016; Fernandes; Rangel; Neves, 2022), posicionando o isolamento como preditor de vulnerabilidade psicossocial. Tal cenário, contudo, é contrabalançado pela elevada satisfação acadêmica (ESEA), associada ao acolhimento institucional, o que nuança a hipótese ao demonstrar que ambientes pedagógicos responsivos (Ramos et al., 2015; Walter et al., 2024) fomentam engajamento e resiliência, atuando como moderadores eficazes contra estressores múltiplos. Ressalta-se,

ainda, que participantes de menor renda (1-2 salários-mínimos) reportaram maior suporte afetivo laboral, mobilizando coesão comunitária como estratégia adaptativa (Fogaça; Fin, 2023; Rosa; Leme; Calabria, 2022), exemplificando o *coping* coletivo como mecanismo mitigador de riscos psicossociais.

No presente estudo, a baixa percepção de suporte laboral estrutural evidencia comprometimentos nas condições materiais de trabalho, como ausência de equipamentos adequados, sobrecarga de tarefas e falta de reconhecimento, ainda que o suporte interpessoal tenha sido avaliado favoravelmente. Essa dicotomia sugere que interações positivas, embora valiosas, revelam-se insuficientes para compensar déficits organizacionais persistentes, corroborando Carlotto e Câmara (2021), que associam a precarização estrutural – particularmente em contextos femininos e no setor de serviços – a maior exposição a estressores ocupacionais. Compreender tal articulação entre suporte laboral e estresse no trabalho torna-se imperativo para o delineamento de intervenções institucionais preventivas, especialmente voltadas a populações vulneráveis como mães universitárias e trabalhadoras (Ramalhete, 2025).

A respeito da baixa percepção de suporte social, estudos demonstram que a rede de apoio materna tem se tornado mais limitada, especialmente em contextos urbanos, nos quais a coabitação com familiares é menos frequente e as redes sociais tornam-se menos disponíveis no cotidiano. Essa realidade é agravada entre mães adultas inseridas no ensino superior, que frequentemente relatam sentimentos de isolamento e a percepção de que precisam dar conta de suas responsabilidades de forma solitária, mesmo quando há presença de familiares ou parceiros (Vieira; Vieira; Prado, 2011; Araya; Guizard, 2025).

Esse cenário revela uma sobreposição de responsabilidades que reflete diretamente os efeitos da desigualdade de gênero ainda vigente na sociedade. Conforme aponta Hirata (2016), o trabalho doméstico e de cuidado continua sendo atribuído quase exclusivamente às mulheres, mesmo quando elas estão inseridas no mercado de trabalho ou em instituições de ensino. Assim, a sobrecarga experimentada pelas mães universitárias não decorre apenas da ausência de redes formais ou informais de apoio, mas também da persistência de papéis de gênero naturalizados, que atribuem às mulheres a

responsabilidade central pelos cuidados com os filhos e pelas tarefas domésticas (Rosemberg, 2020).

Sobre isso, Fernandes, Rangel e Neves (2022) afirmam que mesmo em situações nas quais há presença de um parceiro, o suporte oferecido tende a ser limitado e pouco eficaz na redução da carga mental e operacional da maternidade. Esse desequilíbrio nas dinâmicas familiares não apenas intensifica a percepção de isolamento, mas também compromete a permanência e o desempenho acadêmico das mulheres, configurando uma barreira estrutural de gênero no acesso e na continuidade da formação profissional e legitimação de carreira.

Desta forma, a baixa percepção de suporte social percebida pelas participantes não deve ser compreendida apenas como uma carência pontual de redes de apoio, mas como reflexo de uma estrutura de poder sustentada pela cultura, que naturaliza a responsabilização individual das mulheres pelo cuidado. Essa lógica estrutural, enraizada em valores patriarcais, atua de forma silenciosa, mas poderosa, ao invisibilizar as demandas específicas da maternidade, perpetuando desigualdades de acesso e permanência ao ensino superior (Souza; Dornelas; Barbosa, 2023; Esnard; Grangeiro, 2024).

Em contrapartida, embora as participantes percebam baixa rede de apoio social, verificou-se altos níveis de satisfação acadêmica, especialmente no que se refere à satisfação com o curso e com a instituição. É plausível que essa satisfação decorra do acolhimento e qualidade do ambiente acadêmico. Estudos nacionais confirmam essa associação.

Ao avaliar acadêmicos de Enfermagem em uma universidade pública no Sul do Brasil, Ramos *et al.* (2015) observaram que a satisfação com a experiência acadêmica está estreitamente vinculada a melhorias no processo de ensino-aprendizagem e no ambiente institucional, o que reduz discrepâncias entre expectativas e realidade. Em outro estudo, Walter *et al.* (2024), identificaram que dois fatores — “*teaching environment*” (ambiente de ensino) e “*structural environment*” (infraestrutura física) — são preditores significativos de satisfação acadêmica, com o ambiente pedagógico exercendo maior influência. Esses achados reforçam que, mesmo na ausência de suporte social forte, a presença de boa infraestrutura educacional, apoio docente eficaz e ambiente

institucional acolhedor pode aumentar a motivação, o engajamento e a percepção de pertencimento ao curso.

Em pesquisa conduzida por Mamami-Benito *et al.* (2024) com estudantes brasileiros em contexto pós-pandêmico, evidenciou-se que o engajamento acadêmico é um mediador essencial entre exaustão emocional e satisfação com o curso. Mesmo em situações adversas, quando os estudantes se sentem conectados ao processo de ensino, demonstram maior resiliência e satisfação. No caso específico de mães universitárias e trabalhadoras, esse engajamento pode funcionar como fator de resposta adaptativa, promovendo uma sensação de realização pessoal e autorrealização acadêmica.

Outros dados encontrados foram que as profissionais com registro formal se percebem como mais expostas a fatores estressores, sugerindo maior vulnerabilidade à dinâmica organizacional, exigências e pressões no ambiente de trabalho. Além disso, observou-se que participantes com jornadas laborais mais extensas perceberam níveis mais elevados de pressão no contexto profissional. Sobre esses pontos, é importante considerar que o registro formal está associado às pressões normativas e burocráticas (Giauque; Anderfuhren-Biget; Varone, 2013). Ambientes regulamentados impõem padrões e critérios de jornada de trabalho, produtividade e disponibilidade emocional, o que pode reforçar a percepção de vulnerabilidade e risco psicossocial (Bakker; Demerouti, 2017; Reis *et al.*, 2020). Cabe destacar também que, por vezes, a experiência laboral pode não vir acompanhada de recursos organizacionais suficientes que permitam administrar tais exigências, expondo o indivíduo aos estressores, o que poderia explicar os resultados.

Foi constatado que participantes com menor renda apresentaram maior percepção de suporte afetivo e qualidade nas relações interpessoais no trabalho. Esse achado pode ser compreendido a partir de algumas perspectivas. Fogaça e Fin (2023) afirmam que redes de apoio são ativamente mobilizadas como estratégias de enfrentamento em contextos de baixa renda. A título de exemplo, em bairros de zonas urbanas mais vulneráveis, a coesão social e a reciprocidade cotidiana - medidas como cuidado, empréstimo mútuo e acolhimento - promovem alívio emocional, sensação de pertencimento e bem-estar comunitário (Rosa; Leme; Calabria, 2022).

Uma pesquisa realizada com mulheres na Amazônia mostrou que as redes sociais informais têm papel central na garantia de apoio emocional e prático, funcionando como instrumentos de resiliência coletiva em meio a altíssimas barreiras socioeconômicas (Souza *et al.*, 2023). Em linhas similares, Silva e Salvador (2021) destacam que a presença de coletivos de mães, especialmente no Sudeste, são espaços de suporte emocional e instrumental, fortalecendo o pertencimento e ressignificando a experiência em contextos adversos.

Em outro estudo, Antloga *et al.* (2023) identificaram que a dimensão afetiva e de interações sociais está fortemente relacionada ao bem-estar psicológico e à percepção de pertencimento no ambiente ocupacional, independentemente de fatores hierárquicos ou financeiros. Ou seja, esses apontamentos corroboram aos achados desta pesquisa, sugerindo que, para trabalhadoras em condições mais precárias, as relações interpessoais tornam-se um recurso central de enfrentamento e sustentação emocional, compensando a ausência de suporte estrutural ou formal.

Por fim, salienta-se a importância de políticas institucionais que não apenas reconheçam, mas fortaleçam as redes de apoio entre as mulheres, valorizando a dimensão relacional como eixo estruturante do bem-estar e da permanência acadêmica de mulheres em contextos de acúmulo de funções e desigualdades estruturais. Evidencia-se que a vulnerabilidade socioeconômica pode coexistir com experiências subjetivas positivas de suporte, desde que existam espaços de vínculo, escuta e acolhimento capazes de sustentar a trajetória acadêmica e profissional das mulheres (Sanches; Alonso; Vecchia, 2025).

Diante do exposto, torna-se imperativo que as universidades desenvolvam um olhar acolhedor e políticas afirmativas direcionadas a mães universitárias, reconhecendo suas especificidades e contribuindo para sua permanência e bem-estar acadêmico. Além do acesso formal ao ensino superior, é crucial implementar medidas que efetivamente acolham mães universitárias, integrando suporte prático, adaptação acadêmica e acolhimento emocional. Ao valorizar e institucionalizar o cuidado, tais políticas não apenas reforçam o sentimento de pertencimento, mas também removem barreiras estruturais que limitam a trajetória dessas mulheres na academia — contribuindo assim para

uma universidade mais equitativa, diversa e consciente de suas responsabilidades sociais (Moura; Corrêa; Silva, 2025).

Portanto, a hipótese foi parcialmente confirmada: a sobrecarga múltipla gera vulnerabilidade e estressores laborais intensificados, mas suportes afetivo-social e acadêmico acolhedor reduzem exaustão, promovendo equilíbrio – demandando políticas institucionais interseccionais que fortaleçam *coping* adaptativo e equidade de gênero na permanência universitária (Moura; Corrêa; Silva, 2025; Jacques; Codo, 2002).

8 CONCLUSÃO

Conciliar maternidade, trabalho e vida acadêmica configura-se como um desafio multifacetado que impõe sobre as mulheres uma sobrecarga significativa. Essa realidade é atravessada por marcadores sociais de gênero que historicamente naturalizaram a responsabilização feminina pelo cuidado dos filhos e da vida doméstica, mesmo quando essas mulheres exercem atividades laborais remuneradas e buscam formação acadêmica. No Brasil, a escassez de políticas públicas efetivas voltadas à articulação entre estudo, trabalho e maternidade intensifica as desigualdades, deixando às mulheres a incumbência de construir redes de apoio informais para garantir sua permanência e desempenho nos diferentes espaços que ocupam.

As vulnerabilidades enfrentadas por esse público são diversas e incluem desde a limitação do tempo para atividades acadêmicas até a exaustão física e emocional decorrente da conciliação de múltiplas jornadas. Tais condições frequentemente geram sentimento de culpa, ansiedade e frustração, além de comprometerem o autocuidado e a saúde mental dessas mulheres.

A precariedade das condições de trabalho vivenciada em vários casos, aliada à ausência de infraestrutura adequada nas instituições de ensino — como espaços para amamentação, creches universitárias ou horários acadêmicos flexíveis —, reforça barreiras que dificultam a continuidade da trajetória acadêmica dessas mães, especialmente entre aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O ideal de desempenho que permeia o ambiente universitário — pautado pela produtividade, dedicação exclusiva e disponibilidade irrestrita — é frequentemente incompatível com a realidade de mulheres que vivem múltiplos papéis. Isso contribui para a marginalização simbólica dessas estudantes e para sua invisibilização nos discursos institucionais. Em contextos nos quais a maternidade é vista como um obstáculo ao rendimento acadêmico e profissional, o suporte institucional torna-se ainda mais necessário. A ausência desse suporte aprofunda as desigualdades de gênero e limita o acesso e a permanência de mulheres na educação superior, reforçando os ciclos de exclusão social.

Nessas premissas, o estudo investigou a percepção de vulnerabilidade ao estresse, suporte social, suporte laboral e satisfação com a experiência

acadêmica em mulheres que acumulam os papéis de mães, profissionais e estudantes do ensino superior noturno. Este grupo enfrenta desafios expressivos relacionados à sobrecarga física, emocional e cognitiva, decorrentes da conciliação de múltiplas responsabilidades.

Os resultados demonstraram que, embora a rede de apoio social percebida pelas participantes seja limitada, há elevados índices de satisfação com o curso e com a instituição. Esse achado pode ser atribuído a ambientes institucionais acolhedores e a estruturas responsivas às necessidades específicas das alunas, condições que favorecem o engajamento e a motivação, mesmo diante de contextos adversos. Observou-se também que o suporte social no contexto laboral, particularmente no aspecto afetivo e de interações sociais, foi positivamente avaliado pelas participantes. Relações interpessoais de qualidade, especialmente com colegas e gestores, podem atuar como fator de resiliência, promovendo bem-estar e amortecendo o impacto das pressões cotidianas. Em contrapartida, houve baixa percepção quanto ao suporte material e estrutural no trabalho, evidenciando a carência de recursos institucionais que sustentem a produtividade e a saúde mental dessas mulheres.

A análise dos dados evidenciou que profissionais com registro formal se percebem mais expostas a estressores laborais, o que pode estar relacionado às pressões normativas e à ausência de contrapartidas adequadas em termos de suporte organizacional. Ademais, mulheres com jornadas mais extensas demonstraram maior percepção de pressão no ambiente de trabalho, o que reforça a necessidade de políticas institucionais voltadas ao equilíbrio entre trabalho e vida pessoal.

Outro aspecto relevante refere-se à associação entre renda familiar e suporte social percebido. As participantes com menor renda perceberam maior suporte afetivo e interações sociais positivas, o que pode estar relacionado à maior mobilização de redes comunitárias e de solidariedade como estratégia de enfrentamento das adversidades cotidianas, especialmente entre mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A hipótese de trabalho foi parcialmente confirmada pelos resultados do estudo. Os dados revelam maior vulnerabilidade ao estresse ocupacional oriunda da sobrecarga multifacetada (maternidade, trabalho e estudos), com riscos psicossociais como exaustão emocional e culpa corroborados pela

precariedade laboral, jornadas extensas e baixa percepção de suporte material/estrutural, particularmente entre profissionais formais e de baixa renda. Contudo, a mitigação por meio de suporte social afetivo (família, pares acadêmicos e interações laborais positivas) e elevada satisfação acadêmica, atribuída a acolhimento institucional, refuta parcialmente a gravidade generalizada dos riscos, evidenciando resiliência e equilíbrio em ambientes responsivos. Ressalta-se que, nesse contexto, o *coping* adaptativo – conforme Codo (2010) – refere-se às estratégias de enfrentamento eficazes que permitem ao indivíduo gerenciar estressores de forma funcional, utilizando recursos emocionais, sociais e cognitivos para restaurar o equilíbrio psicofisiológico, reduzir a percepção de ameaça e promover bem-estar sustentável, em oposição ao *coping* desadaptativo que perpetua ansiedade e exaustão. Os achados do estudo exemplificam esse *coping* por meio de redes afetivas e suporte institucional, que amortecem impactos da múltipla jornada e favorecem o desempenho acadêmico apesar das adversidades.

Sendo assim, o estudo reforça a importância de ações institucionais sensíveis às especificidades desse grupo, como o desenvolvimento de políticas de permanência que contemplem o acolhimento das mulheres em múltiplas jornadas. Como contribuição, este estudo amplia o campo de conhecimento sobre as interfaces entre trabalho, maternidade e vida acadêmica, oferecendo dados empíricos que podem subsidiar estratégias de suporte institucional mais equitativas e humanizadas.

Entretanto, algumas limitações metodológicas devem ser reconhecidas. A amostra reduzida e a predominância de estudantes de cursos específicos e de instituições privadas limitam a generalização dos resultados. Além disso, a adesão ao estudo pode ter sido afetada pelas rotinas exaustivas das participantes, dificultando o alcance de perfis mais diversos. O recorte regional da pesquisa também restringe a compreensão dos dados a outras realidades brasileiras.

Diante disso, recomenda-se que futuras pesquisas ampliem a amostragem, incluindo mulheres de diferentes regiões do país, com recortes comparativos entre universidades públicas e privadas, a fim de explorar as disparidades estruturais entre contextos institucionais. Sugere-se a realização de análises longitudinais e qualitativas que permitam acompanhar o impacto

dessas condições ao longo da formação acadêmica e profissional, bem como o aprofundamento de estudos sobre políticas institucionais que contribuam para a equidade de gênero no ensino superior.

Em síntese, esta pesquisa contribui para a compreensão das demandas específicas de um grupo historicamente negligenciado pelas políticas institucionais, reafirmando a importância de uma abordagem interseccional e sensível às múltiplas dimensões que atravessam a experiência de ser mulher, mãe, trabalhadora e estudante.

REFERÊNCIAS

- Almeida, F. C.; Cabral, M. A.; Moura, R. S. Família, trabalho e educação: os sentidos da trajetória acadêmica de mães universitárias. **Revista Brasileira de Estudos de Gênero**, v. 6, n. 2, p. 78–95, 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revista fg/article/view/38010>. Acesso em: 18 jul. 2025.
- Alves, B. M. A.; Pitanguy, J. **O que é feminismo**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2017.
- Alves, Rita de Cássia Assis; Antunes, Maria Cristina. **Mulheres e a tripla jornada de trabalho**. Curitiba, PR: Juruá, 2021.
- Antloga, Carla Sabrina *et al.* Percepção de danos físicos, psíquicos e sociais no trabalho de ser mãe universitária. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, e253141, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/wvTKwnSdpfdqP6yd7V6HpVh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2024.
- Aquino, Regiane Ribeiro de. **Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF) e Escala de Venerabilidade ao Estresse no Trabalho (EVENT): evidência de validade**. [Dissertativa] - Programa de Pós- Graduação em Stricto Sensu em Psicologia da Universidade São Francisco. Itatiba, 2007. Disponível em: <https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/385/6973252764546037.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.
- Araya, Isabel; Guizardi, Menara. Desigualdades persistentes: uma revisão sistemática da presença feminina e das desigualdades de gênero na academia mexicana. **CUHSO (Temuco)**, Temuco, v. 35, 2025. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2452-610X2025000100217&lng=es&nrm=iso Acesso em: 28 jul. 2025.
- Azevedo, Lavine Jordane Queiroz. **Os processos históricos da feminização da profissão docentes: uma análise no interior do estado de goiás**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Programa de Pós-graduação Lato Sensu em Ciências e Educação Matemática) - Instituto Federal Goiano, Campus Ceres, 2019. Disponível em: https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/1471/1/mon_Especializacao_Lavine_Jordane_Queiroz_de_Azevedo_FEMINIZA%C3%87%C3%83O_DA_EDUCA%C3%87%C3%83O%20%282%29.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.
- Bakker, Arnold B.; Demerouti, Evangelia. *Job demands–resources theory: Taking stock and looking forward*. **Journal of Occupational Health Psychology**, v. 22, n. 3, p. 273–285, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/ocp0000056>. Acesso em: 17 jul. 2025.
- Barros, Leonardo de Oliveira; REIS, Andreza Nathielly Batista. Trajetória acadêmica e de carreira de universitárias grávidas ou com filhos(as). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 19, e22624, 2024. Disponível em:

<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/22624>. Acesso em: 23 jul. 2025.

Barros, Suzane Carvalho da Vitória; MOURÃO, Luciana. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Gonçalo/RJ, v.30, n.1, p.74-90, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30174090>. Acesso em: 22 set. 2024.

Botassio, Diego Camargo; VAZ, Daniela Verzola. *Occupational Feminization and Pay: The Case of Brazil. Special Edition - Family and Gender Economics*, v. 42, n.1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/bre/article/view/85018>. Acesso em: 25 jul. 2025.

Bruschini, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos Feministas**, n.e., p.179-99, 1994.

Capelo, Maria Regina Teixeira Ferreira. Vulnerabilidade ao estresse, *coping* e *burnout* em educadoras de infância portuguesas. **Educar em Revista**, n.64, p. 155-169, abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/58DwNYQsY3MKm5sgrPPmchw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Capelo, R. **Vulnerabilidade ao estresse**: características psicológicas e intervenções. São Paulo: Summus, 2017.

Cappellin, Paola Giuliani. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira, p.536-558 In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

Cardoso, Hugo Ferrari; Baptista, Makilim Nunes. **Escala de Percepção do Suporte Social (Versão Adulto) – EPSUS-A**: Manual Técnico. Itatiba: LAPSAM – III – Laboratório de Avaliação Psicológica em Saúde Mental da Universidade São Francisco (USF), 2013.

_____. Escala de Suporte Laboral: construção e estudo das qualidades psicométricas. **Aval. psicol.**, Itatiba, v.11, n.1, p.23-35, abr. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712012000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 dez. 2024.

Carlotto, M. S.; Câmara, S. G. Recursos psicossociais no trabalho e bem-estar psicológico em profissionais de serviços. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 21, n. 3, p. 837–858, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/60240>. Acesso em: 12 jul. 2025.

Chiavenato, Idalberto. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Codo, W.; Jacques, J. M. C. **Estresse no trabalho: estratégias de enfrentamento**. 2.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

Codo, W. *Estresse no trabalho*. In: Codo, W. et al. **Estresse e qualidade de vida no trabalho**. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. Estresse no trabalho: fenômenos, efeitos e estratégias de controle. In: Codo, W.; Mendonça, J. R.; Mendonça, M. H. B. **Estresse e qualidade de vida no trabalho**. São Paulo: ISMA-BR; Atlas, 2010.

Corrêa, M. S.; Silva, J. M. S.; Moura, I. de O. E. S. Coletivo Mães da UFRJ e as tensões por políticas afirmativas para as mães universitárias da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 61, p. 61–88, jan.–abr. 2025. Disponível em: Doi:10.17771/PUCRio.OSQ.6887662. Acesso em: 17 jul. 2025.

Costa, Ana Alice Alcântara. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2008. Disponível em: http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos_pdf/Empoderamento.pdf Acesso em: 12 fev. 2023.

Dally, Ann. *Inventing Motherhood*. London: Burnett, 1982. In GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. 2.ed. São Paulo: UNESP Editora, 1993.

Del Priore, Mary. **Ao sul do corpo, condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Olympio, 1993.

Del Priore, Mary (Org.); Bassanezi, Carla (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

Dias-Fuzinelli, Jhenifer Prescilla; CARDOSO, Hugo Ferrari. Estressores na Enfermagem: Associação com Variáveis Sociodemográficas, Burnout e Suporte Laboral. **Revista Psicologia: Organizações & Trabalho**, v. 22, n.4, p. 2253-2259, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/rpot/2022.4.24280>. Acesso em: 17 jul. 2025.

Duarte, C. M. M.; Paiva, D. S. Maternidade, escolaridade e escolhas reprodutivas: desafios e possibilidades em tempos de transformação social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 1, p. 1–18, 2022. Doi:10.1590/1806-9584-2022v30n153328. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/BhzPbZcRctXqXTrTwH9trhh/?lang=pt> Acesso em: 20 jul. 2025.

Eisenberger, R.; Huntington, R.; Hutchison, S.; Sowa, D. *Perceived Organizational Support*. **Journal of Applied Psychology**, v.71, n.3, 1986, p.500-507.

Esnard Catarina; Grangeiro, Rebeca da Rocha. *Cultural Barriers to Women's Progression in Academic Careers: A France-Brazil Comparison Through the Lens of the Queen Bee Phenomena*. **Scand J Psychol.**, v. 66, n. 2, pp. 210-

218, 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39428381/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

Felipe, Thaís Lima. *et al.* Child Penalty: impacts of motherhood on women's careers in the long term. *In: Encontro Nacional de Economia – ANPEC*, 52., 2024, Salvador. Anais [...]. Salvador: ANPEC, 2024. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2024/submissao/files_l/i13-09409f63f98838013af37242e55076ef.pdf. Acesso em: 23 jul. 2025.

Ferreira, M. C.; Mendonça, J. R. **Estresse e qualidade de vida no trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011.

Fernandes, L. C.; Rangel, A. B.; Neves, L. M. D. As mães universitárias e os desafios da permanência na universidade pública. **Revista Feminismos**, v. 10, n. 1, p. 1–17, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/49286>. Acesso em: 20 jul. 2025.

Ferreira, Karoline da Rocha; Furtado, Maria Aparecida Silva. Vivência de mães universitárias do ISB/UFAME. **Constr. psicopedag.** [online]. 2022, v.32, n.33, p.59-76. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/cp/v32n33/06.pdf>. Acesso em: 24 out. 2024.

Ferreira, Marcella Sandim Couto Greco; Borges, Lilian Maria. Os desafios de ser mãe universitária: Reflexões sobre fatores de proteção em grupo de mulheres. Cap.23. In SEVEN PUBLICAÇÕES (Org.). **Rumo ao futuro da educação: pesquisas científicas para a transformação educacional**, cap. 23, set. 2023. Disponível em: <https://sevenpublicacoes.com.br/index.php/editora/issue/view/47>. Acesso em: 10 out. 2023.

Ferreira, M. C.; Almeida, L. T. Percepção de suporte organizacional e saúde no trabalho: revisão integrativa da literatura. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 23, p. 1–10, 2023. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572023000100013. Acesso em: 10 out. 2023.

Filgueiras, Júlio César; Hippert, Maria Isabel. **Estresse**: possibilidades e limites. Cap.5, p.112-129. JACQUES, Maria da Graça; CODO, Wanderley (Orgs.). *Saúde mental & Trabalho: leituras*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Fogaça, M. A.; FIN, A. M. Estratégias de suporte social em comunidades vulneráveis: estudo longitudinal em capitais brasileiras. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 4, e00234522, 2023. Disponível em: [Doi:10.1590/0102-311XEP234522](https://doi.org/10.1590/0102-311XEP234522). Acesso em: 20 jul. 2025.

Freitas, Francisca Maria da Silva *et al.* *Prenatal tests in Brazil: prevalence and associated factors according to the Brazilian National Health Survey*. **Rev Esc Enferm USP**, v. 58:e20240154, 2024. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/QtdQm9V9KYYqC59sJzYp6Pt/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 20 jul. 2025.

Giauque, David; Anderfuhren-Biget, Simon; Varone, Frédéric. *Stress perception in public organisations: Expanding the Job Demands–Job Resources model by including public service motivation*. **Review of Public Personnel Administration**, v. 33, n. 1, p. 58–83, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/258183549_Stress_Perception_in_Public_Organisations_Expanding_the_Job_Demands-Job_Resources_Model_by_Including_Public_Service_Motivation. Acesso em: 17 jul. 2025.

Giddens, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. 2.ed. São Paulo: UNESP Editora, 1993.

_____. Admirável Mundo Novo: o novo contexto da política. **Cad. CRH**, n.21, p.9-28, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18771>. Acesso em: 17 jul. 2025.

Goldani, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cad. Pesq.**, n.91, p.7-22, 1994. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/872>. Acesso em: 17 jul. 2025.

Gonçalves, A. F.; Silva, A. P. Maternidade, trabalho e universidade: desafios enfrentados por mães universitárias. **Revista Educação e Fronteiras**, v. 13, n. 39, p. 153–170, 2023. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/fronteiras/article/view/8121>. Acesso em: 25 jul. 2025.

Guimarães, Audir Giordano C.; Anjos, Anna Cláudia Y. dos. Caracterização Sociodemográfica e Avaliação da Qualidade de Vida em Mulheres com Câncer de Mama em Tratamento Quimioterápico Adjuvante. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v.58, n.4, p.581-592. Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/560>. Acesso em: 10 set. 2022.

Gutman, Laura. **Mulheres visíveis, mães invisíveis**. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Best Seller, 2013.

Hirata, H. **Gênero, patriarcado, trabalho e classe: interseções e desafios**. São Paulo: Boitempo, 2016.

Igue, Érica Aparecida; Bariani, Isabel Cristina Dib; MILANESI, Pedro Vitor Barnabé. Vivência acadêmica e expectativas de universitários ingressantes e concluintes. **Psico-USF**, v. 13, n. 2, p. 155–164, jul. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/yY7PbXW4mZW73jR9PVyZBQp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 dez. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. PNAD Contínua – Taxa de fecundidade total por mulher. **Censo Demográfico 2022**. 2023a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-pnad-continua.html>. Acesso em: 22 jul. 2025.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2022**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. 2023b. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 jul. 2025.

_____. Em 2022, 7,4 milhões de pessoas no país. **Agência IBGE Notícias**, 25 out. 2023c. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38159-pesquisa-inedita-do-ibge-mostra-que-7-4-milhoes-de-pessoas-exerciam-teletrabalho-em-2022>. Acesso em: 22 jul. 2025.

_____. Mulheres brasileiras na educação e no trabalho. **IBGE Atualidades**. 2024a. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/atualidades/20459-mulheres-brasileiras-na-educacao-e-no-trabalho.html>. Acesso em: 05 fev. 2024

_____. Mulheres pretas ou pardas dedicam mais tempo aos afazeres domésticos, participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza. **Agência IBGE Notícias**, 8 mar. 2024b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2024-marco-mulher>. Acesso em: 22 jul. 2025.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2020). **Censo Da Educação Superior 2020 Principais Resultados**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/tabelas_de_divulgacao_censo_da_educacao_superior_2020.pdf. Acesso em: 29 jan.2023.

_____. (2023). **Censo da Educação Superior 2022: notas estatísticas**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/educacao-superior/censo-da-educacao-superior-2022-notas-estatisticas>. Acesso em: 25 jul. 2025.

Jacques, J. M. C.; Codo, W. **Estresse no trabalho: estratégias de enfrentamento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

Jacques, Maria das Graças; CODO, Wanderley (Orgs.). **Estresse no trabalho: possibilidades e limites**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Juliano, Maria Cristina Carvalho; Yunes, Maria Angela Mattar. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 135–154, jul. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/BxDVLkfcGQLGXVwnHp63HMH/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

Limongi-França, A. C.; Rodrigues, A. L. Stress & Trabalho – Uma abordagem Psicossomática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Lipp, Marilda E. Stress e suas implicações. **Estudos de Psicologia**, 1984. Disponível em: <https://seer.sis.puc-ampinas.edu.br/estpsi/article/view/7660>. Acesso em: 17 jul. 2025.

Louro, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula, p.371 a 403 In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

Mamani-Benito Oscar *et al.* Emotional fatigue, academic engagement, and satisfaction with studies during the return to post-pandemic university attendance. **Front. Educ.**, v. 9, 1297302, 2024. Disponível em: https://www.frontiersin.org/journals/education/articles/10.3389/educ.2024.1297302/full?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 20 jul. 2025.

Matos, M. G.; Araújo, L. F. **Vulnerabilidade ao estresse no trabalho**: um estudo em organizações brasileiras. Rio de Janeiro: Wak, 2021.

Matos, Rafael Lima de; Araújo, Marley Rosana Melo de. Vulnerabilidade ao Estresse e Estratégias de Enfrentamento: um Estudo Comparativo no Ambiente Hospitalar. **Revista Psicologia e Saúde**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 65–81, 2021. Disponível em: <https://pssa.ucdb.br/pssa/article/view/1137>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Melo, Hildete Pereira de. As mulheres brasileiras e o acesso à educação superior: Conquista de autonomia ou reafirmação da desigualdade? In MACHADO, Monica Sapucaia. **Direitos das Mulheres**: ensino superior, trabalho e autonomia. São Paulo: Almedina, 2019.

Mendonça, J. R.; Mendonça, M. H. B.; Codo, W. (Orgs.). **Estresse e qualidade de vida no trabalho**. São Paulo: ISMA-BR; Atlas, 2010.

Miguel, Fabiano Koich. **Estresse e inteligência emocional: evidências de validade**. [Dissertação] - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, Universidade São Francisco, Itatiba, 2006. Disponível em: <https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/385/6969613325791617.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Menezes, Rafael de Souza *et al.* Maternidade, trabalho e formação: lidando com a necessidade de deixar os filhos. **Constr. psicopedag.**, São Paulo, v.20, n. 21, p. 23-47, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542012000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 fev. 2021.

Muller, Crisna Maria; Besing, Márcia. A trajetória histórica da mulher no Brasil: da submissão à cidadania. **Revista Augustus**, v.23, n.45, p.25-46, 2018. Disponível em: <https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/revistaagustus/>

article/view/147. Acesso em: 20 maio 2023.

Nogueira, Ana Paula Silva; Oliveira, Áurea de Fátima. Impacto da Percepção de Suporte Organizacional e Capital Psicológico no Bem-Estar no Trabalho. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. e238418, 2022.

Oliveira, Clarissa Tochetto de; Santos, Anelise Schaurich dos; DIAS, Ana Cristina Garcia. Expectativas de universitários sobre a universidade: sugestões para facilitar a adaptação acadêmica. **Rev. bras. orientac. prof**, Florianópolis, v. 17, n.1, p.43-53, jun. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902016000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 dez. 2024.

Oliveira, M. C. A família brasileira no limiar do ano 2000. **Estudos Feministas**, v.4, n.1, p.55-63, 1996.

Pafaro R. C.; Martino, M. M. F. Estudo de estresse do enfermeiro com dupla jornada de trabalho em um hospital de oncologia pediátrica de Campinas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, SP, 2004.

Paschoal, Tatiane; Torres, Cláudio Vaz; Porto, Juliana Barreiros. Felicidade no trabalho: relações com suporte organizacional e suporte social. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 6, p. 1054–1072, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/LTYcnrsX4NFGBBLvkwvQphb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Prodanov, Cleber Cristiano; Freitas, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed., Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

Rabay, G. F; Carvalho, M. E. P. Participação da mulher no parlamento brasileiro e paraibano. Democracia Direitos Humanos e Gênero. **Organizações e Democracia**, v.12, v.1, p.81-94. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/776>. Acesso em: 24 out. 2024.

Rago, M. **Epistemologia feminista: gênero e história**. In: Pedro, J.; Grossi, M. (Orgs.). Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Mulheres, 1998.

Ramalhete, Juliana Nascimento Lucas. **Suportes (ou falta de suportes)? Estudos sobre a trajetória acadêmica de estudantes universitárias que são mães**. 2025. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/0bc96e11-2cd9-484c-9a67-cd0a2bbdd94d/content>. Acesso em: 25 jul. 2025.

Ramos, Alice Marcelino *et al*. Satisfação com a experiência acadêmica entre estudantes de graduação em enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 24, n. 1, p. 187–195, jan. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/QQzjpsmnpZ88XrRXqfYSRLD/?format=pdf&lang=>

pt. Acesso em: 20 dez. 2024.

Reis, Renata Vieira dos *et al.* Condições de trabalho e saúde mental de profissionais de saúde no enfrentamento da COVID-19: revisão integrativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 54, e03655, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/w5XmPmqVrvjrbXfTSrkdgYB>. Acesso em: 17 jul. 2025.

Robbins, Stephen P. Mudança organizacional e administração de estresse. In: **Comportamento organizacional**. 8.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

Rocha, Narjara ata Pires; CRUZ, Danielle Maia. Maternidade e universidade: quem apoia as mulheres na construção de uma carreira acadêmica, 2023, p.15-29. SILVA, Antônia Eudivânia de Oliveira; NUNES, Cícera; SOUSA, Kássia Mota de; SILVA, Livia Maria Nascimento (Orgs.). **Maternidade & universidade**: acesso e permanência de estudantes mães no ensino superior. Cajazeiras/PB: AINPGP, 2023. 127 p.

Rodrigues, André Wagner Dantas *et al.* Nível de satisfação com a experiência acadêmica e sua relação com a intenção de desistir do curso: uma avaliação em discentes do curso de bacharelado em educação física. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, [S.l.], v.17, n.5, p.e6857, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/6857>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Rodriguez, M.; Cohen, S. (1998). *Social support*. In FRIEDMAN, H. (Org.). **Encyclopedia of Mental Health** (pp. 535-544). New York: Academic Press, 1998.

Rosa, E. M.; Leme, V. B. R.; Calabria, F. M. Redes de apoio e resiliência em famílias de baixa renda no contexto urbano brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, v. 34, e023, 2022. Disponível em: [Doi:10.1590/1807-0310/2022v34e023](https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v34e023). Acesso em: 17 jul. 2025.

Rosemberg, F. Políticas educacionais e gênero: tensões e invisibilidades. **Cadernos de Pesquisa**, v. 50, n. 175, p. 1004–1027, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/4Y4rxqvCFYShzgNt5PtJFzr/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

Rueda, Fabián Javier Marín et al. Escala de Suporte Laboral (ESUL) e Escala de Satisfação no Trabalho: evidências de validade. **Aval. psicol.**, Porto Alegre, v.9, n.3, p.479-488, dez.2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712010000300014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 dez. 2024.

Ryan, Mary. *The cradle of the middle class*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981, p.102. In GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. 2.ed. São Paulo: UNESP Editora, 1993.

Sadir, W.; Lipp, M. N. **Distorções cognitivas e estresse ocupacional**. 2.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

Sadir, W.; Lipp, M. N. **Estresse e vulnerabilidade**: aspectos cognitivos e comportamentais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

Saffioti, Heleieth Iara Bongiovani. **Feminismos e seus frutos no Brasil**. In Sader, E. (Org.). Movimentos sociais na transição democrática. São Paulo: Cortez, 1986.

Saffioti, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 151p.

Sanches, L. R.; Alonso, A. S. F.; Vecchia, M. D. Mães universitárias: desafios na conciliação entre maternidade e vida acadêmica. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 26, n. 00, p. e025005, 2025. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/20133> Acesso em: 28 jul. 2025.

Santos, Acácia Aparecida Angelo *et al.* Integração ao ensino superior e satisfação acadêmica em universitários. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 4, p. 780–793, 2013.

Santos, Marcos Aurélio Corrêa dos; Romeiro, Vladimir. A satisfação com a experiência acadêmica influencia a relação de confiança comportamental com a instituição?. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Passo Fundo, v. 3, n. 1, p. 78-97, ago. 2017. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/REBES/article/view/1748/1242>. Acesso em: 31 dez. 2024.

Santos, R. L.; Silva, M. C.; Duarte, C. M. Mães na universidade: conciliação entre maternidade, trabalho e formação acadêmica. **Revista Retratos da Escola**, v. 15, n. 33, p. 187–201, 2021. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/49913>. Acesso em: 20 jul. 2025.

Sampaio. Nilo Antônio de Souza; Assumpção, Alzira Ramalho Pinheiro de; Fonseca, Bernardo Bastos da. **Estatística Inferencial**. Belo Horizonte: Editora Poisson, 2018.

Sarti, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

Scavone, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface_ Comunic, Saúde, Educ**, (Botucatu), v.5, n.8, fev., 2001, p.47-59. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/NzTkJJrXYGPHDZ3sQRbR9tc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 nov. 2023.

Schleich, Ana Lúcia Righi; Polydoro, Soely Aparecida Jorge; SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos Santos. Escala de satisfação com a experiência

acadêmica de estudantes do ensino superior. **Avaliação Psicológica**, v.5, n.1, 2006, p. 11-20. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v5n1/v5n1a03.pdf>. Acesso em: 06 maio 2021.

Scott, J. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1991.

Severino, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

Siqueira, Mirlene Maria Matias. Construção e validação da Escala de Percepção de Suporte Social. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 2, p. 381–388, abr. 2008.

Silva, Antônio Eudivânia de Oliveira; NUNES, Cícera; SOUSA, Kássia Mota de; Silva, Livia Maria Nascimento (Orgs.). **Maternidade & universidade: acesso e permanência de estudantes mães no ensino superior**. Cajazeiras/PB: AINPGP, 2023. 127 p. Disponível em: <https://ainpgp.org/wp-content/uploads/2023/11/Universidade-e-Maternidade.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

Silva, A. P. R.; AGAPITO, J. Mães estudantes: a luta pelo direito à educação. **Monumenta – Revista de Estudos Interdisciplinares**, Joinville, v. 2, n. 4, p. 125-151, 2021. Disponível em: <https://monumenta.emnuvens.com.br/monumenta/article/view/76>. Acesso em: 22 jul. 2025.

Silva, Carla da. A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero. **Direito em Foco**. Revista eletrônica – Centro Universitário do Vale do Ribeira – UNIVR, 2012, p.1-9. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/desigualdade_imposta.pdf. Acesso em: 02 jun. 2023.

Silva, Elenir Lindaura da. *et al.* Retrato das Narrativas de Mães Universitárias no Contexto Acadêmico. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 275–283, 2023. Disponível em: <https://revistaensinoeeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/9689>. Acesso em: 22 jul. 2025.

Silva, Glauce Cerqueira Corrêa da *et al.* A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. **Rev.SBPH**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p.65-76, dez. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 nov. 2023.

Silva, Letícia Ferreira da; Castilho, Maria Augusta de. Brasil Colonial: as mulheres e o imaginário social. **Cordis**. Mulheres na história, São Paulo. n.12, p.257-279, jan./jun.2014. Disponível em: <https://www.silvaress.com.br/wp->

content/uploads/2020/07/Brasil-Colonial-as-mulheres-e-o-imagin%C3%A1rio-social.pdf. Acesso em: 17 jul. 2025.

Silva, J.; Salvador, A. C. Coletivos de Mães Universitárias rompendo com a história da exclusão feminina nas universidades. *In: Anais do 31º Simpósio Nacional de História - AMPUH- BRASIL*, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2024-08/1724230800_3f1aa4cd075c4fe28820081014ca2f1e.pdf. Acesso em: 27 jul. 2025.

SISTO, Fermino Fernandes *et al.* Escala de vulnerabilidade ao estresse no trabalho. São Paulo: Vetor: 2007.

Siqueira, Mirlene Maria Matias. Construção e validação da Escala de Percepção de Suporte Social. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 2, p. 381–388, abr. 2008.

SISTO, F. F. *et al.* **Vulnerabilidade ao estresse no trabalho**: construção e validação da Escala EVENT. São Paulo: Vetor, 2007.

_____. **Estresse e vulnerabilidade**: avanços em escalas e intervenções. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

Soares, Ana Paula; Almeida, Leandro S. Questionário de Satisfação Acadêmica (QSA). In C. Machado, M. Gonçalves, L. Almeida; M. R. Simões (Eds.). **Instrumentos e contatos de avaliação psicológica**, p. 103-124, Coimbra: Almedina, 2011.

Souza, Â. M. F. de L.; ARAS, L. B. de (Orgs.). **Mulheres e movimentos**: estudos interdisciplinares de gênero. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2014. 274 p. (Coleção Bahianas, 16).

Souza, C. S. *et al.* Social support network of Brazilian Amazonian women: a qualitative study. **BMJ Open**, v. 14, e080662, 2023. Disponível em: Doi:10.1136/bmjopen-2022-080662. Acesso em: 27 jul. 2025.

Souza, Marcela Ingrid Mendes; DORNELAS, Myriam Angélica; BARBOSA, Rosemary Pereira Costa e. Maternidade e vida acadêmica: o caso da jornada feminina de estudantes de uma instituição de ensino federal. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.9, n.6, p. 18927-18948, jun., 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/download/60375/43641/146085>. Acesso em: 13 nov. 2023.

Sposito, Marília Pontes; TARÁBOLA, Felipe de Souza. Experiência universitária e afiliação: multiplicidade, tensões e desafios da participação política dos estudantes. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, p. 1009–1028, out. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/m8xXzjK76RjhtTqtnMdV9zz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 24.

Suehiro, Adriana Cristina Boulhoça *et al.* Vulnerabilidade ao estresse e satisfação no trabalho em profissionais do Programa de Saúde da Família. **Bol. Psicol.** São Paulo, v.58, n.129, p.205-218, dez. 2008. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432008000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 dez.2024.

Talavera, Vera Mônica de Almeida. A **terceira jornada de trabalho da mulher na contemporaneidade**. v. 21. Curitiba, PR: CRV, 2021.

Tamayo, A.; Mendonça, J. R.; Codo, W. *Estresse no trabalho: fenômenos, efeitos e estratégias de controle*. In: Codo, W.; Mendonça, J. R.; Mendonça, M. H. B. **Estresse e qualidade de vida no trabalho**. São Paulo: ISMA-BR; Atlas, 2008.

Teles, M. A. de A. **Breve histórico do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Vainfas, Ronaldo. A condenação do adultério, 1987, p.33-52. In LIMA, Lana Lage da Gama (Org.). **Mulheres, adúlteros e padres: história e moral na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987, p. 33-52.

Vandenbos, Gary R. Dicionário de Psicologia da APA. Tradução: Daniel Bueno, Maria Adriana Veríssimo Veronese, Maria Cristina Monteiro. Revisão Técnica: Maria Lúcia Tiellet Nunes, Giana Bitencourt Frizzo. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Vaz Serra, A. **Vulnerabilidade psicológica ao estresse**. Lisboa: Quarteto, 2000.

_____. **Estresse e coping em contextos laborais**. 2. ed. Lisboa: Quarteto, 2005.

_____. **Perfil do indivíduo vulnerável: implicações clínicas**. 3. ed. Lisboa: Quarteto, 2011.

Vieira, Viviane; VIEIRA, Mauro Luis; PRADO, Alessandra Bonassoli. Apoio social: percepção materna em contextos com diferentes graus de urbanização. **Estudos de Psicologia**, v. 16, n. 3, pp. 209-217, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/cTyjMwkwnZ6x6p8gkdDZPXF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2025.

Walter, Cícero Eduardo *et al.* Determinantes da Satisfação Acadêmica: Uma Análise Empírica de um Estudo Nacional Brasileiro. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 18, n.7, e06103, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/379812430_Determinants_of_Academic_Satisfaction_An_Empirical_Analysis_of_a_Brazilian_National. Acesso em: 25 jul. 2025.

Yamoto, Camila Naomi. **Suporte social e estresse parental em mães universitárias**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2024.

Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/19234>. Acesso em: 22 nov. 2024.

Ximenes, Vanessa Santiago; QUELUZ, Francine Náthalie Ferraresi Rodrigues; BARHAM, Elizabeth Joan. Relação entre Habilidades Sociais, Suporte Social e Qualidade de Vida em Cuidadores. **Psico-USF**, v. 27, n. 1, p. 115–127, jan. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/FGgY593wvdZxhJZsyS6p6mJ/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

Zonta, Grazielle. Aline; Zanella, Andrea Vieira. Sentidos da vivência universitária para estudantes com mais de 40 anos. **Psicologia em Estudo**, v. 27, p. e48550, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/JbGM6xNVQQk3Jsc9LddsPTH/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

APÉNDICE

APÊNDICE A**Roteiro de Questionário Sociodemográfico e Laboral****I – DADOS DO PARTICIPANTE**

Curso: _____

Instituição: () Campus 1 () Campus 2

Semestre/Ano em que está matriculado: _____

Dias da semana/Horário das aulas: _____

Idade: _____

Cor da pele: _____

Estado civil: _____

Escolaridade: _____

Profissão: _____

Além de estudar, você exerce alguma atividade remunerada? () não () sim, com registro profissional () sim, sem registro profissional

Local de trabalho: _____

Tempo de serviço na empresa/instituição: _____

Horas trabalhadas por dia: _____

Exerce outra atividade profissional: () Sim () Não

Local de trabalho: _____

Tempo de serviço na empresa/instituição: _____

Horas trabalhadas por dia: _____

Renda mensal: _____

Cidade em que reside: _____

Cidade em que trabalha: _____

Cidade em que estuda: _____

Viaja semanalmente ou diariamente devido ao trabalho: () Sim () Não

Viaja diariamente devido ao estudar: () Sim () Não

Número de filhos: _____ Idade dos filhos: _____

ANEXOS

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: **Vulnerabilidade em mães universitárias e trabalhadoras: o estresse no trabalho, suporte social, laboral e a satisfação com a experiência acadêmica.**

A JUSTIFICATIVA, OS OBJETIVOS E OS PROCEDIMENTOS:

Justifica-se o estudo por representar uma oportunidade de aprofundar os conhecimentos sobre a mulher no contexto acadêmico e seus múltiplos papéis desempenhados na sociedade, especialmente diante do trabalho e da maternidade, e repensar a questão da inclusão desta população na universidade e desenvolver ações para melhor acolhimento e adequação das práticas didático-pedagógicas.

Considera-se o tema relevante por envolver aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos e por promover a reflexão em busca de melhoria dos serviços prestados pelas instituições de ensino superior à população pesquisada.

O objetivo deste estudo é avaliar a associação entre vulnerabilidade ao estresse no trabalho, suporte social, laboral e satisfação da experiência acadêmica em mães universitárias e trabalhadoras.

Os dados serão coletados por meio de um questionário para dados sociodemográficos e laboral, e aplicação da Escala de Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho (EVENT), Escala de Percepção do Suporte Social – Versão Adulto (EPSUS-A), Escala de Suporte Laboral (ESUL) e Escala de Satisfação com a Experiência Acadêmica (ESEA). A etapa de coleta de dados, terá duração de seis meses, realizada de forma presencial. Todos os instrumentos serão aplicados num único encontro, na sala de aula dos participantes, sendo estimado o tempo de 50 minutos para a coleta dos dados. Cada participante receberá o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) contendo informações sobre objetivo e desenvolvimento do estudo e após a assinatura do TCLE pelo participante serão aplicados os instrumentos. Ressalta-se que será garantido, a todos os participantes, o sigilo dos dados.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS:

Riscos podem ocorrer ao se aplicar uma pesquisa de campo, por conta disto deve-se atentar sobre a possibilidade de ocorrência dos seguintes contratempos:

- Ao responder o questionário e as escalas há possibilidade do participante sentir algum tipo de desconforto, constrangimento, medo, vergonha, estresse, ou incômodo pela evocação de memórias e/ou situações negativas vivenciadas;
- O participante poderá se sentir intimidado ao ser questionado sobre estresse no trabalho, suporte social, laboral e satisfação com a experiência acadêmica, por receio de represaria por parte da família, da instituição escolar ou do trabalho.

Meios para minimizar os riscos: Para minimizar os riscos os participantes receberão informações claras sobre o propósito desta pesquisa, sendo informados quanto ao sigilo dos dados. Além disso, será oferecido atendimento gratuito no projeto de

Plantão Psicológico do Serviço de Psicologia do UniSALESIANO de Lins e de Araçatuba, onde os estagiários atendem uma demanda espontânea dos pacientes com atenção e apoio, sendo este atendimento realizado de forma presencial, sem custo para o participante.

Benefícios: Este estudo trará benefícios tanto para a instituição, como para os participantes. Para a instituição será um importante subsídio para ações estratégicas direcionadas ao processo de ensino e aprendizagem, mediante orientação do corpo docente e para favorecer a inclusão desta população na graduação. E para os participantes este estudo contribuirá para a reflexão quanto ao projeto de vida, tendo em vista a gestão eficiente das atividades pessoais, sociais e profissionais. Entende-se como importante direcionar a atenção para as relações interpessoais estabelecidas e para o suporte e apoio prestado a esta discente, no sentido de acolhimento e respaldo didático-pedagógico. Além disso, a pesquisa poderá fomentar novas investigações sobre o tema e pela busca do desenvolvimento de projetos direcionados à população pesquisada.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA:

Durante os procedimentos de coleta de dados você estará sempre acompanhado por um dos pesquisadores, que lhe prestará toda a assistência necessária ou acionará pessoal competente do Serviço de Psicologia (clínica) do (NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO CONCEDENTE). Caso tenha alguma dúvida sobre os procedimentos ou sobre o projeto você poderá entrar em contato com um dos pesquisadores a qualquer momento pelos telefones ou e-mails: Elizeth Germano Mattos – (14) 3533-6200 ou Hugo Ferrari Cardoso – (14) 3103-6087

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO:

Você poderá solicitar esclarecimento sobre a pesquisa em qualquer etapa do estudo. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação na pesquisa a qualquer momento, seja por motivo de constrangimento e/ou outros motivos. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. O(s) pesquisador(es) irá(ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você poderá ter acesso aos resultados da pesquisa, os quais permanecerão confidenciais. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Este consentimento está impresso e deve ser assinado em duas vias, uma será fornecida a você e a outra ficará com o pesquisador responsável e/ou assistente. Se houver mais de uma página, tanto o pesquisador quanto o participante devem rubricar todas as páginas.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO:

A participação no estudo, não acarretará custos para você e será disponibilizado ressarcimento em caso de haver gastos com transporte, tanto para você, quanto para o seu acompanhante, se for necessário. A possibilidade de ocorrência de dano psicológico em decorrência direta ou indireta da participação na pesquisa é mínima, no entanto, caso ocorra eventual dano, avaliado como estritamente decorrente da participação na pesquisa, você tem direito à assistência integral e gratuita no Serviço de Psicologia do (NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO CONCEDENTE), e indenização, conforme previsto na legislação relativa à

pesquisa com seres humanos. Você poderá entrar em contato com os pesquisadores (telefones e e-mails): Elizeth Germano Mattos (14 3533-6200 – profelizeth_aprend@yahoo.com.br) ou com Hugo Ferrari Cardoso – (14 3103-6087 – hugo.cardoso@unesp.br). Você também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do UniSALESIANO, pessoalmente na Rodovia Teotônio Vilela, Bairro Alvorada – Araçatuba-SP, ou pelo telefone (18) 3636-5252, 08:00 às 14:00.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE

Eu,, fui informado (a)

dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e ou retirar meu consentimento. Os responsáveis pela pesquisa acima, certificaram-me de que todos os meus dados serão confidenciais. Em caso de dúvidas poderei chamar a pesquisadora responsável Elizeth Germano Mattos, na Rua Guaíçara, n.380, Vila Mafalda – Lins/SP – (14) 9 9702-1067; e o pesquisador assistente Hugo Ferrari Cardoso, na Av. Engenheiro Edmundo Carrijo Coube, n.14-01, Jardim Marabá – Bauru/SP – (14) 3103-6087 ou ainda entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do UniSALESIANO, localizado na Rodovia Teotônio Vilela, Bairro Alvorada – Araçatuba/SP - (18) 3636-5252, das 08:00 às 14:00. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado composto por pessoas voluntárias, com o objetivo de defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP – UniSALESIANO de Araçatuba é diretamente vinculado ao Centro Universitário Católico Salesiano *Auxilium* de Araçatuba-SP/Missão Salesiana de Mato Grosso.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Assinatura do participante de pesquisa ou impressão dactiloscópica (se necessário).

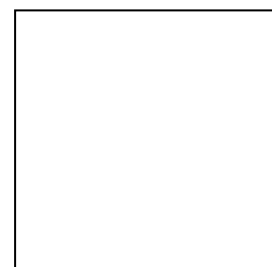
Assinatura:

Nome legível:

Data ____/____/____

.....
Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Data 31/10/2022



ANEXO B
APROVAÇÃO PLATAFORMA BRASIL – COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA
UnISALESIANO DE ARAÇATUBA, SP

CENTRO UNIVERSITÁRIO
CATÓLICO SALESIANO
AUXILIUM - UNISALESIANO/SP



Continuação do Parecer: 5.805.477

atividades pessoais, sociais e profissionais. Entende-se como importante direcionar a atenção para as relações interpessoais estabelecidas e para o suporte e apoio prestado a esta discente, no sentido de acolhimento e respaldo didático-pedagógico. Além disso, a pesquisa poderá fomentar novas investigações sobre o tema pela busca do desenvolvimento de projetos direcionados à população pesquisada.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo nacional e unicêntrico. Caráter acadêmico, realizado como trabalho de Pós-graduação – Stricto Sensu. Financiamento próprio. País de origem: Brasil. Número de participantes incluídos no Brasil: 350. Previsão de início do estudo: 04/11/2022 e encerramento em 31/12/2024.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo “Conclusões ou Pendências e Listas de Inadequações”

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

Estudo relevante e de impacto social e científico.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2036801.pdf	31/10/2022 23:38:39		Aceito
Outros	6_Termo_de_Compromisso_Para_Uso_de_Dados_em_Arquivo_2022_DOUTORADO_OK.pdf	31/10/2022 23:34:54	Elizeth Germano Mattos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	5_Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido_TCLE_2022_DOUTORADO_OK.pdf	31/10/2022 23:34:07	Elizeth Germano Mattos	Aceito
Outros	3_Declaracao_da_Instituicao_Coparticipante_se_for_o_caso_2022_DOUTORADO_OK.pdf	31/10/2022 23:33:36	Elizeth Germano Mattos	Aceito
Outros	2_Termo_de_Responsabilidade_e_Compromisso_do_Pesquisador_2022_DOUTORADO_OK.pdf	31/10/2022 23:31:11	Elizeth Germano Mattos	Aceito
Outros	1_Formulario_de_Encaminhamento_2022_DOUTORADO_OK.pdf	31/10/2022 23:30:04	Elizeth Germano Mattos	Aceito

Endereço: Rua Cussy de Almeida 187

Bairro: Jardim Sumaré

CEP: 16.015-245

UF: SP

Município: ARACATUBA

Telefone: (18)3636-4242

Fax: (18)3636-4242

E-mail: cep@unisalesiano.com.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
CATÓLICO SALESIANO
AUXILIUM - UNISALESIANO/SP**



Continuação do Parecer: 5.805.477

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	0_Projeto_de_Pesquisa_2022_DOUTO RADO_OK.pdf	31/10/2022 23:29:27	Elizeth Germano Mattos	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_OK.pdf	31/10/2022 23:29:04	Elizeth Germano Mattos	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACATUBA, 09 de Dezembro de 2022

Assinado por:

CLAUDIA LOPES FERREIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cussy de Almeida 187

Bairro: Jardim Sumaré

CEP: 16.015-245

UF: SP

Município: ARACATUBA

Telefone: (18)3636-4242

Fax: (18)3636-4242

E-mail: cep@unisalesiano.com.br